

Índice

Nota Prévia	3
Capítulo I Enquadramento Internacional	5
Capítulo II Evolução das Economias dos PALOP	13
Angola	15
Cabo Verde	37
Guiné-Bissau	59
Moçambique	81
São Tomé e Príncipe	103
Caixa: Timor-Leste	125
Capítulo III Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP	131
Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP	133
Investimento directo bilateral nos PALOP	139
Dívida oficial dos PALOP a Portugal	143

Nota Prévia

A "Evolução das Economias dos PALOP - 2003/2004", à semelhança das edições anteriores, pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tanto no que diz respeito aos seus indicadores macro-económicos fundamentais, como no que se refere às suas relações económicas e financeiras com Portugal. Apresentamos mais uma vez este ano, e com o mesmo propósito, uma breve nota sobre a economia de Timor-Leste.

O presente documento foi elaborado com base nos dados mais recentes a que se teve acesso, os quais correspondem, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, pelo que poderão ser eventualmente sujeitos a posterior revisão.

Agradece-se ainda a amável colaboração das diversas entidades contactadas - e em particular os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste - que se revestiu da maior importância para a obtenção dos elementos necessários.

Departamento de Relações Internacionais
Área de Cooperação

Setembro de 2004

Enquadramento Internacional

Capítulo I

A economia mundial tem evoluído a ritmo muito favorável em 2004, tendo mesmo excedido as previsões. Actualmente, o FMI espera um crescimento médio anual do PIB global de 4.9% em 2004, o maior das últimas três décadas. A recuperação é generalizada a todas as grandes regiões, com um forte crescimento quer nas economias avançadas - com excepção da economia europeia, que apresenta uma recuperação mais moderada - quer nos países emergentes e em desenvolvimento, embora no período mais recente se notem alguns sinais de abrandamento.

Um factor relevante da actual conjuntura é o importante papel da Ásia, em complemento dos EUA, como motor de crescimento. Em termos globais, o dinamismo da indústria e dos fluxos comerciais permitiu que outras economias tenham mais recentemente começado também a contribuir para estimular o clima global.

Em termos de perspectivas para o futuro, a expansão deverá prosseguir, mas de forma mais lenta. O FMI prevê, para as economias avançadas, crescimentos de 3.6% e 3% em 2004 e 2005, respectivamente, após 2.1% em 2003, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento deverão expandir-se 6.5% em 2004 (6.1% em 2003) e abrandar para 5.9% no próximo ano. A par do impulso sobre o comércio externo, o consumo privado e o investimento têm também contribuído para a expansão económica. A expansão do emprego, os aumentos na produtividade e na rentabilidade empresarial, os efeitos riqueza associados às melhorias nos mercados accionistas, as políticas orçamentais acomodaticias e as condições de liquidez relativamente abundante, com a consequente facilidade de acesso ao crédito explicam o vigor das várias componentes da despesa.

Persistem contudo vulnerabilidades significativas e problemas de médio prazo,

nomeadamente desequilíbrios nos sectores público e externo, fraquezas e situações de inflexibilidade a nível estrutural que condicionam o crescimento sustentado, bem como vulnerabilidades a nível financeiro e empresarial, que urge solucionar.

As pressões inflacionistas, apesar de crescentes, têm-se, até ao presente, mantido relativamente contidas. Esta situação resulta da manutenção de níveis significativos de excesso de capacidade em muitos países, em conjunto com desenvolvimentos salariais moderados relativamente à produtividade e com uma acentuada rentabilidade empresarial. Do ponto de vista da política, os progressos na credibilidade e independência das autoridades monetárias possibilitaram uma melhoria das expectativas inflacionistas dos agentes. No entanto, as pressões proteccionistas e a fragilidade das posições orçamentais estruturais colocam riscos a médio prazo.

Desde o segundo semestre de 2003, verificou-se uma forte subida dos preços dos bens primários, derivada de uma conjugação de factores de procura e oferta (pelo que os indicadores da inflação cresceram mais rapidamente do que a inflação subjacente). Em particular, a rápida subida recente do preço do petróleo e as persistentes incertezas geopolíticas são um importante factor de risco, quer para o comportamento futuro da inflação, quer para a actividade económica e os mercados financeiros.

Os desequilíbrios externos permanecem acentuados, não se esperando, aliás, uma correcção vincada no futuro próximo. O défice externo corrente dos EUA continuou a aumentar, situando-se próximo de 5% do PIB, não obstante a depreciação do dólar entre 2002 e 2004; o diferencial de crescimento entre os EUA e o resto do mundo e os desfasamentos no efeito das variações cambiais sobre a balança (“curva em J”) estarão na base deste agravamento.

Em contrapartida, mantêm-se elevados excedentes correntes noutros países e regiões. Esta configuração reflecte-se na direcção e composição dos fluxos globais de capital e na acentuada acumulação de reservas externas, em particular na China e noutros países asiáticos, as quais são por sua vez aplicadas pelo sector oficial essencialmente no mercado de dívida pública dos EUA.

Nas *economias avançadas*, a retoma continuou a ser liderada pelos EUA, onde a expansão da actividade se alargou e fortaleceu e o emprego aumentou significativamente. O dinamismo do Japão, na primeira metade de 2004 excedeu as expectativas, suportado pelo crescimento das exportações, especialmente para a Ásia, e do investimento empresarial, a que se juntou uma súbita aceleração do consumo privado, consequência da melhoria no mercado de trabalho. Na área do euro a retoma consolidou-se, estimulada pela procura externa. A economia do Reino Unido manteve-se robusta, com um forte crescimento do consumo privado, sustentado pela subida do rendimento e da riqueza em activos reais (habitação).

As perspectivas para este grupo de países são no sentido do prosseguimento da expansão, sem grandes pressões sobre a inflação, já que os *output gaps* são ainda consideráveis. A persistência de elevados preços e incertezas no mercado petrolífero pode repercutir-se numa atenuação do crescimento e, simultaneamente, uma maior pressão sobre os preços, bem como numa maior volatilidade nos mercados de capitais e tensões no mercado hipotecário. O Fed procedeu, em Junho, à primeira subida da taxa de juro oficial, tendo-se seguido novo aumento em Agosto (de ambas as vezes em ¼ de ponto percentual); estas medidas foram enquadradas numa política de comunicação cuidadosa, com vista a facilitar ajustamentos suaves nos mercados financeiros.

Os países emergentes e as novas economias industrializadas da *Ásia* mantêm-se extremamente dinâmicos. A expansão em 2004 resultou, quer da procura externa, quer da procura interna, com um sólido ritmo do consumo e grande vigor no investimento produtivo. Estes países têm beneficiado da expansão global - incluindo a robustez da China e o crescimento do sector de tecnologias da informação, factores ampliados pela crescente integração intra-regional da produção e comércio -, bem como de políticas económicas relativamente expansionistas e regimes cambiais que promovem a competitividade externa. As intervenções cambiais para evitar a apreciação da taxa de câmbio dificultam a gestão da política monetária - problema que tenderá a agravar-se com o progressivo aquecimento das economias - e, apesar de parcialmente esterilizadas, têm-se traduzido em aumentos de liquidez e de crédito. Na China, os dados mais recentes apontam para uma moderação do crescimento, em particular do investimento, em resposta à maior restritividade recente da política monetária. Em grande parte destes países, e não obstante os progressos desde finais da década de 90, as reformas bancárias e aperfeiçoamento da supervisão estão ainda em curso e o sector é particularmente vulnerável a um aumento do crédito malparado. Também os problemas orçamentais a médio prazo e a rápida subida da dívida pública nos últimos anos tornam a consolidação fiscal uma prioridade. Os excedentes correntes continuam elevados na generalidade dos países, com altos excedentes comerciais e crescentes influxos de serviços e remessas, e com contrapartida num muito rápido aumento das reservas externas.

A *América Latina* registou este ano uma acentuada recuperação económica, apoiada pela expansão da procura interna e pela crescente abertura ao comércio. O aumento dos preços dos bens primários está a

beneficiar muitos países, especialmente os exportadores de petróleo, metais e produtos agrícolas. As condições financeiras deterioraram-se ligeiramente desde Abril, mas os devedores soberanos tinham aproveitado as anteriores condições favoráveis para garantir as necessidades de financiamento de 2004 e para o “lock-in” das baixas taxas de juro. Os elevados níveis de dívida pública são a principal fonte de vulnerabilidade da região, exigindo reformas do sector público orientadas para a melhoria da sustentabilidade da dívida. Para garantir as bases para um crescimento sustentável nesta região são também necessários progressos institucionais e estruturais que fortaleçam o enquadramento jurídico e promovam o desenvolvimento do sector financeiro, bem como medidas de redução da pobreza e da acentuada desigualdade. A actual fase expansionista da actividade é propícia à resolução destas dificuldades estruturais.

Na *Europa Central e de Leste*¹ a actividade mantém-se sólida, estimulada pela crescente procura interna e fortes exportações, e a inflação aumentou na maioria dos países (que são bastante vulneráveis ao preço do petróleo). Espera-se em 2005 o prosseguimento de uma conjuntura favorável, embora a grande dependência energética introduza um risco negativo. Os elevados défices externos e públicos são a principal fragilidade da região. Na *Comunidade de Estados Independentes*, o aumento dos preços e da procura de petróleo e metais em 2004 acelerou ainda mais a expansão económica, sem que se tenham intensificado as pressões sobre os preços. A corrente situação no mercado petrolífero beneficiou também o *Médio Oriente*, onde o abrandamento da economia,

¹ A 1 de Maio de 2004, aderiram à UE dez novos países da Europa Central e de Leste: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

após o elevado ritmo de 2003, foi inferior ao antecipado.

Gráfico I

PIB Real

(taxa de variação anual em percentagem)

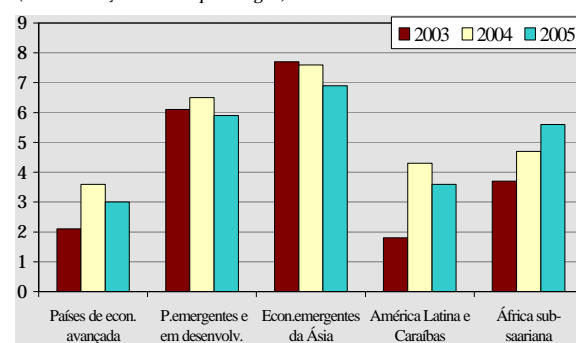


Gráfico II

Inflação

(taxa anual em percentagem)

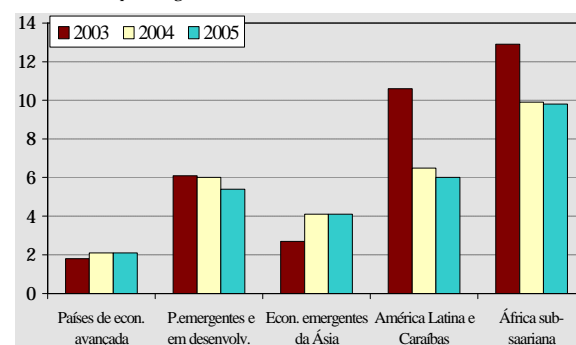


Gráfico III

Finanças Públicas

(saldo orçamental em percentagem do PIB)

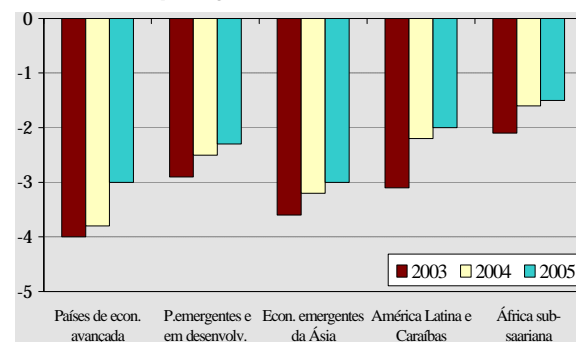
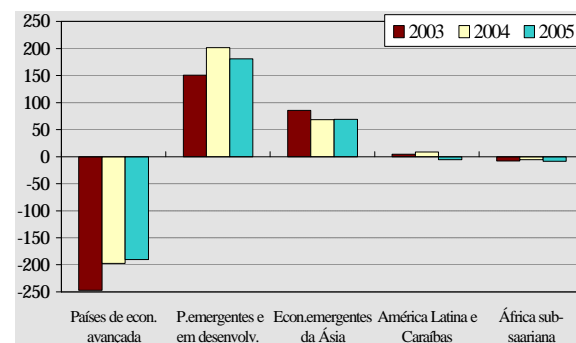


Gráfico IV

Balança Corrente

(saldo, em mil milhões de USD)



Na *África sub-sahariana* – e embora alguns países em conflito enfrentem problemas graves - os progressos na estabilidade macroeconómica e política, os menores encargos da dívida na sequência da Iniciativa HIPC e as melhores condições agrícolas, bem como a subida da produção de petróleo nalguns países permitiram o aumento do crescimento da região, que se estima atinja 4.7% em 2004 (3.7% em 2003). Para 2005, o FMI prevê uma nova aceleração. Saliente-se a notável aceleração em Angola, para cerca de 12-13 % em 2004 e 11% em 2005. A maior procura e o aumento dos preços dos bens primários tem efeitos positivos nas balanças comerciais em muitos países. Os maiores ganhos advêm para os países exportadores de petróleo, seguindo-se os exportadores de metais. Mas também para a maioria dos países importadores de petróleo, os ganhos associados às maiores exportações, em valor, de bens primários compensam as perdas resultantes da factura petrolífera, embora uma pequena minoria, com destaque para Cabo Verde, sofra perdas substanciais. Há assim riscos significativos para a África sub-sahariana, caso ocorra um abrandamento brusco da economia chinesa, que tem sido o principal motor das subidas dos preços dos bens primários não energéticos.

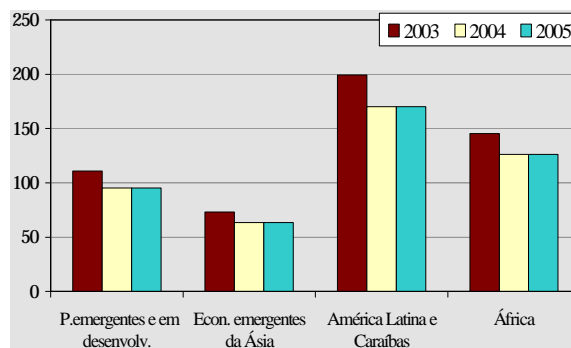
Após os significativos avanços na estabilidade económica, nomeadamente a consolidação da estabilidade de preços e das finanças públicas, os desafios prioritários situam-se agora no desenvolvimento de infra-estruturas e no fortalecimento das instituições e da governação. É importante continuar a reduzir o peso do Estado na economia e encorajar a iniciativa privada e o investimento. Simultaneamente, deverá alargar-se o acesso aos sistemas de saúde e educação.

As metas dos *Millenium Development Goals* estão ainda longe de serem alcançadas. No referente aos países africanos, a *New Partnership for African Development* (NEPAD) pode dar um contributo importante para uma melhor governação, incluindo qualidade das instituições públicas, transparência, responsabilização e combate à corrupção. A comunidade internacional tem também um papel relevante a desempenhar, quer através da redução das barreiras às exportações dos países em desenvolvimento, quer pelo empenho no aumento dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento. Neste âmbito, a UE comprometeu-se a aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para 0.39% em 2006, como primeiro passo para o objectivo de longo prazo de 0.7%. Há inclusivamente indícios de que a meta de 0.39% poderá ser excedida nesse ano.

Gráfico V

Dívida Externa

(stocks, em % das exportações de bens e serviços)



Principais Indicadores Económicos, 1986 - 2005

	1986/95 Média	1996/2002 Média	2000	2001	2002	2003	2004 Proj.	2005 Proj.
PIB real			<i>(t. v. anual)</i>					
Países de economia avançada	3.0	2.8	3.9	1.2	1.6	2.1	3.6	3.0
<i>dos quais: Novos países industrializados da Ásia¹</i>	8.1	4.4	7.9	1.1	5.0	3.0	5.5	4.1
Países emergentes e em desenvolvimento	3.7	2.9	5.8	4.0	4.8	6.1	6.5	5.9
Europa central e oriental ²	0.8	2.3	4.9	0.2	4.3	4.5	4.8	4.5
Comunidade de Estados Independentes	--	6.0	9.1	6.4	5.4	7.8	8.0	6.6
África	1.9	3.6	2.9	4.0	3.6	4.3	4.6	5.3
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	1.9	3.5	3.1	3.9	3.6	3.7	4.7	5.6
Ásia	7.7	6.3	6.7	5.5	6.6	7.7	7.6	6.9
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	6.2	3.1	5.3	3.0	4.5	5.1	5.6	5.6
Médio Oriente	2.7	4.4	5.5	3.5	4.2	6.0	5.1	4.8
América latina e Caraíbas	2.8	2.2	3.9	0.4	-0.1	1.8	4.3	3.6
<i>da qual: Brasil</i>	2.5	2.1	4.4	1.3	1.9	-0.2	3.5	3.5
Inflação (IPC)			<i>(t. v. anual)</i>					
Países de economia avançada	3.6	1.9	2.1	2.1	1.5	1.8	2.1	2.1
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	5.0	--	1.1	1.9	0.9	1.4	2.3	2.4
Países emergentes e em desenvolvimento	58.2	17.4	7.2	6.8	6.0	6.1	6.0	5.4
Europa central e oriental ²	59.2	23.3	23.0	19.6	14.8	9.2	7.2	5.9
Comunidade de Estados Independentes	--	23.4	24.5	20.3	13.8	12.0	9.9	8.7
África	27.4	14.3	13.0	12.1	9.7	10.3	8.5	8.2
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	32.4	17.7	16.8	15.1	12.1	12.9	9.9	9.8
Ásia	11.2	4.3	1.9	2.7	2.1	2.7	4.1	4.1
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	11.6	8.6	2.8	5.9	6.4	4.8	5.3	5.3
Médio Oriente	17.7	17.0	8.5	7.1	7.5	8.0	9.2	8.7
América latina e Caraíbas	196.2	10.3	6.6	6.0	9.0	10.6	6.5	6.0
Finanças públicas (saldo orçamental³)			<i>(em % do PIB)</i>					
Países de economia avançada	--	--	0.1	-1.3	-3.1	-4.0	-3.8	-3.0
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	--	--	-2.1	-4.9	-3.4	-2.7	-3.9	-2.4
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	-2.9	-3.2	-3.5	-2.9	-2.5	-2.3
Europa central e oriental ²	--	--	-4.6	-6.4	-7.2	-5.4	-5.6	-5.2
Comunidade de Estados Independentes	--	--	0.3	1.8	1.0	1.2	1.7	1.7
África	--	--	-1.4	-1.9	-2.5	-1.5	-1.2	-1.1
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	--	--	-2.5	-2.3	-2.7	-2.1	-1.6	-1.5
Ásia	--	--	-4.4	-4.2	-4.1	-3.6	-3.2	-3.0
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	--	--	-4.6	-4.4	-3.5	-3.4	-3.3	-2.9
Médio oriente	--	--	3.6	-0.6	-2.7	-0.6	0.2	-0.1
América latina e Caraíbas	--	--	-2.4	-2.6	-3.0	-3.1	-2.2	-2.0
Balança corrente			<i>(USD 10^{^9})</i>					
Países de economia avançada	--	--	-250.1	-202.9	-216.4	-247.1	-197.2	-190.4
<i>dos quais: Novos países industrializados¹</i>	--	--	41.4	52.3	62.5	85.8	84.3	79.7
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	85.6	39.3	84.6	150.8	201.6	181.1
Europa central e oriental ²	--	--	-32.6	-16.3	-24.0	-34.7	-45.2	-47.2
Comunidade de Estados Independentes	--	--	46.3	32.8	32.2	36.6	61.4	53.6
África	--	--	5.5	-1.5	-6.2	1.5	4.3	2.9
<i>da qual: África sub-sahariana</i>	--	--	-2.3	-9.3	-11.3	-8.1	-5.4	-8.5
Ásia	--	--	45.6	38.5	70.3	85.6	68.7	69.3
<i>da qual: excluindo China e Índia</i>	--	--	30.2	21.9	30.1	33.2	26.9	19.6
Médio oriente	--	--	69.2	38.7	29.1	57.6	103.5	108.2
América latina e Caraíbas	--	--	-48.4	53.0	-16.8	4.4	8.9	-5.7
Dívida externa			<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>					
Países emergentes e em desenvolvimento	--	--	131.9	132.1	124.5	111.0	95.4	89.1
Europa central e oriental ²	--	--	128.3	121.2	127.8	122.8	108.0	103.9
Comunidade de Estados Independentes	--	--	120.7	117.0	110.7	98.0	81.7	84.7
África	--	--	175.1	174.8	171.7	145.3	126.2	122.0
Ásia	--	--	95.0	96.4	84.2	73.3	63.4	55.1
Médio oriente	--	--	104.1	11.8	107.9	93.2	81.3	82.2
América Latina e Caraíbas	--	--	214.3	216.2	213.1	199.4	170.2	163.2
Outros indicadores			1986/93	1994/2001				
Termos de troca (bens e serviços; t. v. anual)								
Países de economia avançada	1.0	-0.2	-2.5	0.4	0.9	1.0	-0.2	-0.5
Países emergentes e em desenvolvimento	-3.2	0.5	6.0	-3.5	0.6	1.1	1.2	-0.8
Volume de comércio mundial (bens e serviços; t. v. anual)								
	5.4	7.4	12.6	0.1	3.3	5.1	8.7	7.2
Preço do petróleo (t. v. anual com preços em USD)								
	-5.9	4.7	56.9	-14.0	2.5	15.8	28.9	0.0
Preço de bens primários, excluindo petróleo (t.v. anual, preços em USD)								
	1.5	-1.0	1.8	-4.0	0.6	7.1	16.8	-3.9

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Coreia do Sul, Hong-Kong (China), Singapura e Taiwan; ² Inclui a Turquia; ³ Administração pública total no caso dos países de economia avançada, administração central no tocante aos países emergentes e em desenvolvimento.

Evolução das Economias dos PALOP

Capítulo II

ANGOLA

Área: 1 246 700 Km²
Capital: Luanda
População: 12 000 000 hab.
Moeda: Kwanza



1. SÍNTESE

A evolução da conjuntura macroeconómica angolana ao longo de 2003 e dos primeiros meses de 2004 terá permanecido particularmente condicionada pelo contexto de pós-conflito que passou a vigorar com a assinatura do cessar-fogo, em Abril de 2002. Embora as alterações induzidas por esse novo enquadramento não venham ainda claramente reflectidas na generalidade dos indicadores disponíveis, é já todavia possível constatar que houve, por exemplo, um progresso significativo da intermediação financeira, bem como um forte aumento das intenções de investimento, tanto nacional como estrangeiro, dirigidas à economia não-petrolífera (cujo ritmo anual de crescimento terá rondado os 8% no biénio 2002/2003).

Quanto ao sector da extracção de petróleo, largamente predominante na economia angolana – e que se foi paulatinamente expandindo ao longo dos anos de guerra, graças ao seu funcionamento em regime de enclave – terá acusado em 2003 uma ligeira retracção (-1.0% face a 2002). Tal fenómeno, determinado pelo progressivo esgotamento de certas zonas de produção mais antiga, vem porém na sequência do acentuado acréscimo que se havia registado em 2002 (22.1%) e deverá dar lugar a novo aumento substancial no ano em curso (admite-se uma variação de 16.5%, que levará a produção para um patamar próximo de 1.1 milhões de barris/dia, consolidando assim a posição de Angola como o segundo maior produtor sub-sahariano).

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	2002	2003	2004
	est.	est.	prog.
PIB real (t.v. anual)	15.3	4.7	13.2
Sector petrolífero	22.1	-1.0	16.5
Inflação (t.v. média)	109.0	98.2	56.7
(t.v. homóloga)	105.6	76.6	20.0
Massa monetária (t.v.a.)	158.7	67.5	--
Bal. corrente ext. (% PIB)	-1.3	-6.1	-4.1
Saldo orçamental (% PIB)	-8.9	-3.7	-4.0

A manutenção das exportações de petróleo a um nível elevado, conjugada com a obtenção de financiamentos externos em volume significativo, terá permitido que o saldo global da balança de pagamentos evoluísse de forma positiva em 2003, com o reforço das reservas cambiais como corolário (não obstante a deterioração da conta corrente e nova acumulação de atrasados da dívida externa – cuja negociação tem porém conhecido avanços importantes, no plano bilateral).

O referido reforço das reservas cambiais reflectiu também uma relativa moderação da procura de moeda estrangeira, por seu turno consequência de dois factores principais: o controlo mais rigoroso da execução orçamental (que terá também permitido uma queda acentuada do défice global) e a introdução de diversas medidas estruturantes no plano monetário e cambial. Estas últimas seriam, aliás, determinantes para a relativa estabilidade cambial que prevalece desde Setembro de 2003, espelhando uma redução dos desequilíbrios fundamentais que está ainda patente na queda da inflação para os níveis mais baixos desde 1990.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Após décadas de guerra quase ininterrupta, a economia angolana encetou em 2002 a reconversão para o novo contexto de paz que passou a vigorar com o cessar-fogo assinado em Abril desse ano, abrindo assim novas perspectivas de aproveitamento das vastas potencialidades que lhe são reconhecidas.

Trata-se de um processo longo e difícil, dada a amplitude da destruição provocada pelo conflito (conjugada ainda com debilidades estruturais de vária ordem), mas existem já sinais encorajadores de que o mesmo está em curso – embora tal facto não venha ainda claramente reflectido nas estatísticas disponíveis para o crescimento económico (necessariamente aproximativas).

Excluindo o sector petrolífero (cujas características de enclave o colocaram

Quadro II

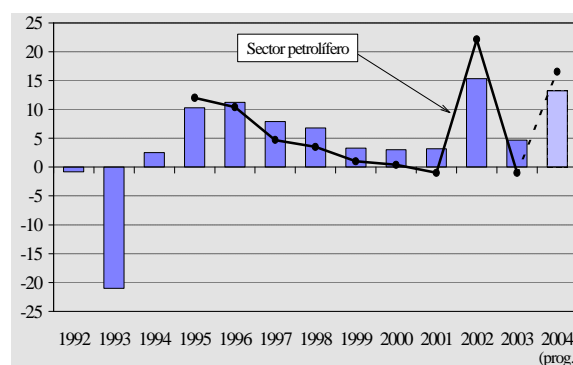
Decomposição do PIBpm

(em percentagem)

	2001	2002	2003
	est.	est.	est.
Sector primário	67.4	68.8	59.3
Agric., silvic. e pescas	8.0	7.8	8.1
Petróleo e gás	53.6	55.5	46.3
Diamantes	5.8	5.5	4.9
Sector secundário	7.4	7.1	7.3
Indústria transform.	3.8	3.7	3.8
Energia eléctrica	0.0	0.0	0.0
Construção	3.5	3.4	3.5
Sector terciário	25.2	24.0	30.9
Serv. Mercantis	15.6	15.3	15.0
Serv. não-mercantis	9.6	8.8	15.9

Gráfico I

PIB real (1992-2004, estimativas, t.v. anual em %)



relativamente ao abrigo do impacto directo provocado pela guerra), estima-se que o crescimento real da actividade económica terá ascendido a 7.6% em 2003 – nível já respeitável mas que traduz, no entanto, uma ligeira desaceleração face aos dois anos precedentes.

Por outro lado, para o conjunto da economia (ou seja, incluindo agora a actividade petrolífera, responsável por cerca de metade do PIB nos últimos anos – cf. Quadro II), a estimativa aponta para um crescimento real do PIB cifrado em 4.7% – bastante abaixo do valor registado no ano precedente mas melhor que no triénio 1999/2001 (cf. Gráfico I).

O abrandamento que se observa em 2003 deveu-se sobretudo ao desempenho do sector predominante, com o volume de petróleo extraído a cair ligeiramente (devido ao progressivo esgotamento de certos campos mais antigos).

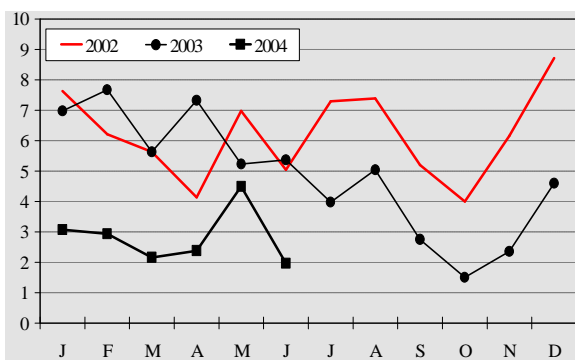
Trata-se, porém, de uma retracção transitória, que se segue ao considerável

acréscimo de 22% apurado em 2002 e deverá dar lugar a novo salto substancial em 2004: mais 16.5%, com os blocos 15 e 17 a prestarem o principal contributo para que a produção média possa vir a ultrapassar 1.1 milhões de barris/dia.

Já os obstáculos com que se confronta, por seu turno, o resto da economia são efectivamente muito consideráveis, desde a insuficiência dos serviços básicos (água, electricidade, comunicações) até um ambiente jurídico-administrativo ainda

Gráfico II

Inflação: IPC-Luanda (variação mensal, em %)



pouco propício (mesmo tendo havido avanços importantes a nível legislativo, como a Lei do Investimento Privado ou a nova pauta aduaneira).

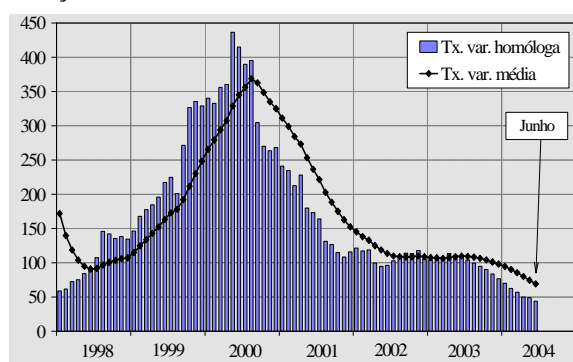
Não obstante tais dificuldades, parece querer impor-se, de facto, uma dinâmica renovada, patente na robusta expansão de indicadores como a criação de novas empresas, a produção industrial, as intenções de investimento estrangeiro, a tonelagem transitada nos principais portos ou o consumo de combustíveis.

Também um outro elemento perturbador que tradicionalmente assumia grande significado na economia angolana – a instabilidade nominal – dá agora mostras de estar a evoluir no bom sentido, com a cadência inflacionária a encetar no terceiro trimestre de 2003 uma toada genericamente descendente, pondo assim termo a um período prolongado em que pouco se progrediu neste domínio (cf. Gráfico III).

Reflectindo um certo acréscimo de rigor que se terá progressivamente imposto na execução da política orçamental e na coordenação desta com a política monetária, bem como a introdução de diversas medidas racionalizadoras no âmbito monetário e cambial (cf. Capítulos 4 e 5), a variação mensal do IPC abrandou claramente no final do ano (com a excepção parcial de Dezembro, devido à quadra festiva – cf. Gráfico II), levando a inflação média anual a

Gráfico III

Inflação: IPC-Luanda (1998-2004, em %)



quebrar mesmo a barreira dos dois dígitos, caindo em Junho de 2004 para o patamar mais baixo dos últimos 14 anos (69.2%).

3. CONTAS EXTERNAS

As estimativas disponíveis neste domínio para 2003 são ainda muito preliminares mas parecem ir genericamente no sentido de uma deterioração não negligenciável ao nível da balança de transacções correntes – contrariando assim a evolução favorável que se havia registado no ano precedente. Admite-se, todavia, que tal deterioração seja acompanhada por um significativo acréscimo no tocante às entradas líquidas de capitais, permitindo dessa forma que se tenha registado uma melhoria global da posição externa, traduzida num reforço das reservas cambiais e numa menor acumulação de atrasados da dívida externa (cf. Gráfico IV).

No que diz respeito a esta última, a escassez de dados estatísticos consistentes permanece particularmente acentuada, embora estejam em curso alterações de procedimentos que poderão permitir a ultrapassagem das dificuldades actuais ainda durante o ano em curso. Tendo presente essa ressalva, constata-se que a evolução estimada até 2003 dava conta de uma redução progressiva do *stock* total em percentagem do PIB (cf. Gráfico V).

De então em diante, continuou a verificar-se a contratação de empréstimos em condições comerciais junto de sindicatos bancários internacionais (com garantia de petróleo) – destacando-se, em Junho de 2003, o maior até essa altura negociado (cerca de USD

Gráfico IV

Balança de pagamentos (1992-2004, em % do PIB)

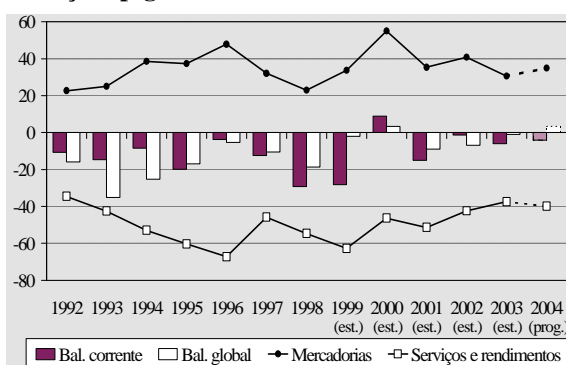
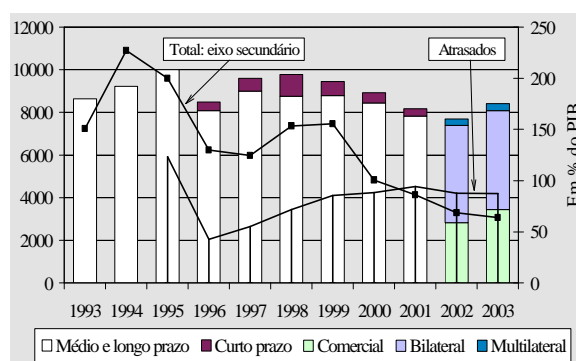


Gráfico V

Dívida externa (1993-2003, estimativas, milhões de USD)



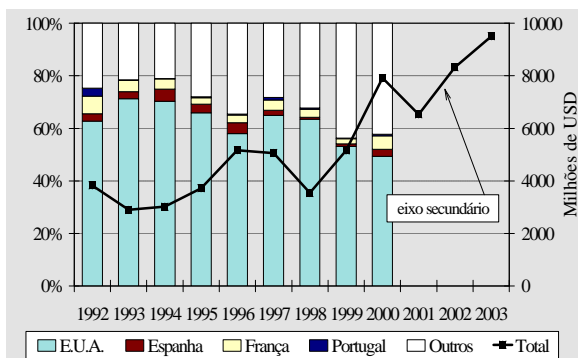
1.15 biliões) e, já no ano em curso, um outro, que rondará USD 1.6 biliões e deverá servir, em parte, para sustentar o reescalonamento da dívida angolana para com entidades portuguesas.

Também em 2004, foi negociada entre as autoridades angolanas e chinesas uma facilidade financeira que poderá ascender a USD 2 biliões – juntando-se assim a outras linhas de crédito comerciais disponibilizadas, ou a disponibilizar, por países como o Brasil, a Alemanha e a Polónia (nestes dois últimos casos, após processos de reestruturação dos respectivos créditos sobre Angola, levados a cabo em 2003).

O volume dos financiamentos captados terá contribuído para uma redução do saldo negativo do endividamento a médio e longo

Gráfico VI

Exportações de mercadorias (1992-2003)



prazo em 2003, de acordo com as projecções preliminares que se encontram disponíveis.

Estas últimas apontam também para uma forte aumento do investimento directo estrangeiro face a 2002 (cujo valor nominal mais que duplicou), confirmando as indicações quer de manutenção a níveis elevados do investimento na actividade petrolífera quer de um reforço daquele que se dirige ao resto da economia – a começar pelo sector dos diamantes.

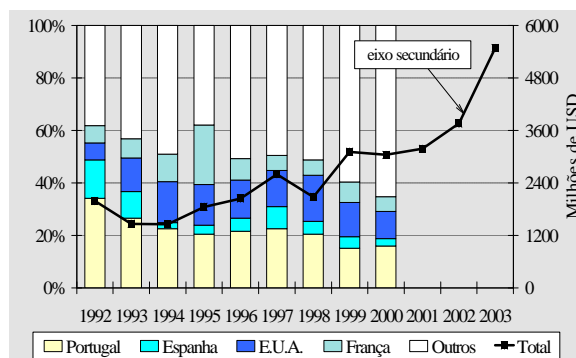
O referido sector é tradicionalmente a segunda maior fonte de receitas da economia angolana (depois do petróleo), admitindo-se que as respectivas exportações tenham evidenciado um aumento importante em 2003 (mais 23.5% que no ano anterior, quando se tinha dado uma quebra, em parte associada à baixa dos preços internacionais).

Admite-se também que o mesmo possa voltar a suceder no ano em curso (embora de forma menos pronunciada), devido à prevista entrada em produção de novos projectos, viabilizados pela conjuntura de paz.

Já no que diz respeito às exportações de petróleo – largamente predominantes (cerca de 90% do total no último quinquénio) e destinadas sobretudo aos EUA (cf. Gráfico VI) – terá havido também um bom desempenho em 2003, essencialmente

Gráfico VII

Importações de mercadorias (1992-2003)



graças ao comportamento dos preços internacionais, já que a produção registou uma ligeira quebra.

A deterioração do saldo corrente que se admite ter ocorrido em 2003 – apesar deste bom desempenho das exportações – terá ficado a dever-se, em contrapartida, ao crescimento mais acelerado ainda quer das importações de mercadorias quer das saídas dos rendimentos de capitais (nomeadamente das companhias petrolíferas).

4. FINANÇAS PÚBLICAS

As autoridades angolanas têm manifestado a necessidade de assegurar um controlo efectivo sobre a execução orçamental (tanto ao nível da arrecadação de receitas, petrolíferas ou não, como no tocante à realização de despesas, a começar pelas correntes) – controlo esse entendido, desde logo, como instrumento indispensável para a redução da instabilidade financeira, cuja causa principal era tradicionalmente a excessiva injeção de liquidez na economia, induzida pela prática recorrente de défices públicos elevados.

Quadro III

Operações financeiras do Estado

(em % do PIB)

	2002	2003	2004
	est.	est.	orç.
Receitas totais	39.0	37.5	35.9
Receitas petrolíferas	29.9	29.1	27.2
Rec. correntes não-petrol.	9.1	7.1	8.5
Donativos	0.0	1.4	0.1
Despesas totais	47.9	41.3	39.8
Despesas correntes	35.6	33.1	32.3
Bens e serviços	19.0	11.6	10.2
Pessoal	10.9	14.2	16.7
Juros programados	3.2	2.2	1.5
Transferências	2.6	5.1	3.9
Desp. de investimento	6.9	8.2	7.5
Outras despesas ¹	5.5	0.0	0.0
Saldo global (compromissos)	-8.9	-3.7	-4.0
Varição de atrasados ²	7.5	1.1	1.0
Valores em trânsito ³	0.0	-1.1	0.0
Saldo global (caixa)	-1.5	-3.7	-2.9
Financiamento interno	3.6	-2.1	2.0
Financiamento externo	-2.1	5.8	0.9

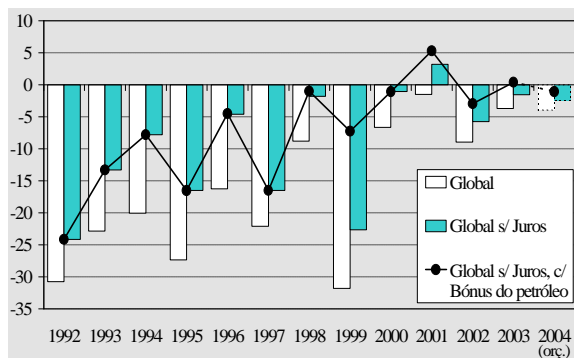
¹ Desp. quase-fiscais, défices operacionais BNA e outras;

² Atrasados int. e de juros ext.; ³ Inclui erros e omissões.

A introdução de diversas medidas correctivas ao nível da gestão orçamental (e da sua articulação com a política monetária)

Gráfico VIII

Finanças públicas (1992-2004, estimativas, saldos em % do PIB)



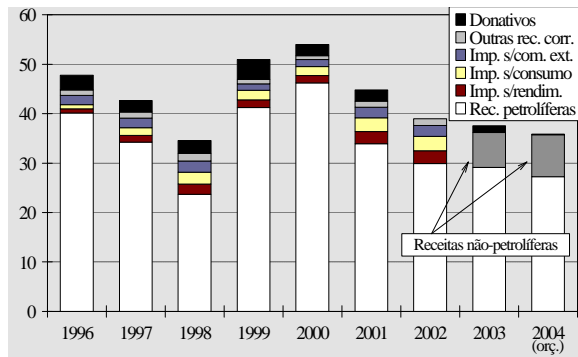
terá sido, aliás, determinante para que se viesse a apurar em 2003 um dos mais baixos défices públicos de que há registo, em termos relativos: o equivalente a 3.7% do PIB (cf. Gráfico VIII), com os donativos integrados nas receitas totais e não no financiamento. Tais medidas correctivas terão nomeadamente possibilitado que se assegurasse a unificação das despesas públicas na esfera do Orçamento, ou seja que fossem enfim eliminadas as despesas extra-orçamentais (ainda em 2002 estimadas no equivalente a cerca de 5.5% do PIB).

A redução dos desequilíbrios que se estima ter ocorrido em 2003 ficou, de facto, patente tanto na substancial diminuição do défice global – para menos de metade do apurado no ano anterior, em percentagem do PIB (cf. Quadro III) – como numa acumulação de atrasados bastante menos pronunciada do que antes (embora o facto de terem aumentado os atrasados seja naturalmente evidência de que persistem desequilíbrios

avultados). Ficou ainda patente, enfim, no recurso ao financiamento externo como

Gráfico IX

Receitas públicas (1996-2004, estimativas, em % do PIB)



fonte principal para cobertura do défice (obtido, todavia, em condições comerciais), ao mesmo tempo que o financiamento interno se revelava negativo, prestando assim um contributo relevante para a redução das pressões inflacionistas. Importa ainda referir, a este propósito, que começaram a ser emitidos títulos da dívida pública em 2003 (por enquanto sobretudo para regularizar débitos a residentes), o que já não sucedia há mais de uma década e representa um avanço assinalável no panorama financeiro angolano – colocando todavia um grau de exigência maior sobre o Tesouro, para evitar situações de incumprimento das quais resulta sempre uma perda de confiança difícil de recuperar.

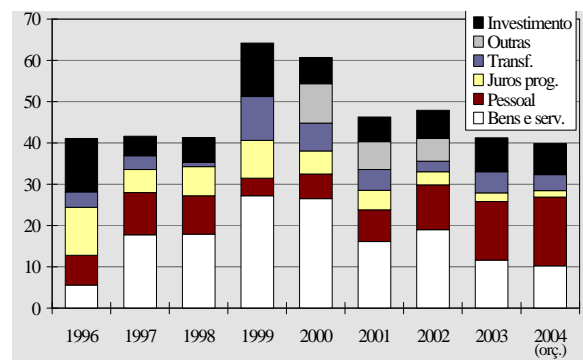
A melhoria na execução orçamental de 2003 terá ficado a dever-se, em boa medida, a uma captação de receitas mais robusta do que inicialmente se previa (cerca de 37.5% do PIB, contra um valor orçamentado que não ia além de 30.5%). Para tanto contribuíram sobretudo um acréscimo

significativo na arrecadação de donativos e a estabilidade das receitas petrolíferas, em percentagem do PIB, face ao registado no ano anterior (cf. Gráfico IX) – graças ao nível relativamente elevado dos preços internacionais do petróleo e não obstante a ligeira queda na produção angolana.

Em contrapartida, as despesas totais terão contabilizado uma quebra substancial (do correspondente a 47.9% do PIB em 2002 para 41.3% no ano seguinte – cf. Gráfico X), mesmo assim compatível com o reforço do investimento. A contenção que os dados disponíveis reflectem parece incidir especialmente sobre a esfera das despesas correntes, nomeadamente os bens e serviços

Gráfico X

Despesas públicas (1996-2004, estimativas, em % do PIB)



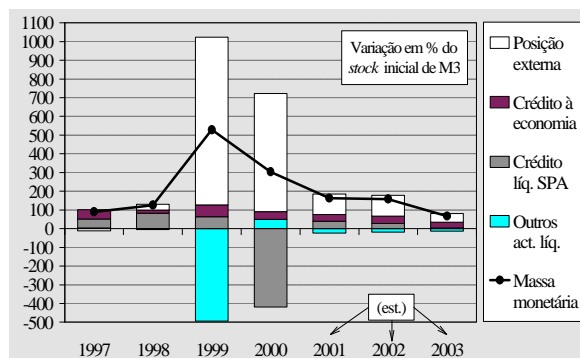
(cujo valor de 2002 terá reflectido o impacto imediato do cessar-fogo: desmobilização, realojamento, extensão da administração pública, etc.) e ao contrário das despesas com o pessoal e das transferências – campo em que se destacam os subsídios aos preços dos combustíveis (que terão rondado 5% do PIB em 2003 e cuja necessária redução determinou um acréscimo substancial dos referidos preços já em Maio de 2004).

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

O panorama monetário e financeiro de Angola conheceu alterações significativas em 2003, correspondendo à necessidade urgente de um progresso efectivo nesta área (em especial a premência que se impunha na redução da instabilidade nominal, nefasta quer para o bem-estar das populações mais desfavorecidas quer para a criação de um ambiente propício ao investimento e ao crescimento). Tais alterações incluíram um alívio da tradicional pressão expansionista induzida pelos desequilíbrios das finanças públicas, um aprofundamento do mercado financeiro, o reforço da posição financeira do banco central, um certo ganho de eficácia na condução da política monetária e, por fim

Gráfico XI

Factores de variação da Liquidez (1997-2003)



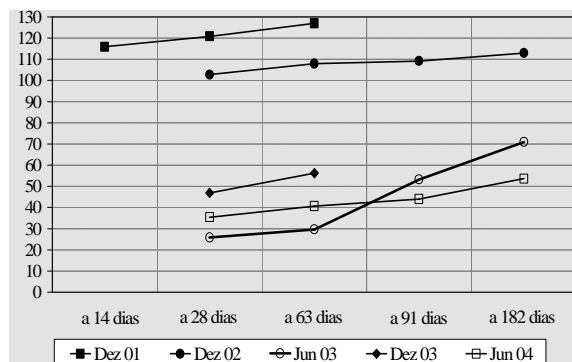
(em boa medida como consequência), o mais prolongado período de relativa estabilidade cambial desde a primeira depreciação significativa após a independência, em 1991.

A melhoria da situação monetária patente em 2003 terá crucialmente assentado no relativo acréscimo de rigor que se estima ter

ocorrido no domínio orçamental, mas passou também pela tomada de diversas medidas no plano monetário e cambial – bem como na

Gráfico XII

Taxas dos Títulos do Banco Central (TBC; médias, em %)



articulação entre a gestão orçamental e a política monetária – das quais resultou um certo aperto desta última e, sobretudo, um aparente aumento de eficácia da mesma.

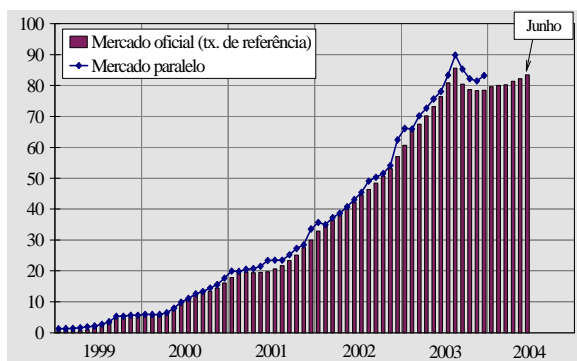
A assinatura de um protocolo entre o BNA e o Tesouro, em finais de 2002, foi um primeiro passo relevante, desde logo por aliviar a situação financeira da autoridade monetária, preconizando aspectos como a repartição dos encargos com a emissão dos Títulos do Banco Central e a reestruturação dos créditos do BNA sobre o Tesouro (que daria lugar à emissão de Obrigações remuneradas). Seguiu-se, em Fevereiro de 2003, um pacote de medidas que o vieram operacionalizar, bem como complementar o anterior pacote de 1999, que havia encetado a liberalização cambial e monetária. Por fim, foram introduzidas em Agosto de 2003 certas alterações operacionais que se revelariam decisivas, com destaque para o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias (associado ao aumento

do respectivo coeficiente) e para diversas modificações no funcionamento do mercado cambial (desde a introdução dos leilões de tipo holandês até ao alargamento da venda livre de moeda estrangeira, passando por um tratamento diferente das entradas de divisas para pagamento de impostos petrolíferos).

O impacto conjugado de tais factores – potenciado pela intervenção mais frequente que o banco central se podia agora permitir – viria a resultar numa redução da liquidez excedentária e, em particular (pela quebra na procura de divisas), numa substancial alteração do contexto cambial. Começou, assim, por se dar uma depreciação acentuada do USD face ao Kwanza, tanto no mercado oficial como, logo depois, no paralelo (8.4% e 11.9%, respectivamente, na primeira quinzena de Setembro de 2003), seguida de uma certa estabilidade daí em diante

Gráfico XIII

Taxas de câmbio KZ/USD (1999-2004, médias mensais)

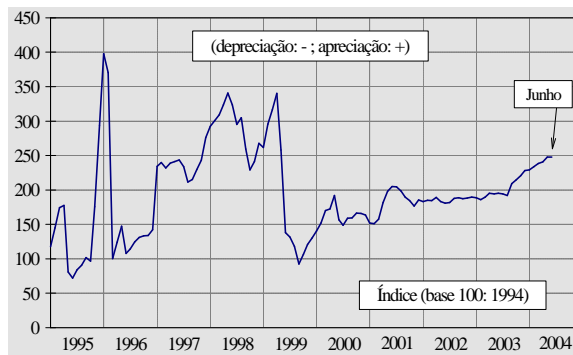


(apreciação do USD em 3.6% entre Outubro de 2003 e Junho último) – cf. Gráfico XIII. Tal evolução teve, porém, o lado negativo de acarretar uma importante perda de competitividade para a economia angolana, pois a inflação não abrandou a ritmo

idêntico, daí resultando uma forte apreciação real do Kwanza (cf. Gráfico XIV).

Gráfico XIV

Taxa de câmbio efectiva real (1995-2004, média mensal)



O relativo abrandamento da procura de moeda estrangeira induzido pelas referidas medidas ajudaria a que se verificasse um importante reforço dos Activos Externos (embora o total vendido pelo BNA ao sistema acabasse por aumentar 37% face ao ano anterior, ficou já bastante aquém dos 158% de 2001). Aquele agregado seria, assim, responsável por quase dois terços da expansão registada pela massa monetária em 2003 (67.5%, significativamente menos que nos anos anteriores – cf. Gráfico XI), com o remanescente a ser induzido sobretudo pelo Crédito à Economia, pois a parcela relativa ao SPA acusou um acréscimo equivalente a apenas 4.0% do valor inicial de M3 (e uma substancial contracção no primeiro semestre de 2004). Merece ainda destaque o desenvolvimento do sistema bancário, bem patente na acelerada abertura de novos balcões e no aprofundamento da intermediação financeira – conforme ressalta do quociente entre o Crédito à Economia e os depósitos totais: 17% em 2000, 29% em 2002 e agora 47% em Junho de 2004.

Principais Indicadores Económicos, 1999 - 2004

	Unidades	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004	2004
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB p.m.	milhões de EUR	6367	9729	10567	11860		11636		
	milhões de USD	6074	8863	9486	11200	12585	13147		
	t. var. real	3.3	3.0	3.2	15.3	5.5	4.7	13.2	
VAB do Sector petrolífero	t. var. real	1.0	0.4	-1.0	22.1	1.6	-1.0	16.5	
Inflação (IPC-Luanda)	t. var. homóloga	329.0	268.4	116.1	105.6	65.0	76.6	20.0	44.2 Jun.
	t. var. média	248.2	325.0	152.6	109.0		98.2	57.6	69.2 Jun.
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	51.0	54.0	44.8	39.0	30.5	37.5	35.9	
Receitas petrolíferas	% PIB	41.2	46.2	33.9	29.9	24.5	29.1	27.2	
Despesas totais	% PIB	82.8	60.7	46.3	47.9	30.5	41.2	39.8	
Saldo global (base compromissos) ¹	% PIB	-31.8	-6.7	-1.5	-8.9	0.0	-3.7	-4.0	
Sem donativos	% PIB	-35.8	-8.9	-3.8	-8.9	0.0	-5.1	-4.1	
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	133.8	-2332.2	39.8	121.7	182.1	210.3		-238.0 Jun. ⁵
Crédito à economia	t. var. anual	261.8	308.8	268.8	205.6	66.6	135.0		34.2 Jun. ⁵
Massa monetária (M3)	t. var. anual	528.2	303.7	162.7	158.7	60.9	67.5		13.4 Jun. ⁵
TAXAS DE JURO									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	t. anual	57.0	57.0	57.0	29.0		41.4		27.3 Jun.
Redesconto	t. anual	120.0	150.0	150.0	150.0		150.0		95.0 Jun.
Títulos do Banco Central (a 28 dias)	t. anual	79.1	115.2	120.8	102.7		47.0		35.4 Jun.
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	45.6	53.6	-17.5	27.4	5.0	14.2	10.0	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	49.5	-2.2	4.6	18.3	14.9	45.7	11.4	
Balança corrente	% PIB	-28.2	9.0	-15.1	-1.3	-8.2	-6.1	-4.1	
Reservas cambiais	meses import. ⁴	1.0	2.5	1.3	0.6	0.7	1.2		
DÍVIDA EXTERNA									
Valor total	milhões de EUR	9900	9787	9104	8148		7440		
	milhões de USD	9445	8916	8172	7695		8406		
	% PIB	155.5	100.6	86.1	68.7		63.9		
	% exportações ⁴	177.9	108.9	121.3	90.0		86.5		
Serviço da dívida	% exportações ⁴	44.4	36.3	41.2	26.5		25.9		
TAXAS DE CÂMBIO									
Nominal KZ ² /EUR (mercado oficial)	t. média	2.662	9.147	19.767	41.272		84.387		101.138 Jun.
Nominal KZ ² /USD (mercado oficial)	t. média	2.791	10.041	22.020	43.704		74.690		83.392 Jun.
(mercado paralelo)	t. média	3.157	10.554	23.947	45.265		77.841		
ITCE nominal (base 100: 1994) ³	t. variação	-85.8	-71.2	-54.1	-50.1		-43.7		-13.0 Jun. ⁵
ITCE real (base 100: 1994) ³	t. variação	-51.5	18.9	12.7	2.4		7.3		23.5 Jun. ⁵

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Englobando os Donativos nas Receitas e não no Financiamento; ² Kwana (reintroduzido em Outubro de 1999, à razão de 1 para 1 milhão de Kwanzas Reajustados);

³ Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1995/1999

(depreciação: -; apreciação: +); ⁴ Importações e exportações de bens e serviços; ⁵ Variação face a Dezembro anterior.

ANGOLA - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1999 - 2004(preços correntes, em milhões de KZ ¹)

	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Sector primário	12478	64793	140800	337000		582296	
Agricultura, silvicultura e pesca	1080	5193	16700	38300		79538	
Indústria extractiva	11398	59600	124100	298700		502758	
Petróleo e gás	9980	53900	111900	271600		454642	
Outros	1418	5700	12200	27100		48116	
Sector secundário	1089	5178	15379	34681		71682	
Indústria transformadora	553	2649	7900	18000		37132	
Electricidade e água	6	27	79	181		363	
Construção	529	2502	7400	16500		34187	
Sector terciário	3383	18973	52600	117600		303422	
Serviços mercantis	2555	12900	32600	74700		147292	
Serviços não-mercantis	828	6073	20000	42900		156130	
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)	16950	88944	208779	489281		957400	
Tributação aduaneira		49	100	200		24549	
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	16950	88993	208879	489481	942000	981949	1324248
Consumo	7910						
Público							
Privado							
Investimento	5481						
Público							
Privado							
Procura interna	13392						
Exportações de bens e serviços	16532						
Procura global	29923						
Importações de bens e serviços	12972						
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	9039						
PIBpm nominal (milhões de EUR) ²	6367	9729	10567	11860		11636	
PIBpm nominal (milhões de USD) ²	6074	8863	9486	11200	12585	13147	13788
PIBpm nominal (milhões de USD) ³	5369	8432	8722	10814		12615	
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	556.2	409.7	127.4	103.2	82.4	91.6	19.1
PIBpm nominal (variação anual em %)	577.8	425.0	134.7	134.3	92.4	100.6	34.9
PIBpm real (variação anual em %)	3.3	3.0	3.2	15.3	5.5	4.7	13.2
Sector petrolífero	1.0	0.4	-1.0	22.1	1.6	-1.0	16.5

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Kwanza (reintroduzido em Outubro de 1999, substituiu o Kwanza Reajustado à razão de 1 para 1 milhão).² Conversão à taxa de câmbio oficial; ³ Conversão à taxa de câmbio paralela;

Índice de Preços no Consumidor, 1991 - 2004 (*)*(em percentagem)*

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		(1)	(2)	(3)	(4)
1991	Dezembro	--	175.72	175.72	2103.18
1992	Dezembro	--	495.80	495.80	299.10
1993	Dezembro	--	1837.71	1837.71	1379.34
1994	Dezembro	--	971.87	971.87	949.73
1995	Dezembro	--	3783.25	3783.25	2671.63
1996	Dezembro	--	1650.11	1650.11	4145.11
1997	Dezembro	--	147.74	147.74	219.18
1998	Dezembro	--	134.75	134.75	107.29
1999	Dezembro	--	329.00	329.00	248.22
2000	Dezembro	--	268.35	268.35	325.03
2001	Dezembro	--	116.14	116.14	152.60
2002	Janeiro	7.63	7.63	121.35	145.20
	Fevereiro	6.21	14.31	117.35	138.24
	Março	5.63	20.75	118.91	132.96
	Abril	4.13	25.74	99.77	125.03
	Maió	6.98	34.52	94.89	118.66
	Junho	5.04	41.30	96.37	113.44
	Julho	7.30	51.61	102.69	109.90
	Agosto	7.39	62.82	110.36	108.90
	Setembro	5.20	71.28	113.99	108.59
	Outubro	4.00	78.13	113.62	108.80
	Novembro	6.16	89.11	117.85	109.79
	Dezembro	8.72	105.60	105.60	108.96
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	<i>50.00</i>	<i>50.00</i>	--
	<i>Dezembro (prog. rev.)</i>	--	<i>75.00</i>	<i>75.00</i>	--
2003	Janeiro	6.98	6.98	104.36	107.77
	Fevereiro	7.68	15.19	107.19	107.19
	Março	5.63	21.68	107.18	106.58
	Abril	7.32	30.59	113.53	107.75
	Maió	5.23	37.42	110.03	108.76
	Junho	5.37	44.80	110.69	109.69
	Julho	3.97	50.55	104.16	109.46
	Agosto	5.04	58.14	99.69	108.28
	Setembro	2.75	62.49	95.04	106.46
	Outubro	1.50	64.92	90.36	104.29
	Novembro	2.36	68.81	83.53	101.28
	Dezembro	4.60	76.58	76.58	98.23
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	<i>30.00</i>	<i>30.00</i>	--
	<i>Dezembro (prog. revisto)</i>	--	<i>65.00</i>	<i>65.00</i>	--
2004	Janeiro	3.07	3.07	70.13	94.65
	Fevereiro	2.93	6.09	62.62	90.23
	Março	2.16	8.38	57.29	85.48
	Abril	2.38	10.97	50.04	79.83
	Maió	4.49	15.95	48.99	74.64
	Junho	1.96	18.22	44.17	69.22
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	<i>20.00</i>	<i>20.00</i>	<i>57.60</i>

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

(*) Índice total (inclui as tarifas dos serviços públicos).

(¹) mês n / mês n-1; (²) mês n / Dezembro anterior; (³) mês n / mês n do ano anterior; (⁴) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

ANGOLA - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1999 - 2004*(em milhões de USD)*

	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Prog.
1. CONTA CORRENTE	-1710	796	-1429	-150	-1034	-799	-572
Mercadorias	2048	4881	3356	4568	4422	4028	4806
Exportações (f.o.b.)	5157	7921	6535	8328	8742	9508	9619
das quais: Sector petrolífero	4491	7120	5803	7644	7971	8683	8747
Sector diamantífero	629	739	689	638	723	788	819
Importações (f.o.b.)	-3109	-3040	-3179	-3760	-4320	-5480	-4813
Serviços e rendimentos	-3814	-4113	-4876	-4750	-5573	-4926	-5504
Serviços	-2442	-2432	-3315	-3221	-3851	-3250	-3831
Créditos	153	267	203	225	253	213	278
Débitos	-2595	-2699	-3518	-3445	-4104	-3463	-4109
Rendimentos (líquidos)	-1372	-1681	-1561	-1529	-1722	-1676	-1673
dos quais: Juros da dívida pública	-569	-597	-539	-453	-457	-422	-304
Transferências correntes (líq.)	56	28	91	32	116	99	127
2. CONTA DE CAPITAL E OPER. FINANCEIRAS	1665	-449	955	-779	844	1107	1029
Transferências de capital (líq.) ¹	7	18	4	---	55	---	61
Endividamento a médio e longo prazo	-290	-766	-618	-679	235	-388	0
Desembolsos	1501	1610	1619	1134	1987	1710	1484
Amortizações programadas	-1791	-2376	-2237	-1813	-1752	-2098	-1484
Investimento directo estrangeiro (líq.)	2472	879	2146	1643	1036	3481	968
do qual: "Bónus" do petróleo ²	935	0	450	0		0	
Outros capitais (líq.)	-524	-580	-577	-1743	-482	-1986	0
3. ERROS E OMISSÕES¹	-81	-52	-368	150	0	-433	0
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	-126	295	-842	-778	-190	-125	457
5. FINANCIAMENTO	126	-295	842	778	190	125	-457
Variação das DLX (aumento: -)	-530	-631	508	356	-175	-263	-457
Financiamento excepcional	656	336	334	422	365	388	0
Variação de atrasados (aumento: +)	656	134	294	380	365	69	0
Reescalonamento e perdão de dívida ³	0	202	40	43	0	319	0
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO⁴: (4) + (5)	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Em 2002 e 2003 as transferências de capital líquidas estão diluídas nos erros e omissões; ² Pagamentos de contrapartida pelos direitos de exploração; ³ Inclui pré-pagamento; ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

ANGOLA - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2002

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	1990 a 2000	1992 a 2002
China ¹						3.8	5.0	13.2	4.0	7.3	13.9			--	--
Coreia do Sul ¹							0.0	0.0	2.8	13.4	10.2			--	--
Espanha	1.4	1.3	2.8	2.7	4.6	3.3	4.2	1.9	0.8	1.0	2.6			2.4	--
E.U.A.	51.0	56.5	62.8	71.3	70.3	65.9	58.0	65.0	63.5	53.1	49.4	44.6	47.9	59.1	56.4
França	12.7	10.6	6.7	4.3	3.9	2.4	2.9	3.9	2.9	2.0	5.1			5.0	--
Portugal	2.1	3.4	3.0	0.2	0.2	0.4	0.3	1.0	0.6	0.2	0.7	0.1	0.0	1.0	0.5
Taiwan ¹							6.1	1.7	8.2	6.4	4.8			--	--
Outros	32.8	28.2	24.7	21.5	21.0	24.2	23.5	13.3	17.2	16.6	13.3			--	--
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0			--	--

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Os valores em falta estão diluídos na rubrica Outros (a China registou uma quota média de 7.9% entre 1995 e 2000; a Coreia do Sul e Taiwan alcançaram 5.1% e 5.3%, respectivamente, entre 1996 e 2000).

ANGOLA - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2002

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	1990 a 2000	1992 a 2002
África do Sul ¹			5.3	6.2	6.7	8.0	18.7	9.2	9.7	9.7	10.2	11.7	11.7	--	10.1
Alemanha ¹	5.3	4.3	3.9	2.3	1.8	1.7	1.7	2.3	2.4	1.7				--	--
Brasil	5.3	4.1	2.6	2.9	11.9	1.2	1.9	4.0	6.0	3.3	4.4	4.1		4.1	--
China ¹						1.3	1.5	1.4	1.8	1.3				--	--
Coreia do Sul ¹							0.0	0.0	1.0	15.6	16.3			--	--
Espanha	6.7	3.9	14.6	10.0	2.4	3.5	5.0	8.5	4.9	4.4	2.9			6.0	--
E.U.A.	9.6	11.2	6.5	12.9	15.6	15.4	14.5	13.7	17.6	13.0	10.3	9.0	11.2	12.7	12.3
França	9.8	10.5	6.6	7.3	10.5	22.7	8.3	5.8	5.8	7.8	5.6	4.8		8.7	8.7
Holanda	6.2	4.0	3.3	4.8	4.2	3.6	3.4	4.6	5.2	3.9	3.3			4.1	--
Itália	5.0	3.6	2.4	4.7	2.5	2.5	3.1	2.7	3.7	2.9	3.0			3.2	--
Portugal	26.1	31.8	34.1	26.6	22.5	20.4	21.5	22.5	20.4	15.1	15.9	14.6	15.4	22.2	19.6
Reino Unido	3.4	3.7	4.7	3.2	2.8	2.9	3.9	6.4	3.4	5.5	4.4			4.3	--
Outros	22.6	22.9	16.0	19.1	19.1	16.8	16.5	18.9	18.1	15.8	23.7			18.9	--
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0			--	--

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Os valores em falta estão diluídos na rubrica Outros (quotas médias: África do Sul, 9.4% de 1992 a 2000; Alemanha, 2.6% de 1990 a 1999; China, 1.4% de 1995 a 1999; Coreia do Sul, 5.1% de 1996 a 2000).

ANGOLA - Quadro 7

Dívida Pública Externa, 1998 - 2003*(em milhões de USD)*

	1998	1999	2000	2001	2002 ¹	2003
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Dívida de médio e longo prazo	8754	8790	8444	7820		
A) da qual: Juros atrasados	829	874	1102	826		
da qual: Não-Concessional		7929				
Credores multilaterais	209	346		273		
da qual: Juros atrasados	29	28		0		
Credores bilaterais	8545	8444		7547		
da qual: Juros atrasados	800	846		826		
Países do ex-COMECON	2572	2543		468		
da qual: Juros atrasados	115	119		99		
Restantes países	5973	5901		7079		
da qual: Juros atrasados	685	727		727		
Dívida de curto prazo	1022	655	472	352		
da qual: Juros atrasados	18	15	23	17		
Credores bilaterais	1022	655		352		
da qual: Juros atrasados	18	15		17		
Países do ex-COMECON	44	49		23		
da qual: Juros atrasados	1	1		12		
Restantes países	978	606		329		
da qual: Juros atrasados	17	14		5		
Dívida Multilateral					305	334
da qual: Juros atrasados					0	0
Dívida Bilateral					4566	4627
da qual: Juros atrasados					811	701
Dívida Comercial					2824	3445
da qual: Juros atrasados					250	257
Bancos					1868	2474
da qual: Juros atrasados					112	116
Empresas					956	971
da qual: Juros atrasados					138	141
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	9776	9445	8916	8172	7695	8406
da qual: Atrasados	3448	4104	4238	4532	4207	4199
da qual: Juros atrasados	847	889	1125	843	1061	958
da qual: Não-Concessional		8584				
Serviço programado da dívida de m/l prazo	2071	2360	2973	2776	2266	2520
Capital	1567	1791	2376	2237	1813	2098
Juros	504	569	597	539	453	422
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	266.7	177.9	108.9	121.3	90.0	86.5
da qual: Não-Concessional		161.7				
Serviço programado da dívida de m/l prazo	56.5	44.4	36.3	41.2	26.5	25.9
<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	153.5	155.5	100.6	86.1	68.7	63.9
da qual: Não-Concessional		141.3				

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ A partir de 2002, o Banco Nacional de Angola introduziu uma alteração de estrutura no apuramento da Dívida Externa.

Operações Financeiras do Estado, 1999 - 2004(em milhões de KZ ¹)

	1999	2000	2001	2002	2003	2003		2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est.	<i>g.e.</i> ²	Orç.
1. RECEITAS TOTAIS	8638	48052	93578	190800	287485	368561	128.2	474873
1.1. Receitas correntes	7959	46019	88774	190800	287485	355322	123.6	473448
Receitas petrolíferas	6989	41125	70810	146400	230422	286007	124.1	360791
Receitas não-petrolíferas	970	4894	17964	44400	57063	69315	121.5	112657
Impostos sobre o rendimento	264	1354	5222	12500				
Impostos sobre o consumo	328	1605	5849	14600				
Impostos sobre o comércio internacional	224	1238	4386	10600				
Outras receitas	154	697	2507	6700	6253			
1.2. Donativos	679	2033	4804	0	0	13239		1426
2. DESPESAS TOTAIS	14032	53983	96711	234600	287451	405021	140.9	527230
2.1. Despesas correntes	8683	39858	70183	174200	234846	324549	138.2	427479
Despesas com o pessoal	720	5281	16084	53200	80575	138986	172.5	221044
Bens e serviços	4610	23619	33630	92900	111380	114102	102.4	135603
Juros da dívida programados	1552	4975	9817	15600	19126	21224	111.0	19526
Transferências	1801	5983	10653	12500	23766	50237	211.4	51306
2.2. Despesas de investimento	2190	5628	12533	33600	52606	80472	153.0	99751
2.3. Outras ³	3159	8497	13995	26800	0	0		0
3. SALDO CORRENTE: (1.1) - (2.1)	-724	6161	18590	16600	52639	30772		45968
4. SALDO GLOBAL (S/ Donativos): (1) - (2) - (1.2)	-6073	-7964	-7937	-43800	33	-49699		-53783
5. SALDO GLOBAL (Base Compromissos): (1) - (2)	-5394	-5931	-3133	-43800	33	-36460		-52357
6. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	1840	23542	-2298	36800	34683	11192		13242
6.1. Internos	545	20235	-7520	32000	25163	0		13242
6.2. Juros externos	1295	3307	5222	4800	9520	11192		0
7. VALORES EM TRÂNSITO, ERROS E OMISSÕES	0	0	-209	-100	0	-10693		0
8. SALDO GLOBAL (Base Caixa): (5) + (6) + (7)	-3554	17611	-5640	-7100	34716	-35961		-39115
9. FINANCIAMENTO	3554	-17611	5640	7100	-34717	35961		39115
9.1. Interno (líq.)	596	-13326	11488	17600	15173	-20555		26820
9.2. Externo (líq.) ⁴	2958	-4285	-5849	-10500	-49890	56516		12295
do qual: Desembolsos de empréstimos a m.l.p.	2524	10618	25692	40800	50080	128495		124809
Empréstimos de c.p. (líq.)			0	-3500	0			0
Alívio da dívida	0	0			0	0		0
Bónus do petróleo	2609	0	4386	13705	0	19289		18546
10. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁵: (8) + (9)	0	0	0	0	0	0		0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Kwana (reintroduzido em Outubro de 1999, substituiu o Kwana Reajustado à razão de 1 para 1 milhão); ² Grau de execução face ao orçamentado, em %;

³ Nomeadamente despesas quase-fiscais, défices operacionais do BNA e despesas não identificadas; ⁴ Incluindo alívio da dívida, variação dos atrasados de capital e os chamados "bónus" do petróleo (pagamentos de contrapartida pelo direito de exploração); ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

ANGOLA - Quadro 9

Síntese Monetária, 1999 - 2004

(em milhões de KZ ¹)

	1999	2000	2001	2002	2002/2001 (%)		2003	2003	2003/2002 (%)			Jun-04	(A)	(B)
			est.	est.	(A)	(B)	prog.	est.	e.-p.(%)	(A)	(B)	est.		
POSIÇÃO EXTERNA	5767	30516	47768	93520	95.8	109.9	166400	142257	-14.5	52.1	45.3	157879	11.0	8.7
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	5983	31722	50228	98083	95.3	115.0	172600	144439	-16.3	47.3	43.1	160019	10.8	8.6
Banco Nacional de Angola	2277	17474	16960	18990	12.0	4.9	45600	49295	8.1	159.6	28.2	53563	8.7	2.4
Disponibilidades	2767	20148	23377	22021	-5.8	-3.3	47500	50137	5.6	127.7	26.1	54469	8.6	2.4
Responsabilidades	-490	-2675	-6417	-3031	-52.8	8.1	-1900	-842	-55.7	-72.2	2.0	-905	7.6	0.0
Bancos comerciais	3706	14248	33268	79093	137.7	110.1	127000	95144	-25.1	20.3	14.9	106456	11.9	6.3
Responsabilidades externas de médio/longo prazo	-216	-1206	-2461	-4564	85.5	-5.1	-6200	-2182	-64.8	-52.2	2.2	-2141	-1.9	0.0
CRÉDITO INTERNO TOTAL (Liq.)	1239	-13526	-1380	26730	2037.1	67.6	46900	64357	37.2	140.8	35.0	68996	7.2	2.6
Crédito líquido ao S.P.A.	704	-15715	-9453	2056	121.7	27.7	5800	6379	10.0	210.3	4.0	-8800	-238.0	-8.4
Crédito concedido	4046	1075	623	28447	4468.9	66.9		42458		49.3	13.0	50653	19.3	4.5
Depósitos	-3342	-16790	-10075	-26391	161.9	-39.2		-36079		36.7	-9.0	-59453	64.8	-13.0
Crédito à economia	535	2189	8073	24674	205.6	39.9	41100	57978	41.1	135.0	30.9	77796	34.2	11.0
Empresas públicas não-financeiras	77	343	806	1433	77.8	1.5		4914		243.0	3.2	7407	50.7	1.4
Sector privado	459	1846	7267	23241	219.8	38.4		53064		128.3	27.7	70389	32.6	9.6
TOTAL DO ACTIVO	7007	16991	46388	120250	159.2	--	213300	206614	-3.1	71.8	--	226875	9.8	--
MASSA MONETÁRIA (M3)	3923	15840	41613	107633	158.7	158.7	173200	180283	4.1	67.5	67.5	204450	13.4	13.4
Circulação monetária	665	2969	8215	20879	154.1	--	23300	35408	52.0	69.6	--	25536	-27.9	--
Depósitos à ordem	2358	10340	21904	48562	121.7	--	77600	91575	18.0	88.6	--	113349	23.8	--
dos quais: Depósitos em moeda estrangeira	1850	8209	14521	37438	157.8	--	56500	57668	2.1	54.0	--	74085	28.5	--
Quase-moeda	900	2532	11172	37543	236.0	--	71500	50938	-28.8	35.7	--	51230	0.6	--
da qual: Depósitos em moeda estrangeira	777	2487	10309	35643	245.7	--	66600	47071	-29.3	32.1	--	47680	1.3	--
Outros instrumentos financeiros	0	0	321	649	102.1	--	800	2362	195.2	263.8	--	14335	507.0	--
Títulos do Banco Central	0	0	321	649	102.1	--	800	2362	195.2	263.8	--	14335	507.0	--
OUTRAS RUBRICAS (líq.)	3083	1150	4775	12617	164.2	18.8	40100	26331	-34.3	108.7	12.7	22426	-14.8	-2.2
das quais: Contrapartida de flutuações cambiais	200	5800			--	--	52400			--	--		--	--
TOTAL DO PASSIVO	7007	16991	46388	120250	159.2	--	213300	206614	-3.1	71.8	--	226875	9.8	--

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

^(A) Variação face ao final do ano anterior; ^(B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez);

¹ Kwanza (reintroduzido em Outubro de 1999, substituiu o Kwanza Reajustado à razão de 1 para 1 milhão).

ANGOLA - Quadro 10

Taxas de Juro, 1999 - 2004

	1999 ⁴	2000	2001	2001	2002	2002	2002	2002	2003	2003	2003	2003	2004	2004	2004	2004	2004	2004
	Dez.	Dez.	Jun.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Depósitos (em moeda nacional)																		
Depósitos à ordem	10.00	15.81	10.70	10.18	10.14	10.03	10.07	10.02	10.11	10.08	10.02	10.03	10.03	10.04	9.99	9.98	9.98	10.00
Depósitos a prazo																		
Até 90 dias	35.50	45.96	49.99	56.05	46.37	60.05	49.98	40.96	37.75	19.96	26.29	26.66	20.74	17.90	14.47	14.89	13.83	13.04
91-180 dias	55.00	55.00	66.94	50.00	32.87	50.00	28.41	59.65	50.90	27.01	30.00	28.00	28.50	35.40	15.05	35.17	26.29	16.32
181-365 dias	57.00	57.00	45.27	57.00	57.00	57.00	57.00		25.00				41.44	40.00	15.01	40.00	28.36	27.27
Mais de 1 ano	57.00											27.14			27.15			
Crédito (em moeda nacional)																		
Até 90 dias																		
91-180 dias	118.33	89.56	99.76	97.63	99.23	98.36	96.78	99.66	98.42	101.41	100.52	93.41	101.48	99.22	91.51	86.06	82.06	76.20
181-365 dias		102.77	73.35	91.70	107.30	90.15	101.78	104.55	101.59	109.14	98.55	68.82	76.61	91.07	82.19	68.17	73.66	76.39
1-3 anos		120.00		110.00	68.88	108.08	102.25	102.84	86.07	91.75	86.25	75.69	72.90	77.57	88.28	81.25	81.09	70.72
Mais de 3 anos																		
Operações do BNA																		
Redesconto																		
Faixa A ¹	120.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	95.00	95.00	95.00	95.00
Faixa B ²	122.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	152.00	97.00	97.00	97.00	97.00
Faixa C ³	124.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	154.00	99.00	99.00	99.00	99.00
Crédito caucionado	120.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	95.00	95.00	95.00	95.00
Títulos do Banco Central (média)																		
a 14 dias		112.32	113.81	115.86	35.18	19.54	5.50											
a 28 dias	79.10	115.21	119.91	120.79	67.56	21.79	71.02	102.74	46.11	25.84		46.96	35.90	33.58	30.04	32.27	37.37	35.40
a 63 dias	83.50	122.64	127.00	127.00	126.88	58.13	82.38	107.90	72.87	29.74		56.23	39.80	39.03	34.52	39.12	39.77	40.67
a 91 dias			134.00		133.90	93.55	111.45	109.16	81.86	53.27	104.26		44.00	42.71	41.47	41.10	40.11	44.00
a 182 dias						124.09	123.48	113.00	86.25	70.93	110.72		52.50	51.93	50.10	51.23	51.00	53.59
Para memória:																		
Inflação (t.v. homóloga no mês)	329.00	268.35	173.41	116.14	118.91	96.37	113.99	105.60	107.18	110.69	95.04	76.58	70.13	62.62	57.29	50.04	48.99	44.17

Fonte: Banco Nacional de Angola.

¹ Montante até ao equivalente a 5% dos depósitos à ordem e a prazo; ² Montante até ao equivalente a 10% dos depósitos à ordem e a prazo;

³ A critério do CA do BNA (montante superior aos 10% anteriores); ⁴ As taxas de juro activas e passivas foram liberalizadas em 21/5/99, pelo Aviso 7/99 do BNA.

ANGOLA - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2004

(médias)

	KZ ¹ /EUR	KZ ¹ /USD			ITCE ²	
	Merc. primário ³ (M.P.)	Merc. primário ³ (M.P.)	Merc. paralelo (M.p.)	Diferencial (%) M.p./M.P.	(base 100: 1994) Nominal	Real
1990	--	0.00000003		--	494067	503.81
1991	--	0.00000006		--	250956	447.34
1992	--	0.00000045	0.00000260	479.09	32552	223.12
1993	--	0.00000490	0.00003973	710.05	3101	304.06
1994	--	0.00015279	0.00032022	109.59	100	100.00
1995	--	0.00273947	0.00611418	123.19	5.441104	146.45
1996	--	0.128	0.165	29.10	0.117325	130.26
1997	--	0.228	0.301	32.16	0.068202	236.46
1998	--	0.393	0.613	56.11	0.039731	281.00
1999	2.662	2.791	3.157	13.12	0.005651	136.39
2000	9.147	10.041	10.554	5.11	0.001630	162.16
2001	19.767	22.020	23.947	8.75	0.000748	182.73
2002	41.272	43.704	45.265	3.57	0.000374	187.08
2003	84.387	74.690	77.841	4.22	0.000210	200.72
2001						
Janeiro	16.833	17.911	19.920	11.22	0.000909	152.03
Fevereiro	18.006	19.551	19.852	1.54	0.000837	150.89
Março	17.910	19.609	20.532	4.71	0.000837	157.69
Abril	17.343	19.425	20.803	7.09	0.000849	181.92
Maio	17.195	19.538	21.508	10.08	0.000848	198.04
Junho	16.911	19.805	23.369	17.99	0.000843	204.90
Julho	17.709	20.632	23.436	13.59	0.000808	204.59
Agosto	19.551	21.737	23.439	7.83	0.000758	198.58
Setembro	21.318	23.396	25.263	7.98	0.000702	189.51
Outubro	22.732	25.122	27.271	8.55	0.000655	184.56
Novembro	24.445	27.464	28.422	3.49	0.000601	176.64
Dezembro	27.249	30.050	33.555	11.66	0.000547	185.54
2002						
Janeiro	29.141	32.872	35.649	8.45	0.000503	183.21
Fevereiro	30.112	34.622	34.926	0.88	0.000480	185.12
Março	31.875	36.379	37.273	2.46	0.000456	184.73
Abril	29.141	38.063	38.707	1.69	0.000451	189.11
Maio	36.695	40.106	40.748	1.60	0.000409	183.29
Junho	40.232	42.183	43.101	2.18	0.000385	180.98
Julho	44.238	44.550	45.405	1.92	0.000360	181.88
Agosto	45.369	46.410	49.089	5.77	0.000347	187.69
Setembro	47.573	48.460	50.270	3.74	0.000332	188.60
Outubro	49.619	50.573	51.540	1.91	0.000318	187.46
Novembro	53.183	53.143	54.110	1.82	0.000302	188.27
Dezembro	58.090	57.088	62.366	9.25	0.000280	189.94
2003						
Janeiro	64.239	60.636	66.120	9.04	0.000260	188.72
Fevereiro	69.816	65.746	65.958	0.32	0.000240	186.11
Março	72.830	67.490	70.156	3.95	0.000233	189.70
Abril	76.287	70.224	72.703	3.53	0.000223	195.42
Maio	84.284	73.226	75.640	3.30	0.000211	194.45
Junho	89.395	76.433	78.085	2.16	0.000201	195.31
Julho	90.470	80.885	83.356	3.06	0.000193	194.09
Agosto	95.495	85.634	89.892	4.97	0.000182	192.07
Setembro	90.100	80.466	85.267	5.97	0.000194	209.15
Outubro	91.678	78.644	82.226	4.55	0.000196	214.89
Novembro	91.741	78.410	81.463	3.89	0.000196	220.75
Dezembro	96.311	78.481	83.227	6.05	0.000194	228.01
2004						
Janeiro	100.566	79.657	---	---	0.000190	229.13
Fevereiro	101.056	80.007	---	---	0.000189	233.81
Março	98.403	80.231	---	---	0.000190	238.59
Abril	98.072	81.424	---	---	0.000188	240.76
Maio	98.755	82.204	---	---	0.000186	247.92
Junho	101.138	83.392	---	---	0.000183	247.91

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Reintroduzido pela reforma monetária encetada em 12 de Novembro de 1999, o Kwanza (Kz) substituiu o Kwanza Reajustado (Kzr), à razão de 1 para 1 milhão;² Índice da taxa de câmbio efectiva, com base no câmbio oficial para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1995/99 (depreciação: -, apreciação: +);³ A partir de 24/5/99, com a liberalização cambial, passou a ser divulgada uma "taxa de referência", correspondente à média ponderada das taxas praticadas pela banca.

CABO VERDE

Área: 4 033 Km²
Capital: Praia
População: 417 000 hab.
Moeda: Escudo CV



1. SÍNTESE

Após um primeiro semestre marcado por tensões significativas, maioritariamente determinadas pela deterioração da envolvente externa, a introdução de medidas correctivas nos planos orçamental e monetário, em paralelo com uma aparente recuperação da economia, permitiu alcançar um cenário macroeconómico globalmente positivo no final de 2003 para Cabo Verde. Destaque-se a inversão da tendência de abrandamento económico iniciada em 2000 (com a actividade económica a ser sobretudo impulsionada pelo bom ano agrícola), a acentuada desaceleração da inflação (que acabou, aliás, por cair para valores negativos, tal como no passado recente, voltando a haver tecnicamente deflação), a redução do défice corrente da balança de pagamentos a um só dígito, em relação ao seu peso no PIB (pela primeira vez desde 1997, apesar da quebra das remessas de emigrantes e das receitas de transporte), a diminuição do peso da dívida pública no PIB, tanto na sua componente interna como externa (com esta última a regressar a valores inferiores a 50%, o que já não acontecia desde 1999) e, o défice público a atingir o segundo valor mais baixo dos últimos 15 anos, em termos relativos (tendo o saldo corrente registado um valor positivo).

No entanto, o aumento de exigência das metas estipuladas no programa de ajustamento apoiado pelo FMI, a par do desfazamento entre a implementação das

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	2002	2003	2004
	est.	est.	prog.
PIB real (t.v. anual)	4.9	5.3	5.5
Inflação (t.v. média)	1.9	1.2	1.0
(t.v. homóloga)	3.0	-2.3	2.0
Bal. Corrente (% PIB)	-11.1	-9.3	-9.0
Bal. Corr. e Capital (% PIB)	-9.8	-6.8	-7.8
Reser. camb. (meses import.)	2.2	2.0	2.0
Massa monetária (t.v. anual)	14.3	8.6	7.4
Saldo orçamental (% PIB)	-3.3	-3.4	-5.8
Dívida pública (% PIB)			
Externa	53.2	45.1	--
Interna ¹	44.7	42.6	--

¹ Inclui dívida coberta pelo Trust Fund (14.5% do PIB em 2002 e 13.8% em 2003).

Quadro II

Programa apoiado pelo FMI (PRGF)¹ Metas financeiras

	Dez03	Dez03	Mar04	Mar04
	prog. ²	est.	prog. ²	est.
<i>(em CVE 10⁹)</i>				
Crédito interno bancário				
Governo Central (líq.)	≤15.3	14.9	≤15.8	14.9
Act. internos líq. (BCV)	≤8.2	9.2	≤8.4	8.8
Novos atrasados internos				
Governo Central	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>(em EUR 10⁹)</i>				
Var. dos atrasados dív. externa (G. Central)	≤0.0	0.0	≤0.0	0.0
Var. dív. Pública externa não-concessional	≤10.0	0.0	≤10.0	5.0
Var. dív. Pública. externa não-conc. prazo <1 ano	≤0.0	0.0	≤0.0	0.0
DLX do BCV	≥71.8	68.2	≥72.0	71.0

¹ Poverty Reduction and Growth Facility;

² Metas imperativas para Dezembro e indicativas para Março.

medidas e o seu efeito, nomeadamente no plano monetário, levou ao incumprimento de duas das metas imperativas para Dezembro de 2003, entretanto justificadas e relevadas pelo Fundo. Como repercussão das medidas tomadas, registou-se nos primeiros meses de 2004 uma recuperação dos valores das reservas cambiais do banco central e alguma diminuição dos activos internos líquidos do BCV, ainda que de magnitude insuficiente para cumprir as respectivas metas indicativas para Março.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A manutenção do crescimento económico a ritmo elevado (embora ainda claramente abaixo dos patamares atingidos na década de noventa – cf. Gráfico I) é um dos elementos merecedores de maior destaque quando se considera a evolução da conjuntura macroeconómica cabo-verdiana em 2003, sobretudo tendo em conta o contexto internacional, globalmente adverso, e a circunstância de tal fenómeno ter coincidido com o substancial abrandamento da inflação.

Os indicadores disponíveis parecem, de facto, sugerir a confirmação da tendência favorável recente tanto no que diz respeito ao comportamento dos preços como no tocante à evolução da actividade económica,

Quadro III

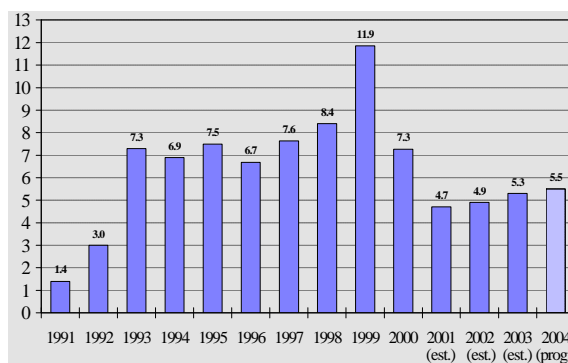
Decomposição do PIBpm

(em percentagem)

	1999 est.	2000 est.	2001 est.
Sector primário	15.0	13.8	11.3
Agric., silvic. e pecuária	11.3	10.7	9.4
Indústria extractiva	1.4	0.9	1.0
Pescas	2.3	2.2	0.9
Sector secundário	15.1	14.4	15.9
Indústria e energia	7.3	6.8	8.1
Construção	7.8	7.7	7.8
Sector terciário	64.5	64.9	65.4
Comércio	17.7	17.8	15.1
Hotéis	2.0	2.3	3.5
Transp. e comunicações	19.0	19.9	18.3
Banca e seguros	4.9	3.9	5.4
Habitação	5.3	5.2	6.1
Administração pública	13.4	13.5	14.0
Outros	2.2	2.2	3.0
Serviços bancários	-3.4	-2.7	-3.1
Impostos s/ importações	8.8	9.6	10.6

Gráfico I

PIB real (1991-2004, t.v. anual em %)



que terá conhecido em 2003 nova ligeira aceleração – com o crescimento real do PIB provisoriamente estimado em 5.3%. Este último dado, a confirmar-se, significaria o confirmar da trajetória de aumento gradual do crescimento real, que se desenrola desde 2001, ano em que terá terminado a correcção do sobre-aquecimento verificado nos anos anteriores, sem ter chegado a provocar perturbações excessivas (excepto o ónus acrescido com o endividamento interno) nem ter dado origem a uma penalização particularmente pesada sobre a economia real.

A aceleração do ritmo de crescimento que se apura para o conjunto de 2003 assume ainda especial significado por vir na sequência de um primeiro semestre pouco auspicioso – o que poderá, aliás, justificar a deterioração (algo paradoxal) das expectativas expressas pelos agentes económicos nos inquéritos de conjuntura de finais do ano. Conjugaram-se, de facto, diversos factores desfavoráveis nos primeiros meses de 2003, em parte no plano interno (como foi o caso do efeito induzido pelo aumento dos preços da água e da electricidade) mas sobretudo na esfera

Gráfico II

Inflação (variação mensal do IPC, em %)

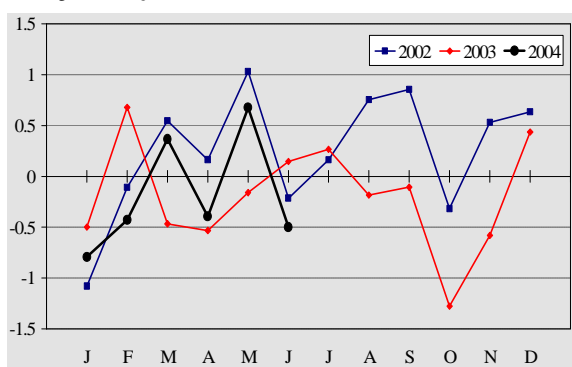
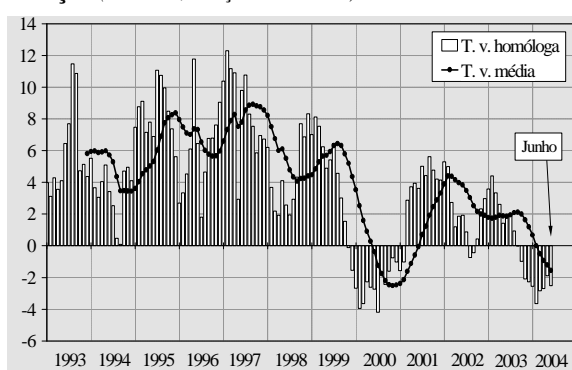


Gráfico III

Inflação (1993-2004, variação do IPC em %)



internacional – desde a pneumonia atípica ao agravamento da ameaça terrorista (em ambos os casos com consequências funestas para duas actividades fundamentais em Cabo Verde: o turismo e o transporte aéreo), passando ainda pela deterioração da conjuntura económica europeia (com impacto negativo a diversos níveis – nas remessas de emigrantes ou no investimento estrangeiro, por exemplo).

A segunda metade do ano terá sido determinante para a melhoria global estimada, reflectindo nomeadamente o bom ano agrícola e a recuperação de actividades estratégicas como o turismo e, em geral, os sectores exportadores. Note-se ainda que foram recentemente revistos os valores das

contas nacionais relativos aos últimos seis anos, com a publicação de dados definitivos para o período 1998/2000 (afectando também as estimativas posteriores). Tal revisão foi feita em alta – com um aumento do peso assumido pela agricultura, em especial – definindo um crescimento real médio de 7.1% ao ano entre 1998 e 2003 (mais 1.0 p.p. que nas contas provisórias).

Se a reanimação da actividade económica se apresenta ainda no seu início, e a carecer de confirmação nos próximos anos (com a ressalva de que o abrandamento foi apenas relativo, pois será sempre de saudar que o PIB *per capita* cresça acima de 2%, como sucedeu em 2001, na fase aparentemente mais baixa do ciclo), já a inversão de tendência no domínio dos preços parece inequívoca e consolidada.

Com efeito, depois da aceleração da cadência inflacionária que se havia registado em 2001, levando a inflação média anual a rondar 4.4% no início de 2002, encetou-se em 2003 uma toada claramente descendente (cf. Gráfico III), na sequência da qual aquele mesmo indicador acabaria por chegar a Dezembro cifrado em 1.2% (bastante abaixo dos 2.3% programados), caindo ainda para valores negativos em Junho de 2004 (-1.6%). Acabou, assim, por não ter continuidade o ligeiro sobressalto do final de 2002 e início de 2003 (cf. Gráfico II), o qual terá aparentemente sido suscitado por factores como a tensão internacional e a actualização dos salários e das tarifas de água e electricidade.

3. CONTAS EXTERNAS

As estimativas para os valores da balança de pagamentos cabo-verdiana em 2003 reflectem algumas alterações face ao ano precedente, com destaque, pela positiva, para a redução do défice corrente e para a melhoria do saldo da balança de capital, a qual evidenciou um acréscimo significativo, e, pela negativa, para a deterioração das reservas cambiais (invertendo a tendência dos últimos anos), em paralelo com uma entrada líquida de capitais substancialmente abaixo dos anos precedentes. A evolução favorável da balança corrente (cujo défice deverá ter caído para o equivalente a 9.3 do PIB, em 2003, baixando assim da barreira dos dois dígitos pela primeira vez desde 1997) foi determinada sobretudo pelos contributos positivos, em termos nominais, das transferências correntes e da balança de rendimentos.

O crescimento do montante das transferências correntes em 2003 (+4.9% que em 2002) evidenciou-se tanto em fluxos oficiais como privados, sendo tão mais significativo porquanto foi acompanhado de uma quebra importante das remessas de emigrantes (as quais evidenciaram uma redução de 9% em relação a 2002), reflectindo provavelmente a conjuntura pouco propícia nos principais países de acolhimento, a queda do USD e alguma eventual retracção dos emigrantes em face das remunerações menos apelativas que o sistema bancário passou a praticar.

Gráfico IV

Balança de pagamentos (1995-2004, em % do PIB)

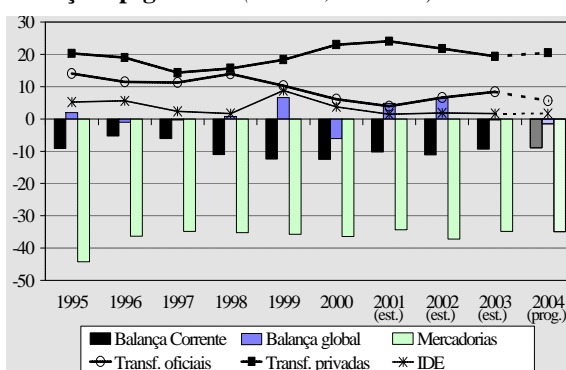
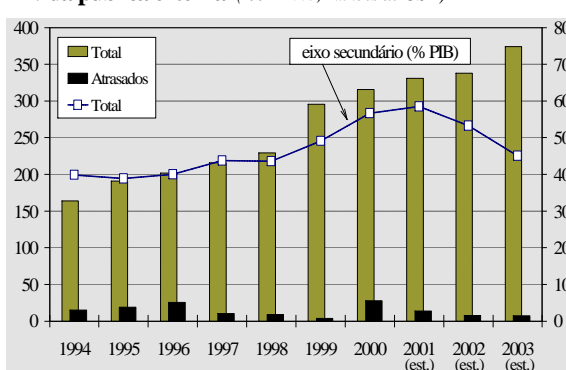


Gráfico V

Dívida pública externa (1994-2003, milhões de USD)



A melhoria verificada na balança de rendimentos, no final do ano passado, (correspondendo a uma redução do défice em quase 30%) ficou principalmente a dever-se ao aumento dos créditos relativos aos rendimentos de investimentos dos bancos no estrangeiro, apesar de os débitos terem igualmente registado um acréscimo bastante importante (evolução que aparenta ser uma consequência da forte expansão do investimento estrangeiro da década passada). Esta evolução da conta de rendimentos contou ainda com a importante redução dos montantes dos juros da dívida pública (menos 28.5% que em 2002), embora tal se deva sobretudo ao efeito cambial, uma vez que boa parte da dívida se encontra expressa em USD, beneficiando assim da sua queda em relação ao escudo cabo-verdiano.

Gráfico VI

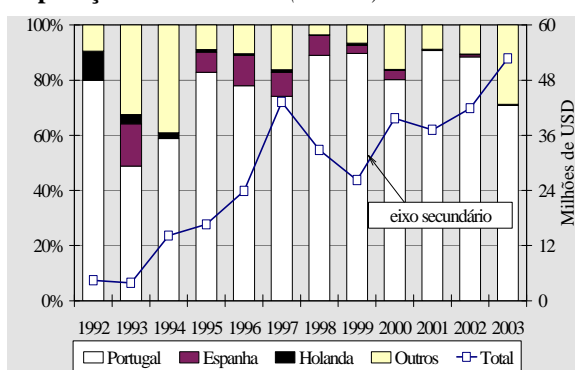
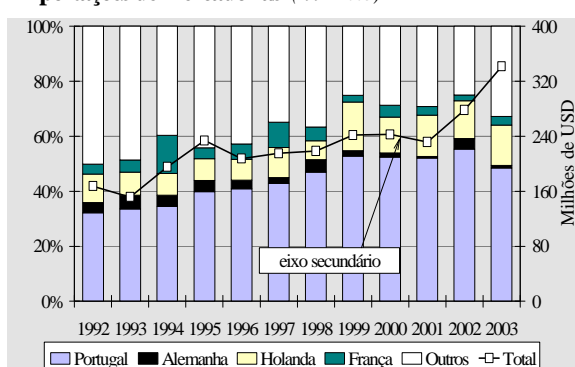
Exportações de mercadorias (1992-2003)

Gráfico VII

Importações de mercadorias (1992-2003)

A balança de serviços apresentou um desempenho pouco satisfatório em 2003, com uma redução do seu saldo positivo (menos 8.8% que no ano precedente), invertendo a tendência de reforço que vinha mostrando desde 2000. Esta evolução esteve eminentemente ligada à quebra das entradas relativas a Transportes (em particular associada aos Transportes Aéreos, efeito que poderá estar ligado a alguma quebra de procura decorrente do aumento das tarifas e à diminuição do tráfego aéreo internacional), apesar de um novo crescimento significativo das receitas do Turismo (+17% que em 2002, com o segundo semestre do ano a denotar alguma aceleração, após uma primeira metade do ano algo decepcionante marcada pela desfavorável envolvente externa). Também no domínio da balança de

mercadorias se assistiu a um aumento do défice (embora pouco pronunciado - cerca de 2% face a 2002, o que permitiu uma melhoria do seu peso no PIB), como resultado de uma expansão moderada das importações (não obstante o forte acréscimo da factura dos combustíveis), e apesar de um novo reforço das exportações (+5% que no ano anterior) – com destaque para as destinadas aos EUA, como consequência provável do acesso facilitado ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA. Note-se que, embora as exportações se mantenham a um nível baixo, registou-se um ligeiro aumento da taxa de cobertura das importações pelas exportações (de 15.1% em 2002 para 15.4% no final do ano passado). Se as balanças corrente e de capital registaram melhorias significativas em 2003, a conta de operações financeiras evidenciou uma quebra fortíssima (superior a 50%), principalmente como reflexo da redução dos créditos comerciais (que em 2002 representaram quase 50% dos empréstimos totais e que em 2003 apresentaram uma saída líquida de fundos ligada ao pagamento parcial dos créditos contraídos no ano precedente). Esta entrada líquida de capitais a um nível substancialmente abaixo dos anos precedentes acabou por determinar uma necessidade global de fundos, a qual foi financiada pelo recurso à acumulação de atrasados (ligada sobretudo a créditos comerciais) e por uma deterioração das reservas cambiais (que se reduziram para 2.1 meses de importações, no que constituiu uma alteração da tendência recente).

4. FINANÇAS PÚBLICAS

Apesar das dificuldades sentidas no primeiro semestre do ano, as contas públicas em 2003 acabaram por evidenciar um comportamento bastante mais favorável que o inicialmente previsto, com o saldo global a ficar nos -3.4% do PIB (quase 1 p.p. abaixo dos -4.3% na previsão rectificada). Embora constituindo um muito ligeiro agravamento em relação ao ano anterior (-3.3% do PIB em 2002), o valor atingido é, em termos relativos, um dos mais baixos défices públicos dos últimos 15 anos em Cabo Verde.

Quadro IV

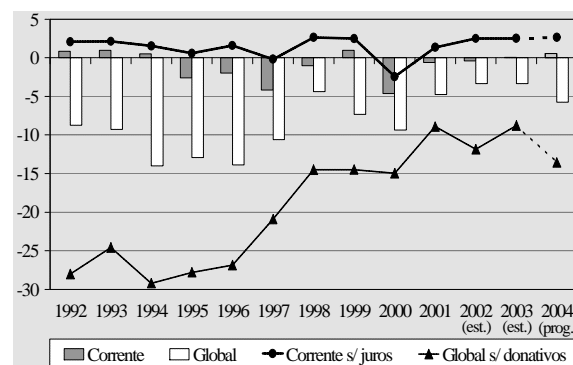
Operações financeiras do Estado

(em % do PIB)

	2002 est.	2003 est.	2004 orç.
Receitas totais	30.5	27.0	30.1
Receitas correntes	21.7	20.9	21.5
Receitas tributárias	19.4	19.0	18.2
Rec. não-tributárias	2.4	1.9	3.2
Receitas de capital	0.3	0.7	0.6
Donativos	8.5	5.4	7.8
Despesas totais	33.9	30.4	35.9
Despesas correntes	22.1	20.8	20.9
Salários e ordenados	9.5	12.1	10.9
Transferências	7.9	3.0	4.8
Juros programados	2.9	2.5	2.1
Dívida interna	1.9	1.8	1.5
Dívida externa	0.9	0.6	0.6
Bens e serviços	0.8	1.7	1.9
Desp. de investimento	11.7	9.5	15.0
Saldo global (compromissos)	-3.3	-3.4	-5.8
Variação de atrasados	-7.3	-0.9	-0.4
Alívio da dívida	1.3	0.2	0.0
Saldo global (caixa)	-9.4	-4.1	-6.2
Financiamento interno	6.5	1.9	0.0
Financiamento externo	2.8	2.2	2.4
Dif. / Discrepância	0.0	-0.0	-3.8

Gráfico VIII

Finanças públicas (1992-2004, saldos em % do PIB)



Esta evolução ficou principalmente a dever-se ao decréscimo das despesas públicas totais em 2003, tanto em termos nominais (-2.2% que em 2002) como em relação ao seu peso no produto (-3.5 p.p. que no ano anterior). Este comportamento positivo esteve ligado à forte descida das despesas de investimento, as quais ficaram a 56.9% do inicialmente programado. Merece ainda destaque a contenção apresentada pelas despesas correntes (denotando apenas um aumento nominal de 2.8% em relação a 2002), como reflexo da acentuada redução dos *subsídios e transferências* (-59.3%). Embora denote também a diminuição substancial dos subsídios aos preços dos combustíveis e às bolsas de estudo, grande parte desta descida está associada a uma alteração da classificação económica das despesas levada a cabo em 2003, passando alguns encargos relativos a transferências a ser classificados em despesas com o pessoal (razão pela qual esta rubrica evidencia um crescimento também bastante importante, correspondente a +38% que em 2002).

As receitas totais apresentaram igualmente uma diminuição em 2003, mais significativa

Gráfico IX

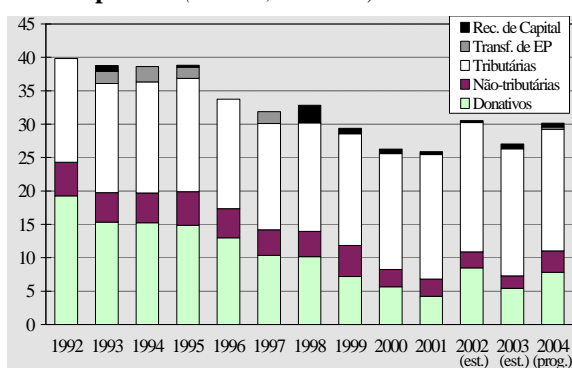
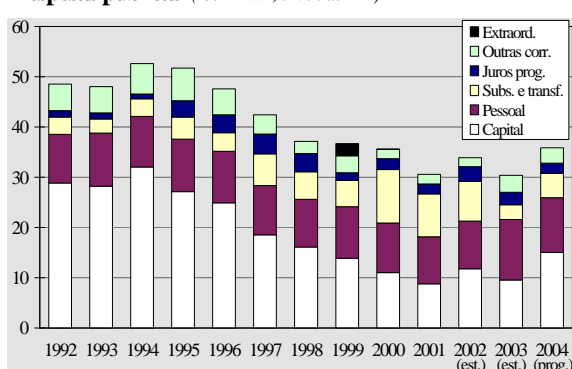
Receitas públicas (1992-2004, em % do PIB)

Gráfico X

Despesas públicas (1992-2004, em % do PIB)

nos donativos (em cerca de 30% em relação a 2002, ficando quase a metade do orçamentado), embora o conjunto das receitas correntes e de capital tenha igualmente registado uma redução do seu peso no PIB. Note-se ainda o crescimento nominal apresentado pelas receitas tributárias, que resultou sobretudo da boa arrecadação dos impostos sobre a despesa (grau de execução de 103.2%), a qual deverá ter estado associada à reanimação da economia que se terá aparentemente verificado a partir de meados do ano (acrescida de medidas como o aumento das penalidades por incumprimento fiscal), traduzida em aumentos das receitas dos impostos sobre as transacções internacionais e sobre o consumo. Estes desenvolvimentos

acabaram por determinar ainda uma melhoria do saldo corrente, o qual apresentou valores positivos em 2003 (+0.1% do PIB), o que já não acontecia desde 1999.

O orçamento de 2004 apresenta uma previsão de agravamento do saldo orçamental (para -5.8% do PIB), decorrente principalmente do crescimento das despesas de investimento (+5.5 p.p. que em 2003, em relação ao peso no produto), as quais deverão ser acompanhadas pelo aumento dos donativos (+2.4 p.p.). Deverá ainda continuar em 2004 o reforço do saldo corrente, alicerçado não só em nova contenção das despesas correntes (com descidas nos encargos com o pessoal e com os juros da dívida) como ainda no bom comportamento das receitas não-tributárias e na arrecadação de impostos sobre o rendimento. Estas previsões incluem ainda as dificuldades antecipadas com as receitas de impostos sobre a despesa, resultantes da introdução do IVA (em 1 de Janeiro de 2004), e da consequente eliminação de um conjunto de outros impostos e reajustamento das tarifas alfandegárias (em face da pretendida neutralidade sobre o preço final dos produtos).

Os valores preliminares da execução orçamental do primeiro trimestre de 2004 mostram que grande parte das rubricas está a cerca de 20% do orçamentado, com excepção das despesas de investimento (apenas 3.5%), das despesas em bens e serviços (15.4%) e das receitas não-tributárias (9.5%).

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

Os condicionalismos impostos pela evolução da conjuntura macroeconómica foram, ao longo de 2003, induzindo alterações no cariz que o Banco de Cabo Verde imprimiu à política monetária. No início de 2003, a autoridade monetária aligeirou o seu pendor relativamente restritivo, tendo em conta o bom comportamento das contas públicas, a evolução favorável da balança de pagamentos (sobretudo em relação ao reforço das reservas cambiais) e a ausência de tensões inflacionistas significativas. No entanto, e apesar de se manter a tendência de consolidação do abrandamento da cadência inflacionária, com repercussões positivas sobre a competitividade externa (cf. ITCE real no Gráfico XIV), constatou-se, a partir de meados do ano, que a expansão da liquidez estava além do programado, com o crédito à economia a dar o principal contributo e as reservas cambiais a ressentirem-se, acusando uma quebra - invertendo assim a anterior tendência de reforço.

O incumprimento de algumas metas indicativas do programa acordado com o FMI estipuladas para Setembro de 2003 (e a perspectiva de novo incumprimento em Dezembro, desta vez metas imperativas), assim como a pressão da procura interna desde o início do ano (ou desde o segundo trimestre, no caso do consumo público), acabou por determinar a adopção de um pendor mais restritivo da política monetária.

Gráfico XI

Factores de variação da Liquidez (1996-2004)

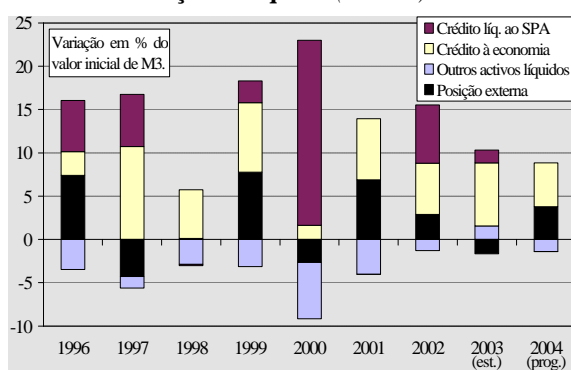
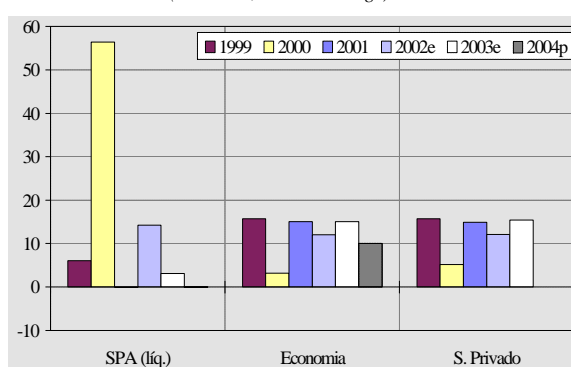


Gráfico XII

Crédito interno (1999-2004, tx. var. homóloga)



O aperto imposto pela autoridade monetária, com maior incidência a partir de Outubro, traduziu-se principalmente na subida do coeficiente das reservas mínimas de caixa (de 18% para 19%), na disponibilidade para emitir títulos próprios (que pôs em prática em 2004, com duas emissões de Títulos de Regularização Monetária, em Março e Junho) e ainda na eliminação do subsídio orçamental que bonificava em 1 p.p. os juros dos depósitos dos emigrantes. O impacto conjugado daquelas medidas parece ter-se efectivamente reflectido numa redução da liquidez excedentária do sistema bancário, conforme se pode induzir do aumento das margens entre taxas activas e passivas praticadas pelos bancos e na subida das taxas dos BT em finais do ano (depois

Gráfico XIII

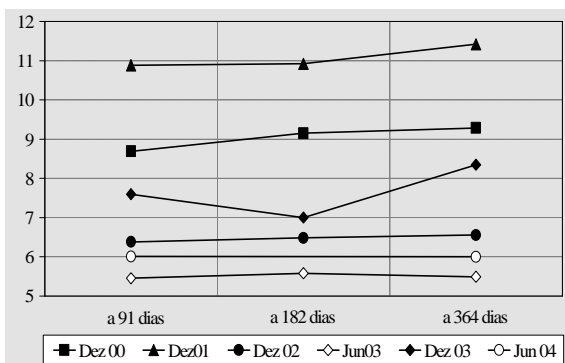
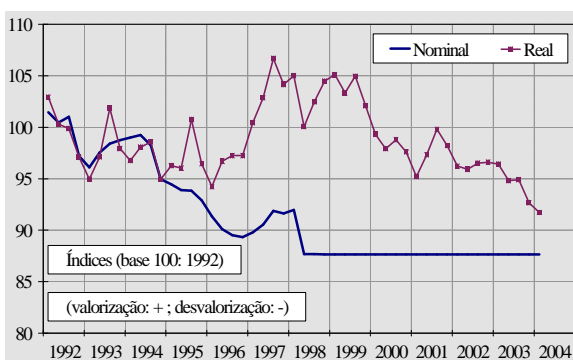
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (médias, em %)

Gráfico XIV

Taxas de câmbio efectivas (1988-2004, médias trimestrais)

parcialmente revertida até Junho de 2004 - cf. Gráfico XIII). Note-se que esta pressão sobre as taxas dos BT verificou-se numa altura em que o crédito líquido ao SPA evidenciava um comportamento bastante mais moderado (aumentando apenas 3.1% em 2003, face a 14.3% no ano anterior, e caindo posteriormente 2.9% nos primeiros cinco meses de 2004).

Também o crédito à economia reflectiu o aperto monetário, aumentando apenas 3.4% até Maio de 2004 (face a 5.8% no período homólogo do ano anterior), depois de ter constituído o principal factor de expansão da massa monetária em 2003, tendo crescido 15.1%. Esta última denotou também uma evolução semelhante (ainda que o ano que

findou se tenha revelado menos expansionista que 2002 - aumentos de 8.6% e 14.3%, respectivamente), continuando a evidenciar alguma queda da preferência pela liquidez (com o valor nominal da circulação em Maio do corrente ano a situar-se 0.3% abaixo do valor homólogo de 2003) e um abrandamento significativo do ritmo de crescimento dos depósitos de emigrantes (passando de 16% em termos homólogos em Dezembro de 2003 para um pouco mais de 13% em Maio de 2004), para o qual terá contribuído a retirada da bonificação de juros de Outubro passado.

Como resultado ainda das medidas restritivas tomadas, os primeiros cinco meses de 2004 evidenciaram um reforço importante da acumulação de reservas internacionais, com a Posição Externa a registar um aumento de 7.4% face a Dezembro passado (após a quebra apresentada no final de 2003 de 7.7%).

O desfasamento entre o momento de recurso aos instrumentos disponíveis e o respectivo efeito no panorama monetário não permitiu o cumprimento de duas das metas imperativas de Dezembro do programa acordado com o FMI (relativas aos activos internos líquidos do banco central e às suas reservas internacionais líquidas, as quais voltaram a entrar em incumprimento em relação aos valores indicativos para Março de 2004, embora a um grau bastante inferior), as quais foram entretanto justificadas e relevadas por aquela instituição.

Principais Indicadores Económicos, 1999 - 2004

	Unidades	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004	2004
			Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB p.m.	milhões de EUR	560	585	632	675	706	736	793	
	t. var. real	11.9	7.3	4.7	4.9	5.0	5.3	5.5	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	-1.5	-1.0	4.1	3.0	2.0	-2.3	2.0	-2.5 Jun.
	t. var. média	4.4	-2.5	3.3	1.9	2.3	1.2	1.0	-1.6 Jun.
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	29.4	26.3	25.9	30.5	36.7	27.0	30.1	
Donativos	% PIB	7.1	5.6	4.2	8.5	10.2	5.4	7.8	
Despesas totais	% PIB	36.7	35.6	30.6	33.9	41.0	30.4	35.9	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-7.3	-9.3	-4.7	-3.3	-4.3	-3.4	-5.8	
Sem donativos	% PIB	-14.5	-15.0	-8.9	-11.8	-14.5	-8.8	-13.6	
Dívida interna	% PIB	30.4	41.5	39.9	44.7		42.6		
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	6.1	56.4	0.0	14.3	3.0	3.1	-0.1	-2.9 Mai. ⁴
Crédito à economia	t. var. anual	15.7	3.1	15.1	12.0	12.7	15.1	10.1	3.4 Mai. ⁴
Massa monetária (M3)	t. var. anual	15.2	13.8	9.9	14.3	7.8	8.6	7.4	2.1 Mai. ⁴
TAXAS DE JURO¹									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	7.36	6.82	8.00	7.19		5.69		5.69 Mai.
Redesconto	taxa anual	8.50	8.50	8.50	8.50		8.50		8.50 Mai.
Cedência de liquidez	taxa anual			11.50	10.00		8.50		8.50 Mai.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	5.37	8.69	10.88	6.38		7.60		6.12 Mai.
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	-19.8	51.1	-6.4	12.7	-18.7	4.9	22.6	-26.6 Mar. ⁵
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	10.6	0.4	-4.5	20.0	10.6	2.5	20.7	-19.9 Mar. ⁵
Balança corrente	% PIB	-12.5	-12.5	-10.3	-11.1	-10.6	-9.3	-9.0	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-20.6	-16.6	-14.0	-16.7	-17.8	-15.2	-14.6	
Balança corrente e de capital	% PIB	-10.3	-8.5	-5.8	-9.0	-9.4	-6.8	-7.8	
Reservas cambiais	meses import. ²	2.1	1.2	1.8	2.2	2.1	2.0	2.0	
DÍVIDA EXTERNA									
Valor total	milhões de EUR	275.1	331.6	369.8	359.2		332.0		
	% PIB	49.1	56.7	58.5	53.2		45.1		
	% exportações ²	223.2	213.1	199.5	168.6		148.0		
Serviço da dívida	% exportações ²	18.5	14.4	22.4	11.7		8.4		
TAXAS DE CÂMBIO (médias)									
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 Mai.
Nominal CVE/USD	t. média	102.7	115.9	123.2	117.3	108.8	117.3	105.2	91.9 Mai.
ITCE nominal (base 100: 1992) ¹	t. var. anual	-1.2	0.0	0.0	0.0		0.0		0.0 Mai. ⁴
ITCE real (base 100: 1992) ¹	t. var. anual	0.7	-6.2	-0.8	-1.4		-1.7		-2.2 Mai. ⁴

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Plano de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); ² Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (valorização: +; desvalorização: -); ³ Importações e exportações de bens e serviços; ⁴ Variação face a Dezembro anterior; ⁵ Variação homóloga.

CABO VERDE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1999 - 2004

(preços correntes, em milhões de CVE)

	1999	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Prog.	2003 Est.	2004 Prog.
Sector primário	9245	8920	7902				
Agricultura, pecuária e silvicultura	6975	6897	6552				
Indústria extractiva	858	592	723				
Pesca	1412	1432	627				
Sector secundário	9314	9299	11056				
Indústria e energia	4497	4358	5620				
Construção	4816	4940	5437				
Sector terciário	39861	41863	45549				
Comércio	10958	11495	10525				
Hotéis e restaurantes	1224	1471	2440				
Transportes e comunicações	11741	12820	12755				
Banca e seguros	3043	2542	3764				
Habitação	3281	3369	4252				
Administração pública	8269	8717	9758				
Outros serviços	1345	1450	2056				
Serviços bancários ¹	-2111	-1766	-2192				
Impostos sobre importações	5465	6223	7358				
PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)	61774	64538	69700	74400	77877	81200	87400
Consumo	62075	68183					
Público	11882	12217					
Privado	50194	55966					
Investimento	23143	19818					
Formação bruta de capital fixo	21223	19653					
Variação de existências	1920	165					
Procura interna	85218	88001					
Exportações de bens e serviços	12227	13503					
Procura global	97445	101503					
Importações de bens e serviços	35672	36965					
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	-302	-3645					
PIBpm nominal (milhões de EUR)	560.2	585.3	632.1	674.7	706.3	736.4	792.6
PIBpm nominal (milhões de USD)	601.5	557.0	565.7	634.5	716.0	830.3	830.9
Deflator do PIB (variação anual em %)	7.0	-2.6	3.1	1.8	-0.3	3.6	2.0
PIB nominal (variação anual em %)	19.7	4.5	8.0	6.7	4.7	9.1	7.6
PIB real (variação anual em %)	11.9	7.3	4.7	4.9	5.0	5.3	5.5

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de actividade, que não foi possível desagregar.

CABO VERDE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1993 - 2004¹*(em percentagem)*

		Var. mensal (A)	Var. acumulada (B)	Var. homóloga (C)	Var. média (D)
1993	Dezembro	--	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	--	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	--	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	--	9.06	9.06	5.96
1997	Dezembro	--	6.72	6.72	8.56
1998	Dezembro	--	8.32	8.32	4.39
1999	Dezembro	--	-1.55	-1.55	4.35
2000	Dezembro	--	-1.03	-1.03	-2.47
2001	Janeiro	-2.16	-2.16	-1.56	-2.38
	Fevereiro	0.17	-1.99	-1.03	-2.14
	Março	2.76	0.71	2.88	-1.61
	Abril	1.68	2.40	3.72	-1.12
	Maio	0.38	2.79	3.94	-0.58
	Junho	-0.27	2.51	3.61	-0.06
	Julho	1.21	3.75	5.01	0.71
	Agosto	2.39	6.23	4.43	1.24
	Setembro	0.53	6.79	5.62	1.93
	Outubro	-1.16	5.55	4.77	2.47
	Novembro	-1.33	4.14	4.21	2.88
	Dezembro	0.00	4.14	4.14	3.32
2002	Janeiro	-1.08	-1.08	5.29	3.89
	Fevereiro	-0.11	-1.19	5.00	4.39
	Março	0.55	-0.65	2.74	4.37
	Abril	0.16	-0.49	1.21	4.16
	Maio	1.03	0.54	1.86	3.98
	Junho	-0.22	0.32	1.92	3.83
	Julho	0.16	0.49	0.87	3.48
	Agosto	0.75	1.24	-0.74	3.04
	Setembro	0.85	2.11	-0.42	2.52
	Outubro	-0.32	1.78	0.43	2.15
	Novembro	0.53	2.32	2.32	2.00
	Dezembro	0.63	2.97	2.97	1.91
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	2.9	2.9	3.00
2003	Janeiro	-0.50	-0.50	3.58	1.78
	Fevereiro	0.68	0.18	4.39	1.74
	Março	-0.47	-0.29	3.34	1.80
	Abril	-0.53	-0.82	2.63	1.91
	Maio	-0.16	-0.98	1.41	1.88
	Junho	0.15	-0.84	1.78	1.86
	Julho	0.27	-0.57	1.89	1.95
	Agosto	-0.18	-0.76	0.94	2.09
	Setembro	-0.11	-0.86	-0.02	2.13
	Outubro	-1.28	-2.13	-0.99	2.01
	Novembro	-0.58	-2.70	-2.08	1.63
	Dezembro	0.44	-2.27	-2.27	1.19
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	2.00	2.00	2.30
2004	Janeiro	-0.79	-0.79	-2.56	0.68
	Fevereiro	-0.43	-1.22	-3.63	0.01
	Março	0.37	-0.86	-2.83	-0.50
	Abril	-0.39	-1.25	-2.69	-0.94
	Maio	0.68	-0.58	-1.88	-1.21
	Junho	-0.50	-1.08	-2.51	-1.56
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	2.00	2.00	1.00

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Série revista, a partir de Julho de 2000, para incorporar uma nova ponderação das propinas escolares.^(A) mês n / mês n-1; ^(B) mês n / Dezembro anterior; ^(C) mês n / mês n do ano anterior; ^(D) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Balança de Pagamentos, 1999 - 2004

(em milhões de CVE)

	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004	2004
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Trim. I
1. CONTA CORRENTE	-7693	-8094	-7154	-8267	-8235	-7586	-7857	-1452
Balança comercial	-22109	-23514	-23958	-27677	-29740	-28253	-30511	-5988
Exportações (f.o.b.) ¹	2697	4598	4577	4909	3704	5150	5665	1188
Importações (f.o.b.)	-24806	-28112	-28535	-32586	-33444	-33403	-36176	-7175
Balança de serviços (líq.)	-1082	563	907	1472	1503	1342	2319	823
Exportações	10898	12561	15863	18588	19485	19578	23916	5250
dos quais: Transportes	4529	5257	6162	8662	7868	8105		1840
Turismo	2961	4732	6621	7112	8306	8300	9136	2472
Importações	-11980	-11998	-14956	-17116	-17982	-18236	-21597	-4427
dos quais: Transportes	-4681	-5337	-6106	-7982	-8253	-8787		-1813
Turismo	-4202	-4346	-6201	-6614	-7082	-6928		-1758
Balança de rendimentos (líq.)	-867	-1311	-485	-1612	-1267	-1134	-1436	-360
Exportações	195	434	935	820	714	1516	1262	225
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ TF ²	105	3						
Rendimento do TF ² (ano anterior)		94	426	503	508	508	639	0
Importações	-1062	-1745	-1420	-2432	-1981	-2650	-2698	-585
dos quais: Juros da dívida pública programados	-470	-558	-478	-719	-620	-514	-595	-129
Transferências correntes ²	16365	16168	16382	19550	21269	20459	21771	4072
Transferências oficiais	5028	2614	2601	4159	5651	4776	4882	800
Transferências privadas	11337	13554	13781	15391	15618	15730	16889	3272
das quais: Remessas de emigrantes	8071	10232	9826	9912		9032	0	2202
2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	10595	2550	10249	11347	8559	6828	6558	1215
2.1. CONTA DE CAPITAL	1311	2607	3129	1580	900	2071	1028	457
Transferências de capital	1311	2607	3129	1580	900	2071	1028	457
das quais: Perdão de dívida	464	0	125	0		0		0
Donativos para o TF ²	395	1265	0	0		441		0
2.2. CONTA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	9284	-57	7120	9767	7659	4757	5530	758
Investimento directo	5432	2437	1036	1413	2400	1350	1484	2
do qual: Receitas de privatizações para o TF ²	1600	2439	0	0		0		0
Investimento de carteira	293	13	-167	0	0	0	0	0
Outras operações	3559	-2507	6251	8354	5259	3407	4046	756
das quais: Desembolsos de empréstimos ao SPA	3641	2443	7066	3630	4102	2999	4381	440
Desembolsos para o TF ²	1893	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações programadas	-2049	-1919	-4107	-2020	-2517	-1551	-2689	-359
Alimentação do TF ²	-3993	-3707	0	0	0	-441	0	0
3. ERROS E OMISSÕES	1186	1640	276	1767	0	456	0	109
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	4088	-3904	3371	4846	324	-302	-1299	-129
5. FINANCIAMENTO	-4088	3904	-3371	-4846	-324	302	-1210	129
Variação das DLX (aumento: -)	-4402	1070	-2872	-2241	-324	68	-1210	-302
Financiamento excepcional	314	2834	-499	-2605	0	234		430
do qual: Saques sobre a Facilidade do ACC ³	1650	1650	550	550		550		550
Reembolso progr. da Facilidade do ACC	-1650	-1650	-440	-550		-550		-110
Variação de atrasados (aumento: +)	16	2834	-2532	-2605		234		-10
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁴: (4) + (5)	0	0	0	0	0	0	-2509	0
<i>Para memória:</i>								
Conta Corrente (em percentagem do PIB)	-12.5	-12.5	-10.3	-11.1	-10.6	-9.3	-9.0	--
Conta Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-10.3	-8.5	-5.8	-9.0	-9.4	-6.8	-7.8	--
Reservas oficiais (em meses de importações) ⁵	2.1	1.2	1.8	2.2	2.1	2.0	2.0	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Inclui vendas de combustível a navios e reexportações;² Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; ³ Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde;⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; ⁵ Activos Externos líquidos do BCV e importações de bens e serviços.

CABO VERDE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2003

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1990 a 2003
Alemanha ¹											2.3	0.7	1.6	1.1	0.6
Espanha	0.0	0.0	0.0	15.3	0.0	7.2	11.1	8.7	7.3	2.9	3.5	0.2	0.8	0.0	4.5
Holanda	1.1	10.4	10.5	3.4	2.1	0.9	0.5	1.0	0.2	0.8	0.3	0.2	0.2	0.4	0.9
Portugal	39.6	66.0	80.0	48.8	58.8	82.9	77.9	74.1	88.9	89.7	80.1	90.7	88.4	70.8	81.2
E.U.A. ¹											11.4	6.3	4.4	22.5	3.0
Outros	59.3	23.6	9.5	32.5	39.1	9.0	10.5	16.2	3.7	6.6	2.5	2.0	4.6	5.1	9.9
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Os valores em falta estão diluídos na rubrica Outros (a Alemanha e os EUA registaram quotas médias de 1.5% e 7.3%, respectivamente, entre 2000 e 2003).

CABO VERDE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2003

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1990 a 2003
Alemanha	2.4	6.3	3.7	4.9	4.0	4.1	3.1	2.1	4.6	2.0	1.5	0.6	3.9	1.0	3.2
Bélgica ¹												7.0	4.4	5.7	1.1
Brasil ¹												2.3	3.5	2.7	0.6
Espanha	7.3	5.4	2.1	0.7	0.9	1.7	3.8	2.4	2.4	2.4	2.5	3.6	3.8	2.6	2.9
E.U.A.	1.9	1.4	5.6	3.5	2.3	3.3	3.6	9.4	5.6	3.4	3.6	2.3	3.3	3.4	3.9
França	3.2	2.1	3.6	4.4	13.8	4.0	5.6	9.2	5.0	2.4	4.4	3.2	2.1	3.1	4.8
Holanda	8.9	9.8	10.4	8.5	8.0	7.9	7.6	11.0	6.8	17.8	13.0	14.9	13.7	14.7	11.0
Portugal	31.1	34.2	32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7	52.4	52.1	55.3	48.4	43.9
Reino Unido	1.6	1.5	1.9	2.1	1.4	2.1	2.8	2.0	2.7	2.9	1.8	1.6	0.4	0.9	1.9
Suécia	1.8	2.6	2.2	2.3	4.2	2.3	1.7	1.1	0.7	0.1	0.0	0.6	0.1	0.1	1.4
Outros	41.8	36.7	38.4	40.0	30.9	34.8	30.9	20.0	25.2	16.3	20.8	11.7	9.5	17.3	25.4
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Os valores em falta estão diluídos na rubrica Outros (a Bélgica e o Brasil registaram quotas médias de 5.6% e 3.0%, respectivamente, entre 2001 e 2003).

CABO VERDE - Quadro 7

Dívida Externa, 1999 - 2003

(em milhões de CVE)

	1999	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.
Dívida de médio e longo prazo	30337	34918	40771	39609	36603
Credores multilaterais	21652	26296	31050	29924	28020
Credores oficiais bilaterais	6328	6429	6900	6355	6094
Credores comerciais	2357	2193	2822	3330	2489
Dívida de curto prazo	--	1650	--	--	--
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	30337	36568	40771	39609	36603
da qual:					
Atrasados	388	3222	1711	885	687
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--
Dívida de m/l prazo	388	3222	1711	885	687
Capital	322	2917	1361	731	546
Juros	66	305	350	153	141
Serviço da dívida de médio e longo prazo	2519.0	2477.0	4585.0	2738.9	2065.1
Capital	2049.0	1919.0	4107.0	2019.6	1550.7
Juros	470.0	558.0	478.0	719.3	514.4
			<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>		
Dívida externa total	223.2	213.1	199.5	168.6	148.0
Serviço da dívida de médio e longo prazo	18.5	14.4	22.4	11.7	8.4
			<i>(em % do PIB)</i>		
Dívida externa total	49.1	56.7	58.5	53.2	45.1

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Operações Financeiras do Estado, 1999 - 2004

(em milhões de CVE)

	1999	2000	2001	2002	2003	2003	g.e. ¹	2004	2004	g.e. ¹
			Est.	Est.	Orç.	Est.		Orç.	Trim. I	
1. RECEITAS TOTAIS	18149	16959	18025	22717	28606	21930	76.7	26332	5004	19.0
1.1. Receitas orçamentais	13733	13327	15109	16398	20501	17529	85.5	19261	3730	19.4
1.1.1. Receitas correntes	13214	12874	14817	16177	19422	16974	87.4	18755	3713	19.8
Receitas não-tributárias	2896	1685	1829	1759	3468	1514	43.7	2805	266	9.5
Receitas tributárias	10318	11189	12988	14418	15954	15460	96.9	15949	3447	21.6
Impostos sobre o rendimento	3674	3905	4788	5132	5882	5068	86.2	5990	1271	21.2
Impostos sobre a despesa	6644	7284	8199	9286	10072	10392	103.2	9960	2176	21.8
1.1.2. Receitas de capital	519	453	292	221	1079	554	--	507	17	--
1.2. Donativos	4416	3632	2916	6319	7923	4401	55.5	6812	1274	18.7
1.3. Transferências de empresas públicas ²	0	0	0	0	183	0	0.0	259	0	0.0
2. DESPESAS TOTAIS	22681	22986	21326	25204	31966	24652	77.1	31367	4272	13.6
2.1. Despesas correntes	12620	15869	15234	16464	18372	16919	92.1	18252	3810	20.9
Salários e ordenados	6372	6412	6577	7092	10697	9803	91.6	9543	2122	22.2
Bens e serviços	590	474	566	604	1649	1341	81.3	1629	250	15.4
Subsídios e transferências	3196	6837	5936	5894	2852	2396	84.0	4213	928	22.0
dos quais: Combustíveis ³	523	2774	1497	932	0	0	--	0	0	--
Bolsas de estudo		801	812	804	646	455	--	500	93	--
Juros da dívida	944	1412	1367	2147	2131	1994	93.6	1816	446	24.6
Interna	639	494	803	1437	1508	1478	98.0	1319	331	25.1
Externa	305	918	564	710	623	517	82.9	497	115	23.2
Outras despesas	1518	734	788	726	1043	1385	132.8	1050	63	6.0
2.2. Despesas de investimento	8561	7090	6092	8740	13594	7733	56.9	13115	462	3.5
2.3. Despesas extraordinárias ⁴	1500	27	0	0	0	0	--	0	0	--
2.3.1. Programa de Urgência ⁵	1500	27	0	0	0	0	--	0	0	--
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	594	-2995	-418	-287	1050	56	--	503	-97	--
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	1113	-2542	-126	-66	2129	610	--	1010	-80	--
5. SALDO GLOBAL (SEM DONATIVOS): (1) - (2) - (1.2)	-8948	-9659	-6218	-8806	-11282	-7123	--	-11846	-542	--
6. SALDO GLOBAL (SEM DESP. EXTR.): (1) - (2) + (2.3)	-3032	-6000	-3302	-2487	-3359	-2722	--	-5035	732	--
7. SALDO GLOBAL (BASE COMPROMISSOS): (1) - (2)	-4532	-6027	-3302	-2487	-3359	-2722	--	-5035	732	--
8. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	410	3403	-2850	-5462	-1830	-765	--	-352	-70	--
8.1. Externos	0	1899	-1390	-970	-800	-185	--	-352	-70	--
8.2. Internos	410	1504	-1460	-4492	-1030	-580	--	0	0	--
9. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	0	1923	970	800	185	--	0	0	--
10. SALDO GLOBAL (BASE CAIXA): (7) + (8) + (9)	-4122	-2624	-4229	-6979	-4389	-3303	--	-5387	662	--
11. FINANCIAMENTO	4122	2624	4229	6979	4389	3303	--	2071	333	--
11.1. Interno (líq.)	3327	3019	2538	4861	1229	1549	--	-6	-42	--
do qual: Sistema bancário	0	7697	-9	3096		772	--	274	-52	--
Privatizações	3708	1683	61	0			--	0	0	--
11.2. Externo (líq.)	795	-395	1691	2118	3160	1754	--	2077	375	--
Desembolsos	3345	4121	5166	5196	5290	3559	--	4697	677	--
Amortizações	-2550	-4516	-3475	-3077	-2130	-1805	--	-2620	-301	--
12. DIFERENCIAL DE FIN. / DISCREPÂNCIA ⁶: (10) + (11)	0	0	0	0	0	0	--	-3316	995	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Plano de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); ³ Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis;⁴ A financiar com receitas das privatizações; ⁵ Trabalhos públicos para empregar as populações afectadas pela seca; ⁶ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

CABO VERDE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1999 - 2004

(em milhões de CVE)

	1999	2000	2001	2002 est.	2003			2003/2002 (%)		2004 prog.	Mai 04 est.	Mai04/2003 (%)	
					prog.rev.	est.	e-p (%)	(A)	(B)			(A)	(B)
POSIÇÃO EXTERNA	8110	7139	10002	11331	11489	10456	-9.0	-7.7	-1.7	12599	11231	7.4	1.4
Activos externos (líq.)	8510	7482	10272	11956		11266	--	-5.8	-1.3		12024	6.7	1.3
Banco de Cabo Verde	6508	4085	6422	9082		8818	--	-2.9	-0.5		9895	12.2	1.9
Disponibilidades líq. sobre o exterior	4590	3221	5546	8338	9507	8173	-14.0	-2.0	-0.3	10967	9241	13.1	1.9
Outros activos (líq.)	1918	864	877	744		645	--	-13.4	-0.2		654	1.4	0.0
Bancos comerciais	2002	3397	3850	2874		2448	--	-14.8	-0.8		2130	-13.0	-0.6
Responsabilidades de m/l prazo	-400	-342	-270	-625		-810	--	29.6	-0.4		-794	-2.0	0.0
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	28519	34560	35823	41026	44972	46428	3.2	13.2	10.3	48494	46857	0.9	0.8
Crédito interno total ¹	32763	41184	44120	49914	53844	54503	1.2	9.2	8.8	57360	54757	0.5	0.4
Crédito líquido ao S.P.A.	13875	21702	21693	24789	25533	25561	0.1	3.1	1.5	25544	24828	-2.9	-1.3
dq: Crédito líq. ao Governo central	7516	11625	11676	14367	15185	14858	-2.2	3.4	0.9	15197	14264	-4.0	-1.0
Crédito sobre o <i>Trust Fund</i> (TCMF)	6803	10600	10600	10600	10600	11038	4.1	4.1	0.8		11038	0.0	0.0
Crédito à economia	18888	19483	22421	25120	28311	28906	2.1	15.1	7.2	31816	29893	3.4	1.7
Empresas públicas	512	156	215	230		180	--	-21.8	-0.1		192	6.4	0.0
Sector privado	18377	19327	22205	24890		28726	--	15.4	7.3		29701	3.4	1.7
Crédito às IFNM			7	6		37	--	566.7	0.1		36	-2.1	0.0
Outras rubricas (líq.)	-4244	-6625	-8298	-8888	-8872	-8076	9.0	9.1	1.6	-8866	-7900	2.2	0.3
TOTAL DO ACTIVO	36629	41699	45825	52357	56461	56883	0.7	8.6	--	61093	58087	2.1	--
MASSA MONETÁRIA	36629	41699	45825	52357	56461	56883	0.7	8.6	8.6	61093	58087	2.1	2.1
<i>pro memoria: Base monetária</i>	11701	13552	14581	16236	16770	17288	3.1	6.5	--	18072	17595	1.8	--
Circulação monetária	6026	6458	6703	6459	6118	6516	6.5	0.9	--	6162	5862	-10.0	--
Depósitos à ordem em m/n	12281	13672	14056	16161	17429	16473	-5.5	1.9	--	17807	16210	-1.6	--
Quase-moeda	18322	21569	25067	29737	32914	33894	3.0	14.0	--	37124	36016	6.3	--
TOTAL DO PASSIVO	36629	41699	45825	52357	56461	56883	0.7	8.6	--	61093	58087	2.1	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ No contexto da privatização da banca, o Tesouro assumiu, em Julho e Outubro de 2000, dívidas no valor de CVE 4263 milhões, determinando acréscimos no Crédito ao SPA por contrapartida de Crédito à Economia (CVE 1944 milhões) e Outras Rubricas (CVE 2319 milhões);

² Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

(^A) Variação face ao final do ano anterior; (^B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contractação da liquidez).

CABO VERDE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1999 - 2004

	Dez 99	Dez 00	Dez 01		Dez 02			Dez 03						
			Jun 01	Mar 02	Jun 02	Set 02	Mar 03	Jun 03	Set 03	Mar 04	Jun 04			
Taxas activas														
Até 90 dias	11.94	11.94	13.50	13.50	13.50	12.94	12.94	12.94	12.69	12.69	12.69	12.69	12.69	12.69
De 91 a 180 dias	12.44	12.45	13.88	13.88	13.88	13.31	13.31	13.31	13.06	13.06	13.06	13.06	13.06	13.06
De 181 dias a 1 ano	12.68	12.73	14.25	14.25	14.25	13.69	13.69	13.69	13.23	13.23	13.23	13.44	13.44	13.44
De 1 a 2 anos	13.64	13.48	15.13	15.13	15.13	15.00	15.00	15.00	14.19	14.19	14.19	14.19	14.19	14.19
De 2 a 5 anos	13.39	13.10	15.00	15.00	15.00	14.38	14.38	14.38	13.44	13.44	13.44	13.56	13.56	13.56
De 5 a 10 anos	13.60	13.21	15.13	15.13	15.13	14.00	14.00	14.00	13.50	13.50	13.50	13.63	13.63	13.63
Superior a 10 anos	13.43	13.04	15.13	15.13	15.13	14.13	14.13	14.13	13.50	13.50	13.50	13.63	13.63	13.63
Crédito universitário						13.00	13.00	13.00	12.83	12.83	12.83	12.83	12.83	12.83
Crédito a emigrantes (poupança-habitação)						13.00	13.00	13.00	12.50	12.50	12.50	12.50	12.50	12.50
Taxas passivas														
Depósitos c/caderneta	1.50	1.50	1.50	1.50	1.50	1.13	1.13	1.13	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75
Depósitos a prazo														
De 30 a 60 dias	4.25	4.15	4.42	4.42	4.42	4.67	4.67	4.67	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00
De 61 a 90 dias	4.50	4.32	4.92	4.92	4.92	4.81	4.81	4.81	3.79	3.79	3.79	3.46	3.46	3.46
De 91 a 180 dias	6.00	5.63	6.50	6.50	6.50	5.94	5.94	5.94	5.06	5.06	5.06	4.44	4.44	4.44
De 181 dias a 1 ano	7.36	6.82	8.00	8.00	8.00	7.19	7.19	7.19	6.06	6.06	6.06	5.69	5.69	5.69
Superior a 1 ano	7.58	7.91	8.25	8.25	8.25	7.19	7.19	7.19	6.13	6.13	6.13	5.88	5.88	5.88
Poupança-habitação	8.50	8.65	8.25	8.25	8.25	8.00	8.00	8.00	7.33	7.33	7.33	7.33	7.33	7.33
Depósitos de emigrantes														
À ordem	1.75	1.75	2.00	2.00	2.00	2.00	2.00	2.00	1.50	1.50	1.50			
C/ pré-aviso (30 a 60 dias)		4.00				4.00	4.00	4.00	3.25	3.25	3.25			
De 30 a 60 dias	6.00	5.00				6.50	6.50	6.50	5.00	5.00	5.00	4.83	4.83	4.83
De 61 a 90 dias	6.50	4.00	6.50	6.50	6.50	6.25	6.25	6.17	5.00	5.00	5.00	4.75	4.75	4.75
De 91 a 180 dias	8.05	5.00	8.17	8.17	8.17	8.00	8.00	7.25	6.00	6.00	6.00	5.50	5.50	5.50
De 181 dias a 1 ano	8.75	8.28	9.50	9.50	9.50	8.13	8.13	8.25	7.00	7.00	7.00	6.75	6.63	6.63
Superior a 1 ano	9.50	9.56	9.88	9.88	9.88	9.25	9.25	9.25	7.88	7.88	7.88	8.00	7.83	7.83
Poupança-habitação														
De 30 a 180 dias	7.10	8.65	7.50	7.50	7.50	7.00	7.00	7.00	6.00	6.00	6.00	6.00	6.00	6.00
De 181 dias a 1 ano	8.17	8.38	8.50	8.50	8.50	7.88	7.88	7.75	6.88	6.88	6.88	6.63	6.50	6.50
Superior a 1 ano	8.33	8.55	8.75	8.75	8.75	8.38	8.38	8.00	7.00	7.00	7.00	6.63	6.50	6.50
Taxas de referência														
Instrumentos do BCV														
Redesconto	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50
Cedência de liquidez			11.50	11.50	11.50	10.00	10.00	10.00	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50
Absorção de liquidez			4.50	4.50	4.50	4.00	4.00	4.00	2.25	2.25	1.00	1.00	1.00	1.00
Bilhetes do Tesouro														
91 dias	5.372	8.689	10.013	10.883	10.602	6.913	6.553	6.378	5.935	5.454	5.457	7.598	7.046	6.006
182 dias	6.680	9.152	10.357	10.924	10.250	7.151	6.923	6.483	5.957	5.580	5.452	7.000	7.109	
364 dias	7.591	9.284	10.711	11.419		7.176		6.557		5.489		8.347		6.000
<i>Para memória:</i>														
Inflação (t.v. homóloga no mês)	-1.55	-1.03	3.61	4.14	2.74	1.92	-0.42	2.97	3.34	1.78	-0.02	-2.27	-2.83	-2.51

Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

CABO VERDE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1988 - 2004

(médias)

	CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EUR	ITCE ¹	
				(base 100: 1992)	
				Nominal	Real
1988	72.07	0.501	--	102.02	--
1989	77.98	0.496	--	102.51	--
1990	70.03	0.491	--	101.98	--
1991	71.41	0.494	--	101.75	--
1992	68.02	0.504	--	100.00	100.00
1993	80.43	0.501	--	97.66	97.91
1994	81.90	0.494	--	97.85	97.09
1995	76.85	0.512	--	93.78	97.39
1996	82.59	0.535	--	89.83	96.14
1997	93.19	0.532	--	90.95	103.52
1998	97.99	0.544	--	88.71	104.17
1999	102.70	--	110.27	87.67	104.93
2000	115.88	--	110.27	87.67	98.40
2001	123.21	--	110.27	87.67	97.64
2002	117.26	--	110.27	87.67	96.32
2003	97.80	--	110.27	87.67	94.70
2002					
Janeiro	124.75	--	110.265	87.67	96.22
Fevereiro	126.82	--	110.265	87.67	96.18
Março	126.01	--	110.265	87.67	96.26
Abril	124.67	--	110.265	87.67	95.69
Mai	120.50	--	110.265	87.67	96.22
Junho	116.04	--	110.265	87.67	95.85
Julho	111.75	--	110.265	87.67	95.92
Agosto	112.80	--	110.265	87.67	96.46
Setembro	112.45	--	110.265	87.67	97.20
Outubro	112.34	--	110.265	87.67	96.42
Novembro	110.14	--	110.265	87.67	96.49
Dezembro	108.80	--	110.265	87.67	96.94
2003					
Janeiro	104.01	--	110.265	87.67	96.31
Fevereiro	102.34	--	110.265	87.67	96.83
Março	102.39	--	110.265	87.67	96.16
Abril	101.77	--	110.265	87.67	95.10
Mai	95.55	--	110.265	87.67	94.55
Junho	94.40	--	110.265	87.67	94.80
Julho	96.93	--	110.265	87.67	95.23
Agosto	98.90	--	110.265	87.67	94.93
Setembro	98.59	--	110.265	87.67	94.55
Outubro	94.31	--	110.265	87.67	92.96
Novembro	94.37	--	110.265	87.67	92.33
Dezembro	89.99	--	110.265	87.67	92.71
2004					
Janeiro	87.40	--	110.265	87.67	91.96
Fevereiro	87.18	--	110.265	87.67	91.60
Março	89.50	--	110.265	87.67	91.61
Abril	91.84	--	110.265	87.67	90.57
Mai	91.92	--	110.265	87.67	90.65

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva, baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (valorização: +; desvalorização: -).

GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km²

Capital: Bissau

População: 1 100 000 hab.

Moeda: Franco CFA



1. SÍNTESE

Durante o ano de 2003, a economia da Guiné-Bissau foi marcada pela instabilidade política, com reflexos transversais à actividade económica no país. Um dos principais efeitos desta situação relaciona-se com o aumento do sector informal, retirando do circuito estatístico fluxos económicos importantes.

Os dados disponíveis apontam para que o crescimento económico tenha denotado uma quase estagnação em termos reais (+0.6%), o que, num ano marcado por uma descida do nível de preços (que em termos médios atingiu 3.5%, principalmente como reflexo da redução dos preços dos bens alimentares), acabou por se traduzir numa contracção nominal do produto.

Nas finanças públicas assistiu-se a uma nova deterioração do défice global (em 4.8 p.p., para 16.8% do PIB). As contas públicas deverão igualmente ser tidas como indicativas, face à existência de operações fora da conta do tesouro. Esta evolução levou a que, o Governo transitório saído do golpe de estado de Setembro passado, tenha apresentado um orçamento de emergência para 2004, com o intuito de estabilizar o pagamento de salários, assegurar o funcionamento de serviços estatais básicos e, simultaneamente, adequar os gastos do estado aos recursos disponíveis.

As contas externas denotaram em 2003 uma evolução favorável, com melhorias em todos os saldos da balança de pagamentos. O défice corrente acabou por se reduzir em

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	2002 Est.	2003 Est.	2004 Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	-7.2	0.6	2.6
Inflação (<i>t.v. média</i>)	3.3	-3.5	2.3
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	23.9	13.6	3.6
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-10.7	-4.7	-0.4
Saldo orçamental (% PIB)	-12.0	-16.8	-10.4
Dívida externa (% PIB)	378.9	390.4	386.8

6 p.p., para 4.7% do PIB, com os contributos positivos da balança comercial e da balança de serviços e rendimentos.

Também o saldo global externo evidenciou uma melhoria importante, tendo inclusivamente passado a positivo, o que, a par do incremento de atrasados, possibilitou uma elevada acumulação de reservas externas, a qual acabou por determinar o crescimento dos activos líquidos sobre o exterior, principal responsável pela expansão monetária registada.

A Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em Dezembro de 2000, tendo no entanto o processo sido interrompido pouco depois, em face do incumprimento de metas acordadas no programa de ajustamento no âmbito da PRGF.

Apesar de alguns desenvolvimentos positivos com a adopção de um plano de emergência de gestão da economia, a retoma daquele processo está dependente da apresentação de uma estratégia de redução de pobreza e do estabelecimento de um percurso sólido na gestão macroeconómica, pelo que se prevê que o ponto de conclusão possa ser atingido no final de 2005.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A economia da Guiné-Bissau apresentou em 2003 uma quase estagnação em termos reais, com uma taxa de crescimento do produto interno de apenas 0.6%, o que, num ano marcado pela deflação, conduziu a uma diminuição do produto nominal de 0.8%.

As estatísticas disponíveis retratam apenas uma parte dos fluxos económicos do país uma vez que, como resultado do conflito e da contínua instabilidade, o sector informal terá crescido substancialmente.

As últimas estimativas apontam para que o grande responsável pela existência de crescimento económico real positivo tenha sido o sector agrícola, cuja produção real aumentou 1.5% em 2003 (após a quebra de 4.1% em 2002). Esse crescimento do sector agrícola (com um impacto positivo sobre a evolução real do PIB de 0.9 p.p.) terá estado

Quadro II

Decomposição do PIB

(em percentagem)

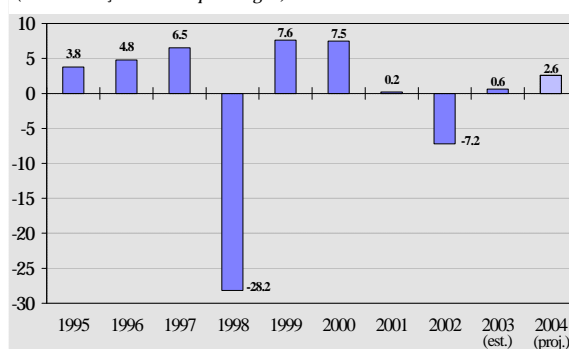
	2002 Est.	2003 Est.	2004 Proj.
Sector Primário	56.4	56.0	56.0
Sector Secundário	12.9	12.4	12.8
Sector Terciário	29.1	29.9	29.4
Impostos Indirectos	1.5	1.7	1.7
PIBpm	100.0	100.0	100.0
Consumo	101.8	95.3	105.4
Público	13.7	16.0	17.1
Privado	88.1	79.3	88.3
Investimento	14.7	17.6	20.7
Exportações ⁽¹⁾	31.0	32.5	35.3
Importações ⁽¹⁾	47.5	46.8	61.4

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1995 - 2004)

(taxa de variação anual em percentagem)



sobretudo associado às boas condições climáticas registadas em 2003, nomeadamente com reflexos nos volumes de produção da castanha de cajú.

Em 2003, os sectores secundário e terciário evidenciaram contracções reais de actividade (à semelhança de 2002, embora de magnitude superior), com impactos negativos de 0.2 p.p. e 0.3 p.p., respectivamente, sobre o produto, com destaque para as reduções na administração pública (de 3.9%, face a 2002) e na indústria (2.4%).

Em termos nominais, a estrutura sectorial da produção evoluiu de maneira diversa, com destaque para a diminuição do peso do sector primário (reflexo do efeito da descida do nível de preços neste sector) e para a subida do sector terciário, principalmente como reflexo da actividade do *Comércio, restaurantes e hotéis*, que denotou um crescimento nominal de 5.4% em relação a 2002 (tendo inclusivamente registado uma contribuição positiva para o PIB real de 0.06 p.p.).

Gráfico II

IPC - Bissau (2001 - 2004)

(variação mensal em percentagem)

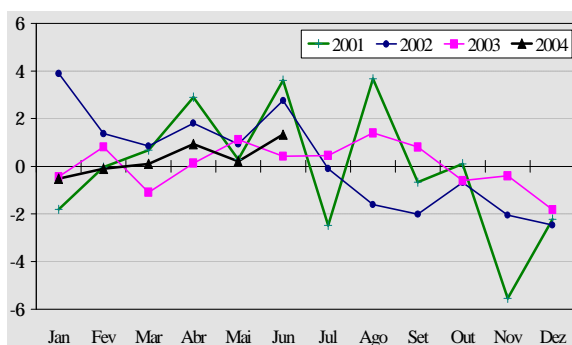


Gráfico III

IPC - Bissau (1993 - 2004)

(variação mensal em percentagem)

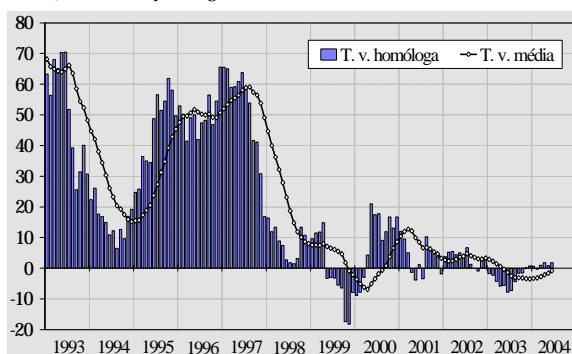
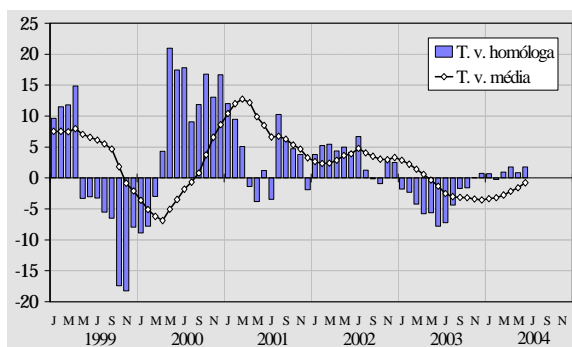


Gráfico IV

IPC - Bissau (1999 - 2004)

(variação mensal em percentagem)



Do lado da despesa, o bom comportamento das exportações de bens e serviços (aumento de 3.9% em termos nominais) e a quebra evidenciada nas importações (diminuição de 2.3%) não foram suficientes para contrariar a evolução da procura interna, a qual apresentou um redução nominal de 3.9% em relação aos valores apurados para 2002. Esta contracção da procura interna resultou

principalmente da diminuição da propensão ao consumo por parte dos agentes privados, com o correspondente agregado a evidenciar uma quebra de 10.7%, registando assim uma perda de 8.8 p.p. em relação ao seu peso no produto.

Desde Julho de 2002, as autoridades guineenses passaram a apresentar os seus valores de inflação a partir do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), no contexto da UEMOA. De acordo com esses valores, a inflação anual em 2003 denotou um valor negativo de 3.5% em termos médios, repercutindo sobretudo as descidas dos preços dos bens alimentares e da classe *rendas, água, electricidade e gás*. Em termos homólogos, a inflação fechou o ano em 0.7% após ter evidenciado valores negativos durante quase todo o ano. Ao longo dos primeiros seis meses de 2004, tem vindo a assistir-se à reversão da tendência do ano anterior, com a inflação acumulada a chegar já aos 2%, como resultado do crescimento verificado nos preços dos bens alimentares.

As previsões para 2004 apontam para que a Guiné-Bissau possa atingir um crescimento económico real de 2.6%, assente numa projecção positiva para a produção agrícola e na estabilização da situação política (com consequências transversais na economia, sobretudo nos sectores industrial e do comércio). A inflação média, apesar de positiva, deverá ficar em 2.3%, abaixo do limite máximo definido no critério de convergência da UEMOA (3%).

3. CONTAS EXTERNAS

De acordo com os dados disponíveis, as contas externas guineenses evoluíram favoravelmente em 2003, apresentando melhorias em todos os seus saldos. O défice corrente terá registado uma redução muito significativa, passando a representar 4.7% do produto interno (quando em 2002 chegava aos 10.7%), a balança de capitais e financeira deverá ter reforçado o seu saldo positivo em 8.4 p.p., em termos de peso no PIB, e o saldo da balança global invertido o seu sinal, passando a apresentar um valor positivo correspondente a 9.1% do PIB (face a -5.3% em 2002).

Para a evolução positiva do saldo corrente em 2003 contribuiu principalmente a melhoria evidenciada pelo saldo da balança comercial, a qual reduziu o seu défice em 5.4 p.p., em relação ao peso no PIB, chegando a apenas 2.9% (o que compara com 8.3% em 2002). Na origem deste comportamento esteve sobretudo a quase estagnação nominal (em USD) das importações, repercutida numa redução de 6.9 p.p. no seu peso no PIB, ficando muito aquém dos valores projectados no início do ano.

A balança de serviços e rendimentos também registou uma melhoria face ao ano anterior, em percentagem do produto, que resultou numa redução do seu défice em 3.7 p.p., para 13.7%, reflectindo sobretudo a diminuição dos débitos da balança de serviços, responsáveis por 95% da descida do défice daquela balança, nomeadamente,

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1992 - 2004)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

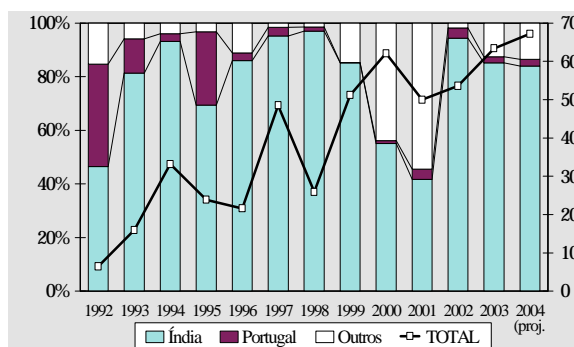
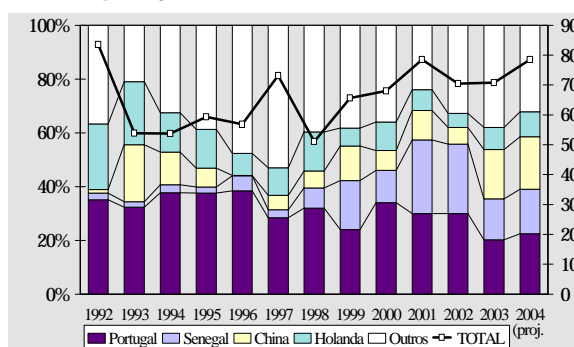


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1992 - 2004)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



juros da dívida externa. Ainda em 2003, as transferências correntes evidenciaram uma quebra de 4.1 p.p. do seu peso no PIB, maioritariamente reflectindo a diminuição nas transferências de origem pública, mais acentuada nas relativas a receitas das pescas.

A balança de capitais e financeira registou igualmente uma melhoria em 2003, com o seu saldo a denotar um aumento do excedente de 10.9 para 35.1 milhões de dólares no final do ano. Na base desta evolução terá estado o aumento não esperado dos desembolsos e, principalmente, a importante subida registada em *capitais de curto prazo, erros e omissões* (num total de 34.9 milhões de USD), apesar da quebra apresentada pela rubrica *transferências de capital e investimento directo estrangeiro*.

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1996 - 2004)

(Saldos, em percentagem do PIB)

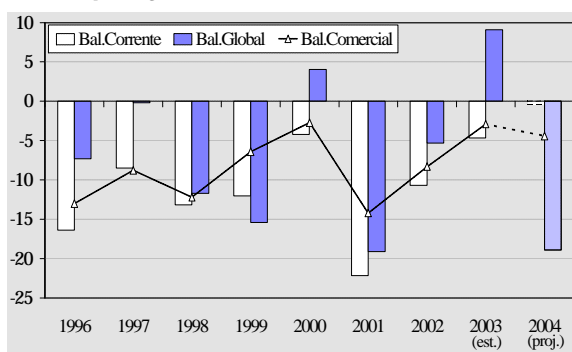
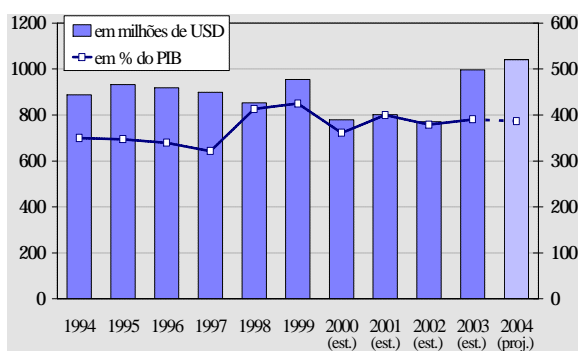


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 2004)

O excedente que o saldo da balança passou a apresentar foi totalmente canalizado para a acumulação de reservas externas, tendo-se mantido a tendência para a acumulação de atrasados (que se mantém em crescendo desde 2001).

As projecções adiantadas para 2004 apontam para nova redução do défice corrente, o qual deverá atingir 0.4% do PIB no final do ano. Estas estimativas apontam para o forte crescimento das transferências correntes, em particular na sua componente pública, esperando-se entradas de fundos destinados a ajuda à balança de pagamentos e a receitas das pescas (parte das quais relacionadas com o esperado influxo de recursos da UE decorrente do diferimento da contribuição no período do conflito).

No âmbito da Iniciativa HIPC, o país atingiu o ponto de decisão em Dezembro de 2000, beneficiando do acordo para alívio da dívida por parte de credores que representavam cerca de 81% da dívida externa total.

No entanto, o incumprimento de metas acordadas no programa de ajustamento no âmbito da facilidade de redução de pobreza e crescimento do FMI (PRGF), estabelecido em 2000, em face de derrapagens orçamentais, levou à interrupção da assistência intercalar por parte do FMI no final de 2001 e à declaração de inoperacionalidade em Janeiro de 2003 dos acordos de reescalonamento de 2002 e 2003 com os credores do Clube de Paris.

Na sequência do golpe de estado de Setembro de 2003, o governo transitório da Guiné-Bissau adoptou um plano de emergência de gestão da economia, com base num acordo de parceria internacional ao abrigo das Nações Unidas, destinado a estabilizar a situação política e financeira do país, por forma a promover o financiamento de emergência por parte dos doadores.

Apesar de alguns desenvolvimentos positivos, a retoma do processo de alívio de dívida ao abrigo da HIPC está dependente não só da apresentação da estratégia de redução de pobreza (PRSP) como ainda do estabelecimento de um percurso sólido na gestão macroeconómica, pelo que não se prevê que atinja o ponto de conclusão da HIPC antes do final de 2005.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

O ano de 2003 foi marcado pelo agravamento das finanças públicas, com os dados disponíveis a evidenciarem um aumento de 4.8 p.p. no défice global, atingindo 16.8%.

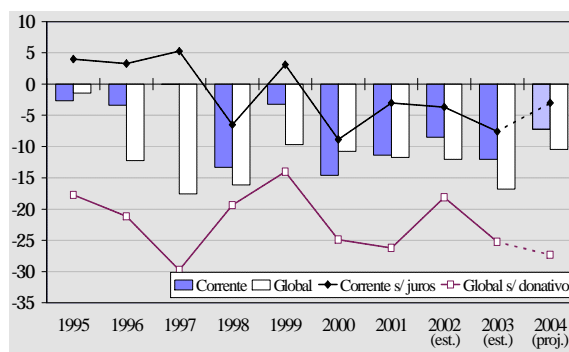
Os valores agora apurados pelas autoridades nacionais para o exercício de 2003 devem ser tomados apenas como indicativos, uma vez que parte significativa dos fluxos orçamentais terá sido realizada sem registo nos circuitos oficiais, supondo-se que no sentido de agravar o défice público.

O agravamento registado no saldo global em 2003 derivou não só da diminuição das receitas correntes como também do aumento das despesas totais. Em relação às receitas, a quebra evidenciada pelas de natureza corrente (menos 3.4 p.p. que em 2002, em

Gráfico IX

Finanças Públicas (1995 - 2004)

(Saldos, em percentagem do PIB)



relação ao peso no PIB) terá sido sobretudo consequência da redução da arrecadação relativa a taxas do sector das pescas (em 3.8 p.p.), contribuindo para a descida apresentada pelas receitas não-tributárias (de 4.0 p.p.).

A execução orçamental disponibilizada inclui ainda crescimentos do montante de donativos (de 2.3 p.p.) e dos volumes arrecadados de receitas tributárias (em 0.6 p.p.), apesar de alguma redução registada nos impostos sobre o comércio internacional (relacionada com a quase estagnação nominal das importações).

O aumento das despesas totais do estado guineense (em 3.8 p.p., em relação ao peso no PIB) terá sido maioritariamente derivado da subida das despesas de capital com financiamento externo, as quais registaram em 2003 mais 5.7 milhões de francos CFA que no ano anterior (o que corresponde a um incremento de 3.5 p.p. em percentagem do produto).

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

(em percentagem do PIB)

	2002 Est.	2003 Est.	2004 Orç.
Donativos	6.1	8.4	16.9
Receitas correntes	15.3	11.9	16.6
Receitas não-tributárias	6.9	2.9	9.4
dq: Sector das Pescas	6.0	2.2	2.8
Receitas tributárias	8.4	9.0	7.2
Imp. s/ comércio intern.	2.7	2.6	2.3
Empréstimos Líquidos	0.9	1.5	5.4
Despesas de capital	8.7	11.7	14.7
Despesas correntes	23.8	24.0	23.8
Com o Pessoal	7.4	7.8	8.5
Bens e Serviços	6.3	8.2	6.1
Transferências	5.2	3.6	4.9
Juros programados	4.8	4.4	4.2
Saldo corrente	-8.5	-12.0	-7.2
Saldo global (compromissos)	-12.0	-16.8	-10.4

Gráfico X

Receitas Públicas (1995 - 2004)

(em percentagem do PIB)

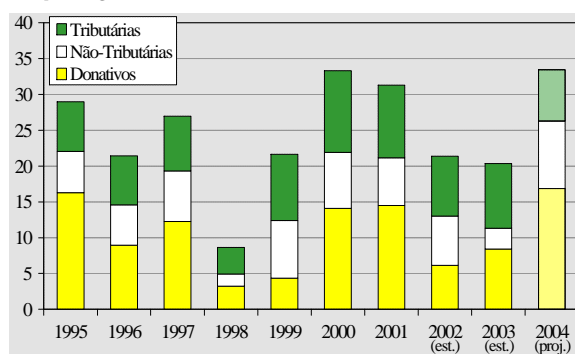
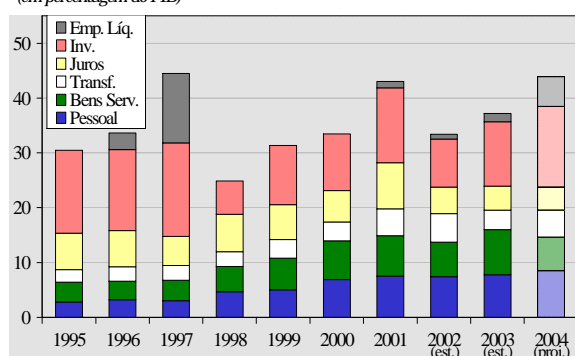


Gráfico XI

Despesas Públicas (1995 - 2004)

(em percentagem do PIB)



Outro dos maiores aumentos na classe das despesas correspondeu à subida dos empréstimos líquidos, a qual equivaliu a 0.6 p.p. do PIB. Por seu lado, o conjunto das despesas correntes registou um decréscimo, que se cifrou em 0.2 p.p. do produto. Em termos desagregados, a evolução foi diversificada, com subidas nos encargos com o pessoal e com bens e serviços, e descidas nas transferências e nos juros programados.

Após o golpe de Setembro de 2003, o governo transitório apresentou em Dezembro desse ano um orçamento de emergência para 2004, cujos principais objectivos passavam pelo pagamento regular dos salários da função pública e por

assegurar o funcionamento de serviços estatais básicos, em particular nos sectores da saúde e educação.

Simultaneamente, foi criado um Comité do Tesouro, com a responsabilidade de implementar um sistema rigoroso de racionamento de fundos, de forma a assegurar que a despesa se faça em linha com os recursos disponíveis.

O orçamento aponta assim para uma redução do défice global de 6.4 p.p., devendo ficar em 10.4% do PIB, conjugando um aumento de receitas de 13 p.p. (derivado essencialmente do crescimento dos donativos e das receitas não-tributárias) com uma subida das despesas totais de 6.7 p.p. (contendo as despesas correntes e projectando aumentos das despesas de capital e dos empréstimos líquidos).

A execução dos primeiros meses de 2004 veio a mostrar que as receitas se encontram abaixo do inicialmente orçamentado e que, apesar de uma melhoria significativa no controlo da despesa, alguns gastos públicos continuam a ser executados fora do enquadramento regulamentar, em parte devido às dificuldades relacionadas com o atraso na harmonização dos escalões salariais do sector público.

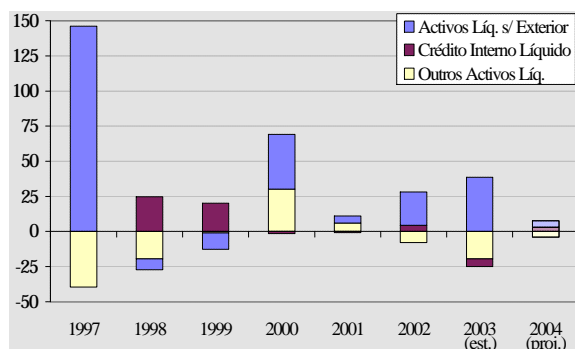
Estas dificuldades acrescidas levaram a que se acumulassem novos atrasos no pagamento de salários, apesar de alguns ministérios terem visto regularizadas parte das remunerações devidas.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

A situação monetária na Guiné-Bissau em 2003, inserida no contexto da UEMOA¹, caracterizou-se pela redução do ritmo de crescimento da massa monetária, a qual registou um aumento de 13.6% face ao ano anterior (o que compara com os +23.9% de 2002). Entre os factores de variação da liquidez, os activos líquidos sobre o exterior foram os únicos a contribuir positivamente para o crescimento da massa monetária, registando um impacto de 38.6% no final do ano, destacando-se as disponibilidades líquidas do banco central (+28.4%) embora as acumuladas nos bancos comerciais tenham também demonstrado um impacto significativo (+10.3%).

Gráfico XII

Factores de Variação da Liquidez (1997-2004)
(variações em % do stock inicial da massa monetária)



O crédito interno total registou uma redução bastante significativa (de 20.9% face a Dezembro de 2002), evidenciando um impacto contraccionista de 5.5% sobre os valores iniciais da massa monetária. Esta evolução decorreu sobretudo da diminuição apresentada pelo crédito líquido ao sector público administrativo (em 17.6%).

¹ A Guiné-Bissau aderiu à UEMOA em Março de 1997.

Gráfico XIII

Crédito Interno Total (2000 - 2004)

(taxas de variação homóloga)

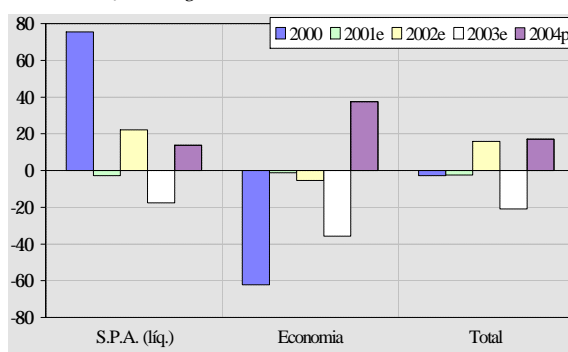
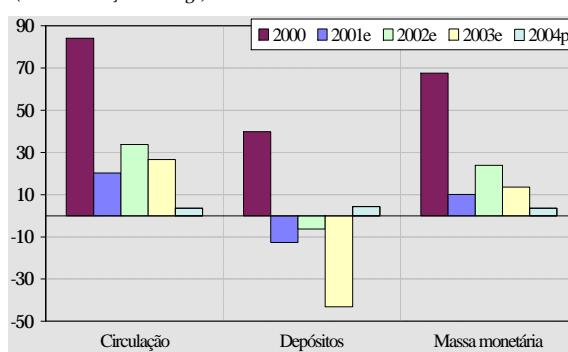


Gráfico XIV

Meios de Pagamento (2000 - 2004)

(taxas de variação homóloga)



No entanto, é ainda de salientar o novo decréscimo do crédito à economia (o que vem acontecendo desde 1999), responsável desta feita por um impacto negativo de 1.7% sobre a liquidez. Note-se que o sentido de evolução desta rubrica era já esperado, embora a magnitude da diminuição tenha sido muito superior à programada, tornando bastante diminuto um valor já bastante baixo.

À semelhança do ano anterior, o comportamento das outras rubricas líquidas em 2003 revelou-se também de pendor contraccionista para a evolução da massa monetária, sendo responsável por um impacto negativo de 19.5%.

Gráfico XV

Taxas de Câmbio (1999 - 2004)

(índices base 100: Maio de 1997, médias mensais)

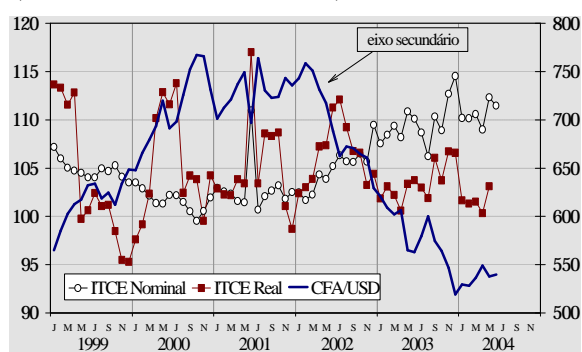
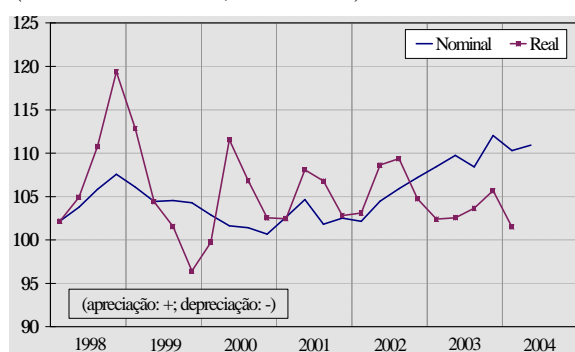


Gráfico XVI

Taxas de Câmbio Efectivas (1998 - 2004)

(índices base 100: Maio de 1997, médias trimestrais)



A estrutura dos meios de pagamento continua a evoluir no sentido do reforço da preferência pela forma mais líquida, com a circulação a aumentar o seu peso para quase 91%, o que estará decerto associado à instabilidade política e ao diminuto sector bancário existente no país.

Após um ano caracterizado pela redução do número de bancos a operar no país (em 2002, dos três bancos que estavam presentes na Guiné-Bissau, um deles foi liquidado e um outro encerrou na sequência de um processo de aquisição e subsequente redefinição das actividades em termos globais), ao longo do ano de 2003 apenas uma instituição bancária (o Banco da África Ocidental, com capitais portugueses) se

manteve em actividade, limitando deste modo o desenvolvimento da intermediação financeira.

Para 2004 os dados enviados pelas autoridades guineenses apontam para um forte abrandamento no crescimento da massa monetária, que deverá ficar por um aumento de 3.6% face a 2003. Os impactos positivos esperados dos activos líquidos sobre o exterior (apenas do banco central) e do crédito interno total (principalmente do crédito líquido ao sector público, embora se estime igualmente um aumento do crédito à economia) deverão ser parcialmente compensados pelo efeito contraccionista previsto para a evolução das outras rubricas.

Note-se, no entanto, que os valores do primeiro semestre do ano registam uma subida da massa monetária de 5.7% face a Dezembro de 2003 (ou 10.5% em termos homólogos), uma vez mais alicerçada num aumento dos activos líquidos sobre o exterior, com nova quebra do crédito interno total (que atinge já 14.2% face ao final de 2003, ou 31% em termos homólogos).

No mercado cambial, o franco CFA (cuja credibilidade é assegurada pela garantia de convertibilidade dada pelas autoridades francesas e pela manutenção da paridade fixa face ao euro) evidenciou, em 2003, uma apreciação de 16.8% face ao USD. Em termos médios, o índice efectivo real demonstrou alguma depreciação no mesmo período (descida de 3.4%).

Principais Indicadores Económicos, 1998 - 2004

	Unidades	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004
					Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB nominal	milhões de EUR	185.7	210.7	233.9	222.4	216.3	---	214.5	220.8
PIB real	t. var. anual	-28.2	7.6	7.5	0.2	-7.2	---	0.6	2.6
Inflação (I.P. Consumidor)	t. var. homóloga	7.9	-7.9	16.7	-1.9	2.5	---	0.7	3.0
	t. var. média anual	8.0	-2.1	8.6	3.3	3.3	---	-3.5	2.3
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	8.6	21.6	33.4	31.3	21.4	20.4	20.4	33.4
Despesas totais	% PIB	24.8	31.3	44.1	43.0	33.4	29.1	37.2	43.9
Défice global	% PIB	-16.2	-9.7	-10.8	-11.7	-12.0	-8.7	-16.8	-10.4
Défice global sem donativos	% PIB	-19.4	-14.0	-24.9	-26.2	-18.1	-14.6	-25.3	-27.3
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	240.0	222.2	75.5	-2.7	22.1	-2.1	-17.6	13.9
Crédito à economia	t. var. anual	62.7	8.8	-62.2	-1.2	-5.3	-16.7	-35.7	37.5
Massa monetária (M ₂)	t. var. anual	-2.4	7.6	67.7	10.1	23.9	4.7	13.6	3.6
TAXAS DE JURO									
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.5	3.5	3.5	3.5	3.0	---	3.0	3.0 ³
Activa, a 1 ano	t. anual	...	12.0	16.0	16.0	15.0	---	16.0	16.0 ³
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	-46.5	97.5	21.3	-19.5	7.2	17.5	18.3	6.0
Importações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	-30.1	28.4	3.7	15.4	-10.2	24.0	0.4	10.9
Balança corrente	% PIB	-13.2	-12.0	-4.2	-22.2	-10.7	-19.0	-4.7	-0.4
Balança corrente s/ transf. Oficiais	% PIB	-20.4	-22.3	-20.8	-36.2	-18.8	-29.1	-9.7	-12.5
DÍVIDA EXTERNA									
Stock total	milhões de EUR	---	894.5	842.6	894.7	815.3	---	880.7	---
	% PIB	413.1	425.0	361.1	399.9	378.9	---	390.4	386.8
	% exportações ²	2 780.2	1 090.9	892.0	1 126.0	1 221.8	---	1 202.0	1 095.0
Serviço da dívida	% exportações ²	103.9	38.9	33.9	48.9	56.5	---	44.2	43.4
TAXAS DE CÂMBIO									
Nominal XOF / USD (mercado oficial)	t. média	590.0	615.6	711.6	728.2	695.9	---	579.3	539.7 ³
ITCE Nominal (base 100: Maio de 1997) ¹	t. variação	4.5	0.0	-3.1	1.2	1.9	---	4.5	1.7 ³
ITCE Real (base 100: Maio de 1997) ¹	t. variação	26.2	-5.1	1.4	-0.2	2.1	---	-3.4	-0.4 ⁴

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96;

² De bens e serviços; ³ Valores apurados em Junho; ⁴ Valor apurado em Maio.

GUINÉ-BISSAU - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1997 - 2004

(preços correntes, em mil milhões de francos CFA)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002 Est.	2003 Est.	2004 Proj.
Sector primário	83.1	69.5	82.2	88.0	80.4	80.0	78.8	81.2
Agropecuária, silvicultura e pesca	83.1	69.5	82.2	88.0	80.4	80.0	78.8	81.2
Sector secundário	25.5	16.4	16.8	18.4	18.3	18.4	17.4	18.6
Indústria ¹	20.2	13.7	14.0	15.0	14.8	14.8	14.0	14.9
Construção	5.3	2.6	2.8	3.4	3.4	3.5	3.4	3.7
Sector terciário	51.8	34.6	36.8	43.3	44.8	41.3	42.0	42.6
Comércio, restaurantes e hotéis	40.5	20.2	21.1	23.3	24.3	23.6	24.9	24.5
Transportes e comunicações	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8	5.7	5.7	6.2
Administração pública	5.5	8.9	9.9	13.8	14.2	11.5	10.9	11.4
Banca, seguros e outros serviços	1.2	0.6	0.6	0.6	0.5	0.5	0.5	0.6
Produto Interno Bruto (custo de factores)	160.4	120.5	135.8	149.7	143.5	139.7	138.3	142.3
Impostos indirectos	2.7	1.4	2.4	3.7	2.4	2.2	2.4	2.5
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	163.1	121.8	138.2	153.4	145.9	141.9	140.7	144.8
Consumo	158.4	138.8	134.2	136.7	139.3	144.4	134.1	152.7
Público	23.8	22.9	28.4	51.9	41.1	19.4	22.5	24.8
Privado	134.6	115.9	105.8	84.9	98.2	125.0	111.6	127.9
Investimento	35.6	7.5	14.9	23.2	23.2	20.9	24.8	30.0
Público	25.4	7.5	14.9	15.3	20.0	12.4	16.5	21.3
Privado	10.1	0.0	0.0	7.9	3.2	8.5	8.3	8.7
Procura interna	194.0	146.3	149.1	160.0	162.5	165.3	158.8	182.7
Exportações	34.3	18.1	53.9	62.1	51.8	44.0	45.7	51.2
Procura global	228.2	164.4	203.0	222.1	214.3	209.3	204.5	233.8
Importações	65.1	42.6	64.7	68.7	68.4	67.4	65.8	89.0
Pro memoria:								
Poupança interna bruta	4.7	-17.0	4.0	16.7	6.6	-2.5	6.6	-7.9
PIBpm nominal (milhões de USD)	279.5	206.5	224.5	215.6	200.4	203.3	255.1	269.2
Deflator do PIBpm (var. anual em %)	12.7	4.0	5.5	3.2	-5.1	4.8	-1.4	0.3
PIBpm nominal (variação anual em %)	20.0	-25.3	13.5	11.0	-4.9	-2.7	-0.8	2.9
PIBpm real (variação anual em %)	6.5	-28.2	7.6	7.5	0.2	-7.2	0.6	2.6

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

¹ Inclui electricidade e água;

GUINÉ - BISSAU - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1997 - 2004

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1997	Dezembro	-8.6	16.8	16.8	49.1
1998	Dezembro	-11.0	7.9	7.9	8.0
1999	Dezembro	0.3	-7.9	-7.9	-2.1
2000	Dezembro	3.5	16.7	16.7	8.6
2001	Dezembro	-2.2	-1.9	-1.9	3.3
2002	Dezembro	-2.5	2.5	2.5	3.3
2003	Dezembro	-1.8	0.7	0.7	-3.5
2001	Janeiro	-1.8	-1.8	12.0	10.4
	Fevereiro	0.0	-1.8	9.5	12.0
	Março	0.7	-1.2	5.1	12.7
	Abril	2.9	1.7	-1.4	12.2
	Maio	0.3	2.0	-3.8	9.9
	Junho	3.6	5.7	1.2	8.5
	Julho	-2.5	3.0	-3.5	6.6
	Agosto	3.7	6.8	10.3	6.7
	Setembro	-0.7	6.1	6.2	6.3
	Outubro	0.1	6.2	4.7	5.4
	Novembro	-5.5	0.3	3.8	4.7
	Dezembro	-2.2	-1.9	-1.9	3.3
2002	Janeiro	3.9	3.9	3.8	2.7
	Fevereiro	1.4	5.3	5.3	2.4
	Março	0.9	6.2	5.5	2.4
	Abril	1.8	8.1	4.3	2.9
	Maio	0.9	9.2	5.0	3.7
	Junho	2.8	12.2	4.2	3.9
	Julho	-0.1	12.1	6.7	4.8
	Agosto	-1.6	10.2	1.3	4.1
	Setembro	-2.0	8.0	-0.1	3.5
	Outubro	-0.7	7.3	-0.9	3.0
	Novembro	-2.1	5.1	2.8	3.0
	Dezembro	-2.5	2.5	2.5	3.3
2003 ¹	Janeiro	-0.4	-0.4	-1.8	2.9
	Fevereiro	0.8	0.4	-2.3	2.2
	Março	-1.1	-0.7	-4.2	1.4
	Abril	0.1	-0.6	-5.8	0.6
	Maio	1.1	0.5	-5.6	-0.3
	Junho	0.4	0.9	-7.8	-1.3
	Julho	0.5	1.4	-7.2	-2.5
	Agosto	1.4	2.8	-4.4	-3.0
	Setembro	0.8	3.6	-1.7	-3.1
	Outubro	-0.6	3.0	-1.6	-3.2
	Novembro	-0.4	2.6	0.1	-3.4
	Dezembro	-1.8	0.7	0.7	-3.5
2004	Janeiro	-0.5	-0.5	0.7	-3.3
	Fevereiro	-0.1	-0.6	-0.2	-3.2
	Março	0.1	-0.5	1.0	-2.8
	Abril	0.9	0.4	1.8	-2.1
	Maio	0.2	0.6	0.8	-1.6
	Junho	1.3	2.0	1.8	-0.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

¹ A partir de Janeiro de 2003, a Guiné-Bissau, no âmbito da UEMOA, passou apenas a divulgar o Índice Harmonizado de Preços.

Balança de Pagamentos, 1997 - 2004*(em milhões de USD)*

	1997	1998	1999	2000 Est.	2001 Est.	2002 Est.	2003 Proj.	2003 Est.	2004 Proj.
Balança Corrente	-23.7	-27.2	-27.0	-9.1	-44.4	-21.7	-38.7	-11.9	-1.2
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-62.9</i>	<i>-42.2</i>	<i>-50.0</i>	<i>-44.9</i>	<i>-72.5</i>	<i>-38.1</i>	<i>-59.1</i>	<i>-24.7</i>	<i>-33.7</i>
Balança comercial	-24.6	-25.2	-14.4	-5.9	-28.5	-16.9	-24.5	-7.4	-11.3
Exportações (f.o.b.)	48.5	25.9	51.2	62.1	50.0	53.6	63.0	63.4	67.2
das quais: Castanha de cajú	45.6	23.9	48.7	60.0	47.2	47.4	55.6	57.0	60.1
Importações (f.o.b.)	-73.1	-51.1	-65.6	-68.0	-78.5	-70.5	-87.4	-70.8	-78.5
Balança de serviços e rendimentos	-40.3	-33.1	-40.2	-46.1	-56.0	-35.4	-48.3	-34.9	-40.8
dos quais: Juros programados	-14.3	-14.1	-14.3	-12.3	-11.4	-9.0	---	-7.8	-8.4
Transferências Correntes	41.3	31.1	27.6	42.9	40.1	30.6	34.1	30.3	50.9
Públicas	39.3	15.0	23.0	35.7	28.0	16.4	20.4	12.8	32.5
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	16.0	7.6	1.3	12.1	1.4	0.0	---	2.0	11.4
das quais: Receitas das pescas	15.4	1.3	12.7	10.7	10.3	12.1	11.9	4.8	14.8
Privadas	2.0	16.1	4.6	7.2	12.1	14.2	13.7	17.5	18.5
Balança de Capitais e Financeira	23.1	2.9	-7.6	17.9	6.2	10.9	51.1	35.1	-47.0
Endividamento	7.4	-7.6	-17.3	-7.1	-18.8	-21.7	3.3	-15.4	-7.9
Desembolsos	25.7	10.2	2.4	10.2	4.6	4.9	3.3	13.4	25.0
Apoio à balança de pagamentos	0.0	3.7	0.0	7.4	0.0	0.0	---	3.7	13.7
Projectos	25.7	6.5	2.4	2.7	4.6	4.9	---	9.7	11.3
Amortizações programadas	-18.3	-17.8	-19.7	-17.3	-23.4	-26.6	0.0	-28.8	-32.9
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	32.2	0.0	20.7	9.4	18.4	44.2	48.0	29.5	-41.3
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-16.4	10.5	-11.0	15.6	6.6	-11.5	0.0	20.9	2.2
Balança Global	-0.5	-24.2	-34.6	8.7	-38.3	-10.9	12.6	23.2	-48.2
Financiamento	0.5	24.2	34.6	-8.7	38.3	10.9	---	-23.2	34.9
Variação das reservas oficiais ¹	-24.7	-1.0	6.2	-25.6	-5.1	-24.0	---	-61.2	-7.9
Variação de atrasados (redução: -)	15.8	21.5	28.4	-172.2	7.7	24.7	---	29.0	32.9
Alívio da dívida	9.4	3.7	0.0	189.0	35.7	10.2	---	9.1	9.9
Diferencial de Financiamento ²	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	12.6	0.0	-13.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui a contrapartida de flutuações cambiais; ² Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1990 - 2004

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Proj.	1990 a 2004
Cabo Verde	1.9	0.2	2.1	0.7	0.2	0.2	7.1	0.1	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4
Espanha	5.9	0.8	9.3	0.4	0.0	1.1	2.7	0.2	0.0	1.7	0.0	0.1	1.5	0.2	0.2	0.9
França	3.0	1.3	0.0	4.3	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.7	0.0	0.5	1.0	0.6
Gâmbia	0.0	4.7	0.4	0.0	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Holanda	1.9	0.3	0.0	0.4	0.1	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3
Índia	51.3	66.5	46.5	81.3	93.2	69.5	86.0	95.2	97.0	85.2	55.1	41.7	94.3	85.2	84.0	77.6
Nigéria	0.0	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Portugal	20.4	15.1	38.1	12.8	2.8	27.3	2.9	3.2	1.5	0.1	1.0	3.8	3.9	2.2	2.5	5.2
Senegal	0.2	3.5	2.7	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.8	0.1	0.2	2.5	0.0	0.5	0.6	0.7
Singapura	---	---	---	---	---	---	---	---	---	10.5	30.8	43.8	0.0	7.2	9.4	10.2
Outros	15.5	6.0	0.9	0.0	3.6	0.6	1.3	0.3	0.5	2.3	9.5	6.5	0.3	4.2	2.3	3.7
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1990 - 2004

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Proj.	1990 a 2004
Alemanha	3.2	11.7	7.1	3.1	0.9	0.4	0.0	0.5	0.2	3.0	3.1	2.4	2.4	1.5	1.2	2.9
China	0.5	5.3	1.2	21.1	12.0	7.0	0.1	5.4	6.3	12.9	7.4	10.9	6.2	18.3	19.5	8.9
Costa do Marfim	0.5	0.7	3.4	4.1	2.7	1.8	4.0	0.0	0.5	0.2	0.0	0.2	0.2	0.0	2.5	1.3
E.U.A.	2.7	0.3	2.2	2.5	1.0	3.4	4.6	2.3	0.5	1.1	0.2	0.2	0.0	0.2	0.2	1.4
França	2.2	3.3	5.6	1.1	4.9	3.6	3.7	1.9	2.5	2.3	4.7	4.7	5.7	8.6	7.0	4.3
Holanda	20.3	19.9	24.4	23.4	14.7	14.4	8.2	10.3	14.5	6.7	10.6	7.7	5.2	8.3	9.3	13.1
Itália	3.3	2.8	4.3	0.5	1.5	0.8	0.3	0.7	0.5	0.6	1.2	1.1	1.1	3.3	2.5	1.7
Portugal	55.7	36.8	35.1	32.3	37.7	37.6	38.4	28.5	32.0	24.0	34.0	29.9	30.0	20.2	22.5	32.7
Senegal	5.0	6.5	2.6	2.0	3.0	2.3	5.5	2.9	7.5	18.2	12.0	27.4	25.8	15.3	16.5	10.7
Outros	6.6	12.8	14.2	9.8	21.5	28.7	35.1	47.6	35.5	31.0	26.7	15.4	23.3	24.5	18.8	23.1
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 7

Dívida Externa, 1997 - 2004

(em milhões de USD)

	1997	1998	1999	2000 Est.	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004 Proj.
Dívida de médio ou longo prazo	888.1	841.4	944.4					
Credores multilaterais	401.1	413.3	426.8					
Credores bilaterais	487.0	428.1	517.6					
Clube de Paris	231.6	312.4	401.9					
Outros países	255.4	115.8	115.7					
Dívida de curto prazo	11.0	11.4	9.9					
Dívida Externa Total	899.1	852.9	954.3	778.5	801.4	770.4	996.0	1 041.1
Serviço de dívida de m/l prazo programado	32.6	31.9	34.0	29.6	34.8	35.6	36.6	41.3
Capital	18.3	17.8	19.7	17.3	23.4	26.6	28.8	32.9
Juros	14.3	14.1	14.3	12.3	11.4	9.0	7.8	8.4
(em % das exportações de bens e serviços)								
Dívida externa total	1 595.2	2 780.2	1 090.9	892.0	1 126.0	1 221.8	1 202.0	1 095.0
Serviço de dívida de m/l prazo programado								
Capital	32.5	58.0	22.5	19.8	32.9	42.2	34.8	34.6
Juros	25.4	45.9	16.3	14.1	16.0	14.3	9.4	8.8
(em % do PIB)								
Dívida externa total	321.7	413.1	425.0	361.1	399.9	378.9	390.4	386.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Operações Financeiras do Estado, 1998 - 2004

(em mil milhões de francos CFA)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003	<i>g.e.</i> ¹	2004	2004	<i>g.e.</i> ¹
				Est.	Est.	Proj.	Est.		Orç.	Jan-Jun	
1. Receitas Totais	10.5	29.9	51.2	45.6	30.4	28.7	28.6	99.8	48.4		
1.1. Receitas correntes	6.6	23.9	29.5	24.5	21.7	20.5	16.8	81.9	24.0	14.3	59.5
Receitas não-tributárias	2.1	11.1	12.0	9.7	9.8	8.9	4.1	46.1	13.6	9.4	69.5
dq: Sector das pescas	0.9	8.4	7.6	7.4	8.5	4.2	3.1	74.6	4.1	2.3	56.1
Receitas tributárias	4.5	12.8	17.5	14.8	11.9	11.6	12.7	109.3	10.4	4.8	46.5
dq: Imp. s/ comércio intern.	2.3	7.0	8.3	6.5	3.8	3.3	3.6	108.4	3.3	1.7	51.0
dq: Imp. s/ consumo	1.1	3.7	---	---	---	1.9	1.7	93.2	1.1	0.6	54.7
1.2. Donativos	3.9	6.0	21.6	21.1	8.7	8.2	11.9	144.6	24.4		
dq: Projectos	0.0	5.1	9.1	12.9	---	---	10.8	---	11.4		
dq: Apoio à balança de pagamentos	3.9	0.9	11.4	5.3	---	---	---	---	---		
dq: Ajuda alimentar	0.0	0.0	1.2	0.8	---	---	---	---	---		
2. Despesas Totais	30.2	43.3	67.7	62.8	47.4	41.0	52.3	127.6	63.5		
2.1. Despesas correntes	22.8	28.4	51.9	41.1	33.7	27.8	33.7	121.3	34.4	19.2	55.7
Despesas c/ pessoal	5.7	6.9	10.5	11.0	10.5	10.5	10.9	104.1	12.3	9.4	76.6
Bens e serviços	5.6	8.0	10.9	10.7	8.9	10.5	11.5	109.8	8.9	1.5	16.6
Transferências	3.3	4.7	5.3	7.2	7.4	6.3	5.0	79.7	7.1	1.6	21.8
Juros da dívida programados	8.3	8.8	8.8	12.2	6.9	0.5	6.2	1244.2	6.1	2.2	35.2
2.2. Despesas de capital	7.4	14.9	15.8	20.0	12.4	8.6	16.5	191.4	21.3	9.3	43.7
Financiamento Interno	3.6	8.3	3.5	2.5	0.7	0.0	0.1	---	1.2	0.4	34.4
Financiamento Externo ¹	3.8	6.6	12.3	17.5	11.7	8.6	16.4	190.7	20.1	8.9	44.3
2.3. Empréstimos líquidos ²	-0.1	0.0	0.0	1.7	1.3	3.6	2.2	59.7	7.8		
dq: Receitas de privatização	-0.1	0.0	0.0	0.0	---	---	---	---	---		
dq: Operações de reestruturação	---	---	---	---	---	---	---	---	---		
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-16.2	-4.5	-22.4	-16.6	-12.1	-7.3	-16.9	---	-10.5	-4.9	---
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-23.6	-19.4	-38.2	-38.3	-25.7	-20.6	-35.5	---	-39.6		
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-19.7	-13.4	-16.5	-17.1	-17.1	-12.4	-23.7	---	-15.1		
(base compromissos)											
6. Variação de Atrasados	11.6	9.6	-124.7	4.7	8.1	0.0	15.8	---	7.3		
6.1. Internos	5.6	2.4	-2.1	1.9	5.3	0.0	15.8	---	7.3		
6.2. Externos	6.0	7.2	-122.6	2.8	2.8	0.0	0.0	---	0.0		
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	-1.2	-1.4	1.7	-2.8	2.5	-1.3	5.8	---	0.0		
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.)	-9.2	-5.2	-139.5	-15.3	-6.5	-13.8	-2.1	---	-7.9		
(base caixa)											
9. Financiamento	9.2	5.2	139.5	15.3	6.4	-3.2	2.1	-65.9	5.9		
9.1. Interno (líq.)	4.7	5.4	5.1	-0.7	-0.3	-5.2	-8.4	161.2	-9.6		
dq: Sistema bancário	5.1	5.4	6.5	-3.9	3.2	-0.4	-4.3	-1071.6	-0.5		
9.2. Externo (líq.)	4.5	-0.2	134.4	16.0	6.7	2.0	10.5	524.5	15.4		
dq: Desembolsos	6.1	1.5	10.2	4.6	4.9	2.0	8.0	402.2	13.1		
dq: Amortizações	-10.5	-12.1	-12.5	-17.4	-19.7	0.0	-18.6	---	-20.4		
dq: Alívio de Dívida	2.2	0.0	134.6	26.0	7.1	0.0	5.0	---	5.3		
10. Diferencial de Financiamento ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-17.0	0.0	---	-2.0		

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Inclui despesas com a desmobilização; ² Correspondem a despesas financiadas através de empréstimos externos para a reestruturação de instituições estatais e empresas públicas. Neste último caso, os montantes arrecadados com as privatizações são deduzidos aos empréstimos; ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 9

Síntese Monetária, 1998 - 2004

(em mil milhões de francos CFA)

	1998	1999	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Prog.	2003 Est.	2003/2002 (em %)		2004 Prog.	Jun-04 Est.	Jun-04/2003 (em %)	
								(1)	(2)			(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	17.7	13.6	28.5	31.6	48.3	52.0	82.0	69.8	38.6	86.5	91.8	12.0	9.9
Banco Central	16.7	15.4	33.6	37.3	51.2	52.5	76.0	48.4	28.4	82.0	85.5	12.6	9.6
Activos	21.8	23.0	46.9	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Passivos	-5.1	-7.7	-13.4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Bancos Comerciais	1.0	-1.8	-5.1	-5.7	-3.0	-0.5	6.0	300.0	10.3	4.5	6.3	-5.6	0.3
Crédito Interno Total	13.7	20.9	20.3	19.8	23.0	21.9	18.2	-20.9	-5.5	21.3	15.6	-14.2	-2.6
Crédito líquido ao SPA	2.8	9.0	15.8	15.4	18.8	18.4	15.5	-17.6	-3.8	17.7	10.9	-29.5	-4.6
Crédito concedido	12.8	13.1	20.4	20.3	20.5	--	18.8	-8.3	-1.9	--	--	--	--
Depósitos da Administração Central	-9.9	-4.1	-4.6	-4.9	-1.7	--	-3.2	88.2	-1.7	--	--	--	--
Depósitos orçamentais	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Fundos de contrapartida	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Crédito à economia	10.9	11.9	4.5	4.4	4.2	3.5	2.7	-35.7	-1.7	3.7	4.7	75.5	2.1
Sector privado	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Empresas públicas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Contrapartida de créditos incobráveis	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total do Activo	31.4	34.5	48.8	51.4	71.3	73.9	100.2	40.5	33.1	107.8	107.5	7.2	7.3
Massa Monetária (M2)	35.5	38.2	64.0	70.5	87.3	91.4	99.2	13.6	13.6	102.8	104.8	5.7	5.7
Circulação monetária	18.1	24.0	44.2	53.2	71.1	65.3	90.0	26.6	21.6	93.2	93.3	3.6	3.3
Depósitos à ordem	16.0	13.2	18.6	16.3	14.6	--	8.2	-43.9	-7.4	8.6	10.9	32.5	2.7
Quase - moeda	1.3	0.9	1.2	1.0	1.3	--	1.0	-22.0	-0.3	1.0	0.7	-32.3	-0.3
Outras Rubricas (líq.)	-4.1	-3.7	-15.2	-19.0	-16.0	-17.5	1.0	106.3	19.5	5.0	2.7	-171.7	1.7
Total do Passivo	31.4	34.5	48.8	51.4	71.3	73.9	100.2	40.5	33.1	107.8	107.5	7.3	7.4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractação da liquidez).

GUINÉ-BISSAU - Quadro 10

Taxas de Juro, 1997 - 2004

(taxas anuais)

	1997 Dez. ¹	1998 Dez.	1999 Dez.	2000 Dez.	2001 Dez.	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Jun.
Depósitos								
Depósitos à ordem	1.0	1.0	1.0
Depósitos a prazo:								
Até 90 dias	3.0	3.0	3.0	1.8	1.5	1.5
91-180 dias	3.3	3.3	3.3	2.3	1.8	1.8
181-365 dias	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.0	3.0	3.0
Crédito								
Até 90 dias	10.0	14.0	14.0	13.0	14.0	14.0
90-180 dias	11.0	15.0	15.0	14.0	15.0	15.0
181-365 dias	12.0	16.0	16.0	15.0	16.0	16.0
Mais de 1 ano
Descoberto DO			18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
Operações do Banco Central								
Tesouro								
Depósitos	5.5	5.8	5.3	6.0	6.0	6.0	4.5	4.0
Sistema bancário								
Taxa de desconto	6.0	6.3	5.8	6.5	6.5	6.5	5.0	4.5
Taxa do mercado monetário	5.0	5.0						
<i>Pro memoria:</i>								
Inflação (t.v.h. no mês)	16.8	7.9	-7.9	16.7	-1.9	2.5	0.7	1.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

¹ Após adesão à UEMOA.

GUINÉ - BISSAU - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1997 - 2004

(taxas médias)

	XOF/USD (GWP/USD até Abril de 1997)			ITCE ¹	
	Mercado oficial	Mercado livre	Diferencial (%)	(base 100: Maio de 1997)	
	M.O.	M.L.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1997	583.67	---	---	100.29	86.60
1998	589.95	---	---	104.82	109.25
1999	615.63	---	---	104.82	103.70
2000	711.58	---	---	101.61	105.16
2001	728.18	731.58	0.47	102.87	104.97
2002	695.86	714.09	2.62	104.84	107.18
2003	579.28	599.75	3.53	109.58	103.50
2002					
Janeiro	743.00	755.81	1.72	102.48	102.39
Fevereiro	758.42	752.53	-0.78	101.70	103.03
Março	751.04	752.97	0.26	102.26	103.88
Abril	731.20	748.24	2.33	104.33	107.24
Maio	717.41	737.95	2.86	103.86	107.36
Junho	688.29	703.69	2.24	105.20	111.27
Julho	662.49	679.21	2.52	106.33	112.10
Agosto	672.50	687.74	2.27	105.70	109.23
Setembro	670.78	687.74	2.53	105.65	106.75
Outubro	665.00	687.74	3.42	106.49	106.58
Novembro	660.78	687.74	4.08	105.66	103.25
Dezembro	629.40	687.74	9.27	109.48	104.40
2003					
Janeiro	620.69	598.60	-3.56	107.55	101.84
Fevereiro	609.01	597.58	-1.88	108.45	103.10
Março	602.07	615.00	2.15	109.36	102.21
Abril	606.32	604.29	-0.33	108.20	100.60
Maio	564.94	598.60	5.96	110.87	103.36
Junho	563.01	598.77	6.35	110.11	103.74
Julho	579.57	615.00	6.11	108.68	102.98
Agosto	600.31	604.81	0.75	106.22	101.90
Setembro	574.75	601.44	4.64	110.33	106.06
Outubro	564.41	595.83	5.57	108.90	103.73
Novembro	546.90	589.57	7.80	112.69	106.73
Dezembro	519.36	577.46	11.19	114.53	106.58
2004					
Janeiro	529.68	---	---	110.19	101.65
Fevereiro	528.23	---	---	110.15	101.32
Março	536.61	---	---	110.59	101.53
Abril	549.06	---	---	108.99	100.35
Maio	537.76	---	---	112.33	103.11
Junho	539.66	---	---	111.46	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; ² Em 2 de Maio de 1997 o peso guineense foi substituído pelo franco CFA (Communauté Financière Africaine) à taxa de GWP 65 / XOF. Os valores do ITCE a partir de Maio de 1997 têm esse mês como base.

MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km²
Capital: Maputo
População: 18 700 000 hab.
Moeda: Metical



1. SÍNTESE

O ano de 2003 foi, em termos globais, positivo para a economia moçambicana, com a manutenção do crescimento real a um nível elevado, a diminuição do ritmo de expansão monetária e as melhorias significativas dos saldos orçamental e da balança corrente externa. O aspecto menos favorável prendeu-se com a evolução do índice de preços, traduzido num aumento importante da inflação.

Apesar de evidenciar um ligeiro abrandamento relativamente a 2002, o produto interno manteve um elevado ritmo de crescimento real, para o qual contribuiu sobretudo a indústria transformadora (na sequência da entrada em funcionamento da Mozal II) e os serviços de transportes e comunicações e comércio e reparações. A seca que assolou parte do país acabou por limitar a capacidade de expansão do sector agrícola e, a par com a apreciação do rand sulafricano e com o ajustamento efectuado a alguns preços administrados, contribuiu para a subida da inflação homóloga. Para 2004, espera-se um novo impulso no crescimento económico, alicerçado uma vez mais na actividade de grandes projectos, e a contenção do ritmo de aumento dos preços.

As contas externas beneficiaram sobretudo da estagnação das importações (com o final da fase de edificação de projectos de grande dimensão e as relativas a bens de consumo não alimentares), a qual, potenciada pelo crescimento das exportações, acabou por

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	2001	2002	2003	2004
			Est.	Prog.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	13.0	7.7	7.1	8.4
Inflação (<i>t.v. homóloga</i>)	21.9	9.2	13.6	9.0
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	29.7	20.1	16.1	11.9
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-14.3	-11.4	-5.6	-7.1
Saldo orçamental (% PIB)	-6.6	-7.9	-4.5	-4.1
Dívida externa (% PIB)	147.3	100.7	90.6	--

determinar ou contribuir para as melhorias dos saldos das balanças comercial, corrente e global. A retoma das importações e, sobretudo, uma nova deterioração do saldo da balança de serviços e rendimentos deverão conduzir a um agravamento das contas externas em 2004, apesar da esperada subida das exportações.

As contas públicas revelaram uma execução positiva em 2003, através de esforços de contenção das despesas (mais vincados nas de capital) e de arrecadação de receitas tributárias (nomeadamente através de reformas introduzidas nos impostos sobre o rendimento). O orçamento para 2004 reforça estas tendências, prevendo um aumento das receitas de impostos sobre o consumo.

Na esfera monetária, a evolução foi marcada em 2003 pela volatilidade da taxa de crescimento da massa monetária, colocando assim dificuldades de controlo às autoridades, que ainda assim conseguiram reduzir o seu ritmo de expansão. O sistema financeiro continua a penalizar o crédito à economia, mantendo taxas de juro activas altas e apertados critérios de concessão de crédito.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O ano de 2003 confirmou a tendência de abrandamento do crescimento da actividade económica em Moçambique, apesar de ainda assim ter evidenciado um vigoroso aumento real do produto interno (que atingiu 7.1%, face a 7.7% em 2002). Esta evolução do produto moçambicano é tanto mais de realçar porquanto se verificou numa época onde imperaram as dificuldades impostas por um ambiente económico internacional de abrandamento.

Em relação a 2002, a diminuição do ritmo de crescimento resultou principalmente do aumento moderado da produção agrícola, reflexo de um período de seca. Os motores da economia foram, à semelhança dos últimos anos, a indústria transformadora (ainda pautada pelo alumínio, com a entrada em funcionamento da segunda fase da fundição de alumínio Mozal) e alguns serviços, sobretudo nos *transportes e comunicações e comércio e reparações*.

Quadro II

Decomposição do PIB (em percentagem)

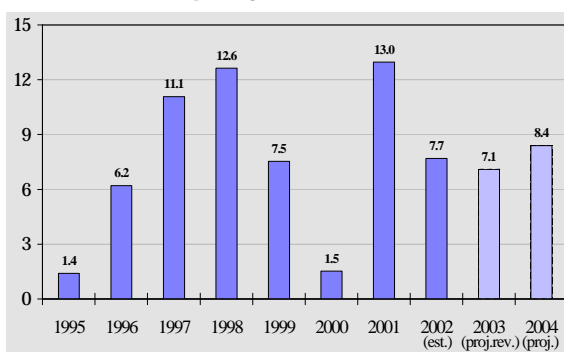
	2000	2001	2002	2003 Est.
Sector Primário	24.1	24.1	23.9	24.3
Sector Secundário	23.9	24.9	30.1	32.4
Sector Terciário	52.0	50.9	46.0	43.2
PIBpm	100.0	100.0	100.0	100.0
Consumo	82.5	72.9	68.0	67.0
Público	13.3	13.9	14.3	12.5
Privado	69.2	59.0	53.7	54.5
Investimento	36.6	41.5	44.7	41.8
Exportações ⁽¹⁾	20.2	29.2	33.0	28.3
Importações ⁽¹⁾	39.3	43.6	45.6	37.2

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1995 - 2004)

(taxa de variação anual em percentagem)



Em termos sectoriais, a evolução de 2003 acabou por manter a tendência recente, com o sector primário a manter um peso de cerca de 24% do PIB (ganhando ligeiramente em relação a 2002), com o sector secundário a demonstrar novo crescimento (como resultado das apostas em projectos de grandes dimensões relacionados com a indústria transformadora e com a indústria extractiva, com reflexos também ao nível da construção) e com a continuada quebra de importância do sector terciário (o qual, apesar de crescer, não tem acompanhado a dinâmica dos restantes).

Na óptica da despesa, o comportamento das importações de bens e serviços (principalmente as ligadas aos grandes projectos e as de bens de consumo não alimentares) acabaria por determinar a evolução do PIB, apresentando um decréscimo de 8.4 p.p. em relação ao seu peso no produto. Das restantes rubricas, destaca-se sobretudo a evolução positiva do consumo privado, contrariando a trajectória de decréscimo dos últimos anos.

O ano de 2003 foi caracterizado por um movimento oscilatório da inflação, com a

Gráfico II

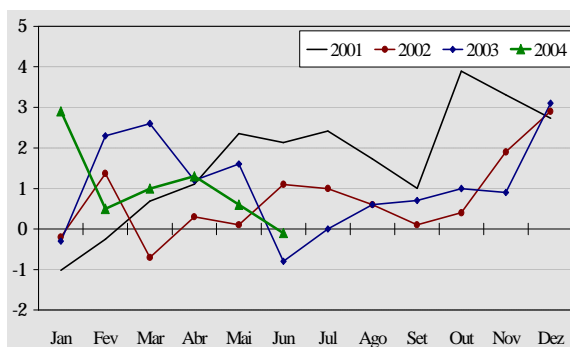
IPC - Maputo (2001 - 2004)
(variação mensal em percentagem)

Gráfico III

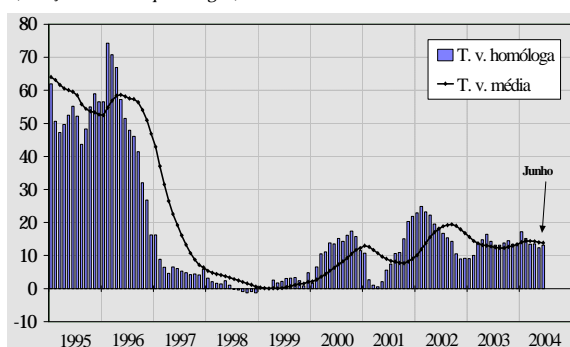
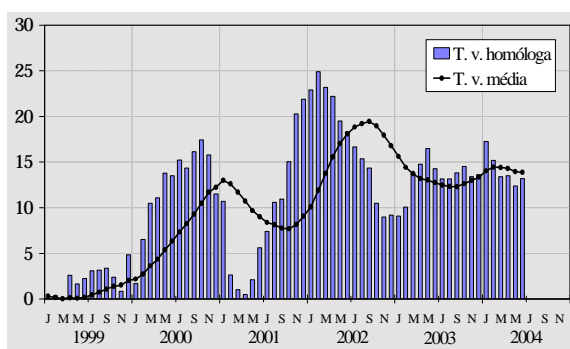
IPC - Maputo (1995 - 2004)
(variação mensal em percentagem)

Gráfico IV

IPC - Maputo (1999 - 2004)
(variação mensal em percentagem)

taxa homologa a subir até aos 16.5% em Maio, reduzindo depois até aos 13.2% em Julho e Agosto e acabando por fixar-se em 13.6% no final do ano (+4.4 p.p. em relação ao final de 2002). Este aumento, que acabou por ficar muito acima da previsão das autoridades, esteve relacionado com o impacto da seca que assolou a região sobre os preços dos bens alimentares e da apreciação do rand sul-africano, para além

dos ajustamentos em alta de alguns preços administrados (petróleo, água, electricidade e telefones). Os valores apurados em 2004 indiciam a manutenção de algumas pressões inflacionistas, com a inflação acumulada no primeiro semestre do ano a chegar já aos 6.3%, sendo as classes *alimentação e bebidas* e *conforto de habitação* as principais responsáveis pelo aumento verificado.

As projecções para 2004 apontam para uma nova aceleração do ritmo do crescimento do produto, prevendo-se um aumento real de 8.4% no final do ano. Este novo impulso da actividade económica deverá estar sobretudo ligado à entrada em pleno funcionamento da expansão da fundição de alumínio (Mozal II) e do gasoduto (Sasol), o que, em termos sectoriais deverá conduzir a um novo reforço do peso do sector secundário na estrutura produtiva moçambicana.

A política económica traçada para o ano de 2004 tem como objectivo, para além da aceleração do crescimento económico acima referida, a efectiva redução da inflação para níveis próximos de 9%, em termos homologos (correspondente a 9.2% em termos médios). Para atingir este propósito as autoridades moçambicanas contam principalmente com a manutenção de um cariz restritivo na política monetária, traduzido numa nova redução do ritmo de expansão da massa monetária (de 4.2 p.p. face a 2003, procurando que esta não ultrapasse um aumento de 11.9% no final do ano).

3. CONTAS EXTERNAS

O ano de 2003 voltou a ser bastante positivo no respeitante à evolução das contas externas de Moçambique, tendo em conta os valores provisórios disponibilizados pelas autoridades nacionais. O défice corrente apresentou nesse ano uma redução muito significativa, fixando-se em 5.6% do PIB (-5.8 p.p. que em 2002), o que se traduziu numa melhoria do saldo global de 0.2 p.p. (note-se que este saldo passou a apresentar valores positivos a partir de 2002 em face da alteração introduzida no modo de contabilização do alívio de dívida, passando a ser incluído acima da linha de financiamento).

O principal responsável por esta evolução favorável acabou por ser o comportamento das importações. Contrariando as previsões iniciais, as últimas estimativas apontam para que estas tenham registado uma pequena redução nominal (em USD), traduzida numa diminuição considerável em relação ao seu peso no PIB (de 6.5 p.p., para 27.9%, quando, tradicionalmente se situava sempre acima dos 30%).

Esta evolução terá estado principalmente ligada ao decréscimo das importações relacionadas com projectos de grande porte (com a conclusão da segunda fase da Mozal e algum adiamento no arranque de outros) e com bens de consumo não alimentares. O conseqüente impacto positivo na balança comercial foi ainda potenciado pela retoma nas exportações (bastante marcada no algodão e na madeira), resultando numa

Gráfico V

Exportações de Mercadorias (1995 - 2003)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

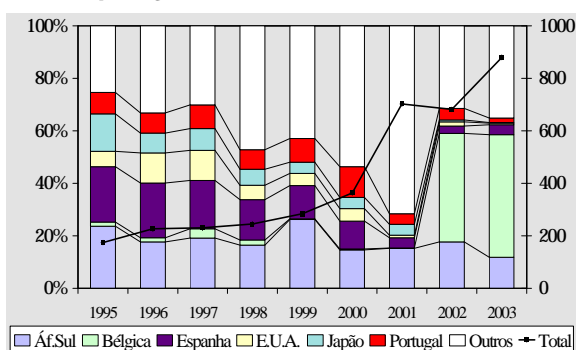
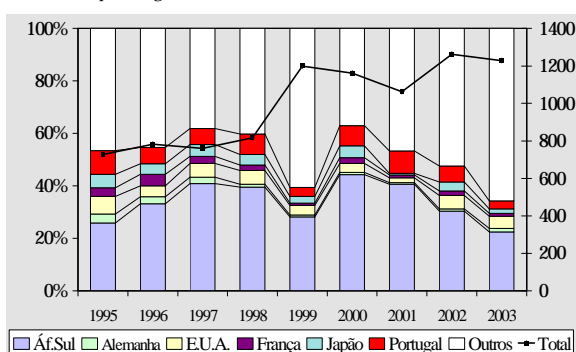


Gráfico VI

Importações de Mercadorias (1995 - 2003)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



redução do défice de 7.9 p.p., em relação ao peso no PIB.

As restantes componentes da balança corrente evoluíram em sentidos opostos. A balança de serviços e rendimentos denotou algum agravamento (com o défice a aumentar 2.2 p.p. em relação ao peso no PIB, face a 2002) como resultado da redução do volume de créditos (decorrente sobretudo de menores níveis de entradas relativas a serviços de construção, a juros de depósitos no exterior, a serviços financeiros e a outros serviços não discriminados).

Note-se ainda que esta evolução dos créditos se processou de acordo com o esperado, ao passo que, ao invés do programado, os débitos registaram também alguma redução.

Gráfico VII

Balança de Pagamentos (1997 - 2004)

(Saldos, em percentagem do PIB)

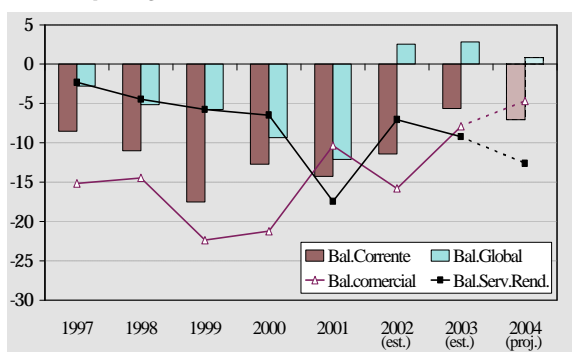
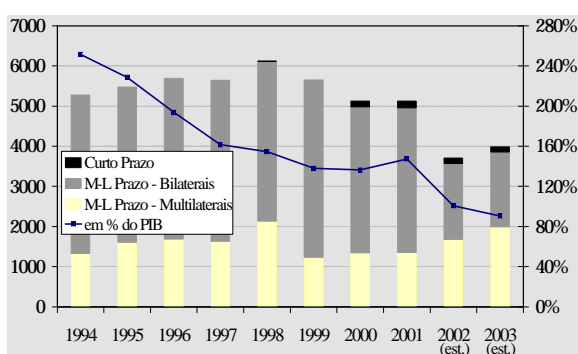


Gráfico VIII

Dívida Externa (1994 - 2003)

As transferências unilaterais evidenciaram um crescimento acima do esperado, embora em termos relativos tenham praticamente mantido o seu peso no PIB (+0.1 p.p.).

A balança de capitais e financeira registou uma redução do seu saldo positivo relativamente a 2002 (de 5.5 p.p. do peso no PIB). A principal causa para este comportamento está relacionada com a quebra não esperada dos desembolsos (eminentemente ligada aos de cariz privado).

A alteração introduzida a partir de 2002, na apresentação da balança de pagamentos relativamente ao alívio da dívida, permitiu que nesse ano e em 2003 esta apresentasse saldos globais positivos que se traduziram em crescimentos das reservas oficiais.

Em 2004 espera-se um aumento do défice corrente (+1.4 p.p., para 7.1% do PIB), decorrente sobretudo do previsto novo agravamento do saldo da balança de serviços e rendimentos (resultando do projectado crescimento dos débitos). O saldo da balança comercial deverá registar novamente uma melhoria (redução do défice de 3.2 p.p. para 4.7% do PIB), em face do vigoroso aumento previsto para as exportações (+5.7 p.p., ou 43% em USD, como reflexo da entrada em produção em pleno da Mozal II e da Sasol) e apesar da subida esperada das importações (+2.5 p.p.), resultante do retomar de alguns megaprojectos adiados em 2003.

Apesar do comportamento recente das exportações ter sido bastante positivo, as autoridades nacionais reconhecem a necessidade de diversificação dos produtos exportados, sob pena de manter alguma volatilidade nos valores anuais.

O saldo da balança de capitais e financeira deverá registar um ligeiro acréscimo em termos nominais (em USD), o que se reflectirá numa pequena redução do seu peso no PIB (em 0.5 p.p., para 7.9%), apesar de incluir uma projectada quebra nos volumes de investimento directo estrangeiro (de 4.2 p.p.). Em 2004, espera-se um decréscimo do saldo global em percentagem do PIB de 2 p.p., mantendo-se no entanto positivo. Uma vez mais, ao nível do financiamento, esse saldo positivo será traduzido numa acumulação de reservas oficiais.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas em 2003 foram marcadas por uma evolução bastante positiva, em linha com o orçamentado. O défice global registou uma redução de 3.4 p.p. face à execução anterior, fixando-se em 4.5% do PIB, tendo no entanto ficado ligeiramente acima do inicialmente orçamentado. Esta evolução foi sobretudo conseguida através de contenções do lado das despesas, uma vez que se registou igualmente uma redução das receitas em termos totais.

A diminuição registada nas despesas totais em relação ao peso no PIB resultou de reduções dos empréstimos líquidos (em 3.5 p.p. face à execução de 2002) e nas despesas de capital (em 1.3 p.p.), principalmente nas financiadas externamente, reflectindo algum adiamento de determinados projectos de grande porte.

QUADRO III

Operações Financeiras do Estado

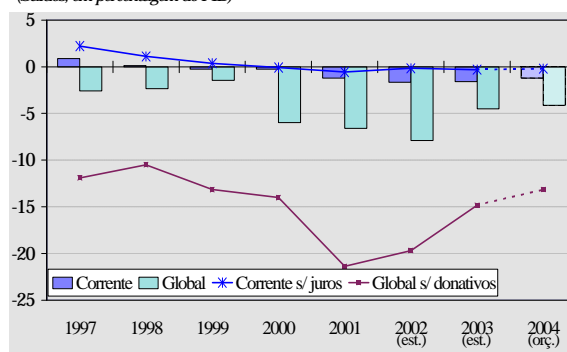
(em percentagem do PIB)

	2002	2003	2004
		Est.	Orç.
Receitas Totais	26.2	24.9	23.7
Donativos	11.8	10.3	9.0
Receitas correntes	14.1	14.3	14.7
Receitas não-tributárias	1.7	1.0	1.0
Receitas tributárias	12.5	13.3	13.7
Imp. s/ rendimento	2.5	3.1	3.2
Imp. s/ consumo	7.5	7.6	8.1
Imp. s/ comércio intern.	2.2	2.2	2.0
Despesas Totais	34.1	29.4	27.8
Empréstimos Líquidos	4.0	0.5	0.1
Despesas de capital	14.3	13.0	11.8
Despesas correntes	15.8	15.9	15.9
Com o Pessoal	7.3	7.5	7.5
Bens e Serviços	3.7	3.9	4.1
Transferências	3.3	3.2	3.2
Juros programados	1.5	1.3	1.0
Saldo corrente	-1.7	-1.6	-1.2
Saldo global (compromissos)	-7.9	-4.5	-4.1

Gráfico IX

Finanças Públicas (1997 - 2004)

(Saldos, em percentagem do PIB)



Por seu lado, as despesas correntes denotaram um ligeiro aumento (0.1 p.p. em relação a 2002), acomodando maiores encargos com o pessoal derivados de aumentos salariais na administração pública (de 17% em média, com efeito em 1 de Abril de 2003) e da expansão do número de funcionários nos sectores da saúde, educação e segurança (de acordo com as orientações e prioridades definidas no programa de redução de pobreza, PARPA).

Do lado das receitas, a redução do seu valor global em percentagem do PIB, de 1.3 p.p. para 24.9% no final de 2003, foi determinada pelas já esperadas diminuições do volume de donativos (que atingiu 1.5 p.p.) e de receitas não-tributárias (de 0.7 p.p.). Também em linha com o orçamentado, as receitas tributárias denotaram um reforço importante (+0.8 p.p. face a 2002), conjugando os efeitos da reformulação dos códigos dos impostos sobre o rendimento (introduzida em 2002), a introdução de um novo imposto sobre os veículos (logo no início de 2003) e a actualização do imposto sobre os produtos petrolíferos (em Maio de 2003).

Gráfico X

Receitas Públicas (1997 - 2004)

(em percentagem do PIB)

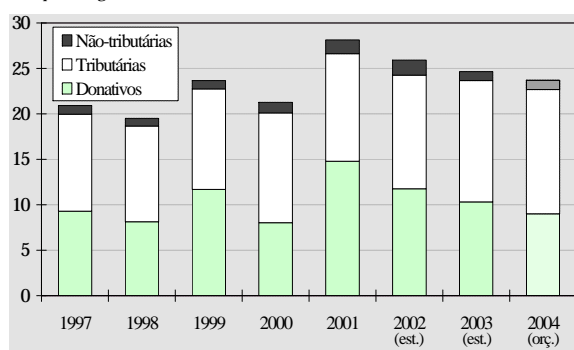
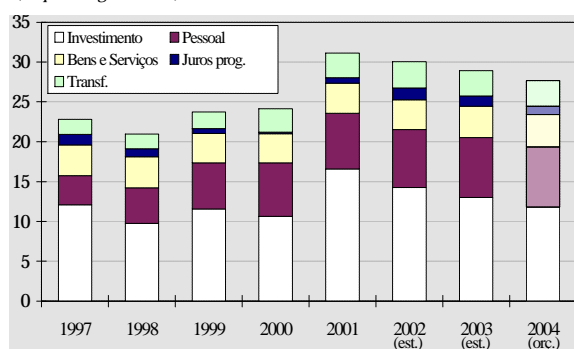


Gráfico XI

Despesas Públicas (1997 - 2004)

(em percentagem do PIB)



O financiamento do défice recorreu, como é habitual, a fontes externas, incluindo transferências por conta da HIPC. Estes fundos possibilitaram não só o financiamento do défice como o pagamento das amortizações e, ainda, alguma liquidação de dívidas internas do estado.

Inverteu-se em 2003 a tendência para a degradação do saldo corrente iniciada em 1996 (ano em que apresentava um valor positivo de 1.2% do PIB). A trajectória descendente, que aquele saldo vinha evidenciando, atingiu o seu ponto mais baixo no final de 2002 (-1.7% do PIB). Em 2003, em face da recuperação das receitas tributárias (decorrente das reformas introduzidas no sistema tributário) foi já possível observar uma ligeira melhoria (com

o défice corrente a reduzir-se em 0.1 p.p.), esperando-se que 2004 mantenha essa trajectória, conduzindo o saldo corrente a -1.2% do PIB.

O orçamento de 2004 aposta assim no contínuo reforço da arrecadação das receitas tributárias (aumento previsto de 0.4 p.p. face à execução de 2003), conseguido sobretudo através do aumento da colecta de impostos sobre o consumo (reflectindo o efeito total do ajustamento efectuado em 2003 dos preços dos bens petrolíferos e alguns melhoramentos na administração fiscal com impacto na arrecadação de impostos indirectos). No entanto, em termos totais, projecta-se uma diminuição das receitas em resultado de uma nova diminuição dos donativos (1.3 p.p.) e de alguma redução das receitas dos impostos sobre o comércio internacional (0.2 p.p.).

O orçamento de 2004 prevê igualmente algum decréscimo do peso das despesas totais no produto interno (-1.8 p.p., para 27.8%), através das despesas de capital (-1.2 p.p., sendo as financiadas externamente responsáveis por -1.0 p.p.) e dos empréstimos líquidos (-0.4 p.p.). As despesas correntes deverão manter o seu peso no PIB, através de limitações ao crescimento da massa salarial e das restantes despesas, o qual não deverá ultrapassar o montante dos fundos libertados com a redução dos juros da dívida pública. Neste sentido, os custos previstos para o acto eleitoral deste ano deverão ser suportados em 75% por donativos externos.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

O ano de 2003 caracterizou-se por uma elevada volatilidade na taxa de crescimento da massa monetária. Estas oscilações deverão em parte ter estado associadas a operações financeiras levadas a cabo por algumas grandes empresas (nomeadamente a ligada ao oleoduto), envolvendo compras de montantes elevados de obrigações do tesouro com acordos de revenda, feitas com recurso a depósitos que detêm no sistema bancário (estas operações terão sido motivadas por questões ligadas à rentabilidade das aplicações, uma vez que estas não estão sujeitas a reservas de caixa). Com a aproximação do final do ano, e tendo em conta a preferência pela liquidez daquelas empresas, a massa monetária voltou a mostrar ritmos de crescimento maiores, tendo acabado o ano em 16.1% (face a 20.1% em 2002).

A evolução dos factores de variação da liquidez voltou a diferir bastante da programada. Os activos líquidos sobre o exterior evoluíram no sentido esperado, embora tenham ficado algo abaixo do previsto (impacto positivo sobre o crescimento da massa monetária de 6.2% em vez dos 11.5% programados). No caso dos activos internos líquidos, o crédito líquido ao SPA registou alguma contracção, principalmente como resultado de uma acumulação dos depósitos do governo.

A manutenção de elevadas taxas activas médias na banca em Moçambique (que

Gráfico XII

Factores de Variação da Liquidez (1997-2004)

(variações em % do stock inicial da massa monetária)

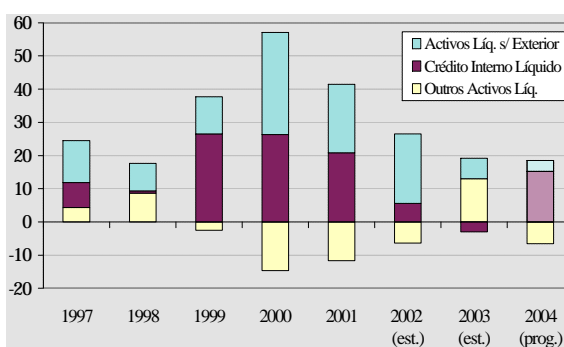
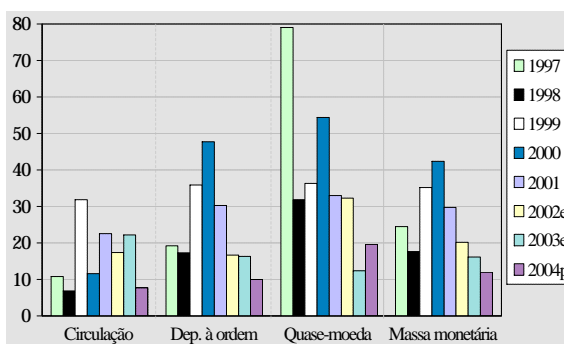


Gráfico XIII

Meios de Pagamento (1997 - 2004)

(taxas de variação homóloga)



atingiam ainda em Dezembro de 2003 valores em torno dos 28% para prazos até um ano) e a abordagem mais conservadora na política de crédito dos maiores bancos continuou a restringir o crescimento do crédito à economia, tendo inclusivamente registado uma redução nominal no final de 2003.

Ao invés de ter apresentado um impacto expansionista positivo de 12.8% como programado, o crédito à economia acabou por registar uma contribuição negativa em 0.6% para o crescimento da massa monetária. A evolução da rubrica residual (outras rubricas líquidas) acabou por ser a mais expansionista, contribuindo em 13% para o aumento do agregado monetário M2.

Gráfico XIV

Taxa de Câmbio MZM/USD (1992 - 2004)

(médias trimestrais)

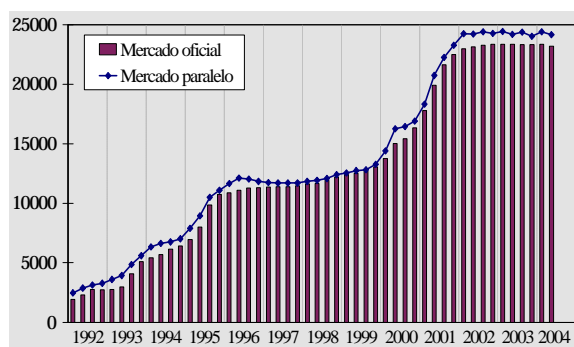
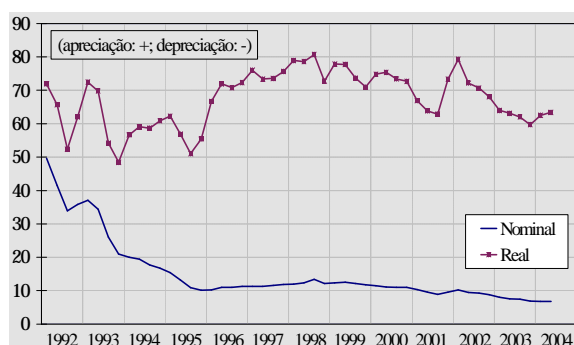


Gráfico XV

Taxa de Câmbio Efectiva (1992 - 2004)

(índices base 100: 1990, médias trimestrais)



Na génese do crescimento da massa monetária esteve o aumento da base monetária, tendo o multiplicador registado uma diminuição significativa em 2003, como resultado dos aumentos dos coeficientes de reservas e da circulação. Em 2003 parece ter-se registado uma clara opção pelas posições mais líquidas, com a circulação (invertendo a tendência que vigorava desde 1996) e os depósitos à ordem a mostrarem um maior peso na estrutura dos meios de pagamento, em detrimento da quase-moeda (que inclui os depósitos com pré-aviso e a prazo). Após atingirem valores máximos em 2001, os depósitos em moeda estrangeira continuaram a trajectória de redução do seu peso no total de depósitos, mostrando que, apesar de se manterem acima dos 50%, existe uma preferência

gradual por moeda nacional, denotando algum êxito o esforço das autoridades moçambicanas desenvolvido no sentido da promoção do uso de meticais efectuado em 2001.

O programa monetário para 2004 prevê a redução da taxa de crescimento da massa monetária para 11.9%, em linha com a esperada redução da inflação. Este objectivo monetário deixa de novo espaço para a subida do crédito à economia, limitando o crédito líquido ao sector público e antecipando uma acumulação das reservas internacionais líquidas. Os cinco primeiros meses de 2004 denotam no entanto uma evolução diversa da prevista, com o aumento do M2 a decorrer sobretudo da subida do crédito líquido ao SPA.

A manutenção de elevadas margens de intermediação (ainda em torno dos 16 p.p. em média no final de 2003) e de dificuldades no acesso ao crédito bancário são o resultado de problemas estruturais, relacionados com a posição dominante de um banco comercial que se debate com grandes volumes de crédito malparado, com elevados custos operacionais das instituições de crédito em geral, com deficientes procedimentos judiciais na recuperação de créditos e com dificuldades na obtenção e utilização de colateral para acesso ao crédito bancário (questão directamente ligada aos problemas decorrentes da inexistência de propriedade privada de terrenos e dos procedimentos complexos de transferência dos títulos de utilização).

Principais Indicadores Económicos, 1998 - 2004

	Unidades	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2004
					Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB nominal	milhões de EUR	3 521.9	3 850.8	4 071.4	3 888.5	3 891.3	3 716.8	3 897.9	3 920.0
PIB real	t. var. anual	12.6	7.5	1.5	13.0	7.7	7.0	7.1	8.4
Inflação (I.P.Consumidor - Maputo)	t. var. homóloga	-1.3	4.8	11.5	21.9	9.2	10.8	13.6	9.0
	t. var. média	0.6	2.0	12.2	9.1	17.2	12.7	13.0	9.2
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	19.5	23.7	21.4	28.1	26.2	24.8	24.9	23.7
Despesas totais	% PIB	21.8	25.1	27.3	34.7	34.1	28.7	29.4	27.8
Défice global	% PIB	-2.4	-1.5	-6.0	-6.6	-7.9	-3.9	-4.5	-4.1
Défice global sem donativos	% PIB	-10.5	-13.2	-14.0	-21.4	-19.7	-14.4	-14.8	-13.1
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-27.1	5.3	8.5	17.3	14.8	-9.6	-17.5	6.1
Crédito à economia	t. var. anual	24.2	29.7	30.1	22.9	4.2	23.1	-1.1	30.5
Massa monetária (M2)	t. var. anual	17.6	35.1	42.4	29.7	20.1	18.5	16.1	11.9
TAXAS DE JURO									
Passiva, a 1 ano	t. anual	8.9	8.9	11.7	19.4	17.3	--	12.3	11.2 ⁴
Activa, a 1 ano ¹	t. anual	24.1-29.9	22.1-29.1	21.8-28.1	35.3	37.1	--	28.1	24.9 ⁴
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações de mercadorias (em USD)	t. var. anual	6.3	16.0	28.3	93.2	-3.0	22.4	29.1	40.5
Importações de mercadorias (em USD)	t. var. anual	7.5	46.8	-3.1	-8.5	18.8	29.4	-2.8	-7.1
Balança corrente	% PIB	-11.0	-17.5	-12.7	-14.3	-11.4	-22.5	-5.6	-7.1
Balança corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-18.9	-28.1	-27.7	-27.8	-22.9	-33.6	-17.1	-17.3
Reservas cambiais	meses de import. ³	7.8	5.5	6.3	5.8	5.9	4.9	5.0	5.4
DÍVIDA EXTERNA									
Stock total	milhões de EUR	6 120.7	5 647.7	5 125.3	5 123.3	3 702.2	--	3 988.6	--
	% PIB	154.7	137.9	136.3	147.3	100.7	--	90.6	--
	% exportações ³	1 153.4	938.1	675.4	504.0	305.6	--	307.9	--
Serviço da dívida	% exportações ³	20.1	15.3	2.5	3.5	4.3	--	3.8	3.7
TAXAS DE CÂMBIO									
Nominal MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	13 320.1	13 481.1	13 979.9	18 293.7	21 896.4	21 649.7	26 360.4	27 864.4
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	t. média	11 853.4	12 673.3	15 140.9	20 455.5	23 180.4	24 464.1	23 340.9	24 768.4
Nominal MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	12 055.7	12 844.4	15 995.9	21 145.4	24 281.3	--	24 248.7	--
ITCE nominal (base 100: 1990) ²	t. variação	8.0	-1.6	-8.7	-14.5	-0.8	--	-21.1	-8.9 ⁵
ITCE real (base 100: 1990) ²	t. variação	3.7	-3.1	-1.3	-10.5	9.4	--	-14.2	1.3 ⁵

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Entre 1997 e 2000, o Banco de Moçambique apenas divulgou as taxas activas máximas e mínimas, sem referir prazos. ² Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -); ³ De bens e serviços; ⁴ Valor apurado em Junho; ⁵ Variação apurada em Junho em relação a Dezembro de 2003.

MOÇAMBIQUE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1998 - 2004

(preços correntes, em mil milhões de MZM)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
					Est.	Est.	Proj.
Sector primário	14 175	14 541	13 724	17 156	20 391	24 993	
Agricultura e pecuária	12 756	13 231	12 346	15 555	18 651	22 985	
Pesca	1 418	1 310	1 378	1 601	1 740	2 008	
Sector secundário	10 090	11 534	13 623	17 742	25 608	33 339	
Indústria extractiva	143	73	206	254	400	717	
Indústria transformadora	5 113	5 993	6 830	9 852	11 466	16 656	
Electricidade e água	938	1 447	1 281	1 466	2 468	2 193	
Construção	3 896	4 021	5 307	6 170	11 274	13 773	
Sector terciário	22 649	25 837	29 570	36 237	39 208	44 418	
Comércio e Reparações	10 447	11 401	12 353	15 080	17 130	18 783	
Restaurantes e Hotéis	534	626	797	838	990	1 101	
Transportes e Comunicações	4 299	4 924	5 297	6 811	6 844	8 892	
Serviços Financeiros	1 264	1 045	2 240	2 785	3 314	3 606	
Aluguer de Imóveis	1 693	1 597	1 533	1 719	1 849	1 922	
Serviços Públicos	2 383	3 584	4 220	5 510	5 078	5 588	
Outros	2 029	2 660	3 130	3 494	4 003	4 525	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	46 912	51 913	56 917	71 135	85 206	102 749	121 365
Consumo	40 724	43 751	46 957	51 850	57 914	68 884	
Público	4 805	6 008	7 575	9 868	12 195	12 853	
Privado	35 919	37 743	39 382	41 982	45 719	56 031	
Investimento	11 360	19 041	20 823	29 495	38 087	42 949	
Público	4 575	6 001	6 060	11 808	12 149	12 022	
Privado	6 785	13 040	14 763	17 687	25 938	30 928	
Procura interna	52 084	62 792	67 780	81 345	96 001	111 833	
Exportações de bens e serviços	6 290	7 630	11 489	20 792	28 086	29 113	
Procura global	58 374	70 422	79 269	102 137	124 087	140 946	
Importações de bens e serviços	11 463	18 509	22 352	31 003	38 879	38 197	
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	6 188	8 162	9 960	19 285	27 292	33 865	
PIBpm nominal (milhões de USD)	3 958	4 096	3 759	3 478	3 676	4 402	4 900
Deflador do PIBpm (variação anual em %)	4.6	2.9	8.0	10.6	11.2	12.6	9.0
PIBpm nominal (variação anual em %)	17.8	10.7	9.6	25.0	19.8	20.6	18.1
PIBpm real (variação anual em %)	12.6	7.5	1.5	13.0	7.7	7.1	8.4

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

MOÇAMBIQUE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2004

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	5.4	47.1	47.1	--
1991	Dezembro	2.5	35.2	35.2	33.3
1992	Dezembro	5.5	54.5	54.5	45.1
1993	Dezembro	9.1	43.6	43.6	42.3
1994	Dezembro	10.8	70.1	70.1	63.1
1995	Dezembro	9.1	56.5	56.5	52.7
1996	Dezembro	0.0	16.2	16.2	46.9
1997	Dezembro	1.7	5.9	5.9	6.4
1998	Dezembro	1.3	-1.3	-1.3	0.6
1999	Dezembro	5.3	4.8	4.8	2.0
2000	Dezembro	1.4	11.5	11.5	12.2
2001	Dezembro	2.7	21.9	21.9	9.1
2002	Janeiro	-0.2	-0.2	22.9	10.1
	Fevereiro	1.4	1.2	24.9	11.9
	Março	-0.7	0.5	23.2	13.7
	Abril	0.3	0.8	22.2	15.6
	Maiο	0.1	0.9	19.5	17.0
	Junho	1.1	2.0	18.3	18.1
	Julho	1.0	3.0	16.7	18.8
	Agosto	0.6	3.6	15.4	19.2
	Setembro	0.1	3.7	14.3	19.4
	Outubro	0.4	4.1	10.5	19.0
	Novembro	1.9	6.1	9.0	17.9
	Dezembro	2.9	9.2	9.2	17.2
2003	Janeiro	-0.3	-0.3	9.1	15.6
	Fevereiro	2.3	2.0	10.1	14.4
	Março	2.6	4.6	13.7	13.7
	Abril	1.2	5.9	14.8	13.2
	Maiο	1.6	7.6	16.5	13.0
	Junho	-0.8	6.7	14.3	12.7
	Julho	0.0	6.7	13.2	12.5
	Agosto	0.6	7.4	13.2	12.3
	Setembro	0.7	8.1	13.8	12.3
	Outubro	1.0	9.2	14.5	12.6
	Novembro	0.9	10.2	13.4	13.0
	Dezembro	3.1	13.6	13.6	13.0
2004	Janeiro	2.9	2.9	17.3	14.0
	Fevereiro	0.5	3.4	15.2	14.5
	Março	1.0	4.4	13.4	14.4
	Abril	1.3	5.8	13.5	14.3
	Maiο	0.6	6.4	12.4	14.0
	Junho	-0.1	6.3	13.2	13.9

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do BP.

Nota: a partir de 1997, o Banco de Moçambique passou a divulgar o IPC oficial, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano. A partir de 2000, foi alterada a base de cálculo do IPC (para 1998) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

MOÇAMBIQUE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1998 - 2004*(em milhões de USD)*

	1998	1999	2000	2001	2002 Est.	2003 Proj.	2003 Est.	2004 Proj.
Balança Corrente	-436	-718	-478	-497	-420	-943	-248	-346
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-749</i>	<i>-1 152</i>	<i>-1 042</i>	<i>-966</i>	<i>-840</i>	<i>-1 413</i>	<i>-754</i>	<i>-847</i>
Balança comercial	-573	-916	-798	-360	-581	-799	-348	-229
Exportações (f.o.b.)	245	284	364	703	682	835	880	1 259
Importações (c.i.f.)	-817	-1 200	-1 162	-1 063	-1 263	-1 634	-1 228	-1 488
das quais: Programas especiais ¹	-87	-514	-118	-231	-390	-628	-304	-1 038
Balança de serviços e rendimentos	-176	-236	-243	-606	-259	-614	-406	-618
Créditos	333	356	405	311	545	385	383	393
Débitos	-509	-592	-648	-917	-804	-999	-789	-1 011
dos quais: Juros programados ²	-150	-162	-161	-147	-27	-28	-46	-27
Transferências unilaterais ³	313	434	564	469	420	470	505	501
Transferências oficiais	313	434	564	469	420	470	505	501
das quais: Programas especiais ¹	--	--	27	2	45	44	13	48
Transferências privadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Balança de Capitais e Financeira	231	482	126	76	514	988	372	386
Endividamento	50	232	140	-220	518	574	234	238
Desembolsos	300	472	484	156	681	729	405	451
dos quais: Empréstimos privados ⁴	81	360	322	52	561	518	33	222
Amortizações programadas	-249	-240	-344	-376	-163	-154	-171	-213
Investimento directo estrangeiro (líq.)	213	382	139	255	156	464	337	168
Capitais de Curto Prazo, erros e omissões	-31	-131	-153	41	-160	-50	-199	-20
Balança Global	-204	-236	-351	-421	94	45	123	40
Financiamento	204	236	351	421	-94	-45	-123	-40
Variação das reservas oficiais	-77	-47	-98	-5	-94	-45	-123	-40
Variação de atrasados (redução: -)	20	-762	0	0	0	0	0	0
Alívio da dívida ⁵	261	1 044	449	426	--	--	0	--
Diferencial de Financiamento ⁶	0	0	0	0	0	0	0	0
Pro memoria:								
Alívio da dívida	261	1 044	449	426	416	404	404	351

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Desmobilização e reintegração de militares, eleições, realojamento e desminagem entre 1995 e 1997; Ajuda à reconstrução das cheias em 2000 e 2001; Donativos dos credores multilaterais ao abrigo da assistência HIPC; ² Excluindo Cahora Bassa; ³ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos nos próximos tempos; ⁴ Sem garantia do Estado; ⁵ A partir de 2002 o alívio de dívida passou a estar incluído acima da linha de financiamento de modo a que o serviço de dívida reflecta o que é devido após alívio; ⁶ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

MOÇAMBIQUE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1991 - 2003

(em percentagem do total)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1991 a 2003
África do Sul	8.7	16.5	14.5	17.7	23.7	17.7	19.1	16.4	26.2	14.6	15.3	17.7	11.9	16.2
Bélgica	0.0	0.0	3.4	2.3	1.5	1.5	3.5	1.9	0.2	0.3	0.1	41.4	46.7	16.5
Espanha	29.2	29.5	35.6	19.2	21.1	20.9	18.4	15.5	12.7	10.7	3.8	2.8	3.8	11.1
E.U.A.	13.2	13.4	5.3	8.6	5.9	11.4	11.4	5.5	4.7	4.7	0.9	1.6	0.6	4.3
Índia	3.2	0.0	5.3	7.0	5.0	11.6	5.7	7.9	11.8	4.9	0.5	2.1	0.3	3.7
Japão	12.1	9.4	14.6	14.6	14.2	7.6	8.4	6.0	4.3	4.3	4.2	0.7	0.2	4.9
Malawi	6.9	0.0	0.5	6.7	6.1	7.9	8.0	4.3	1.8	3.0	1.5	1.5	1.7	3.0
Portugal	9.1	13.8	8.1	9.1	8.2	7.7	8.9	7.4	9.0	11.6	4.0	4.4	1.7	6.2
Zimbabwe	5.8	5.9	2.7	4.6	4.7	4.2	4.1	17.6	14.9	17.7	5.3	5.8	2.8	7.0
Outros ¹	11.8	11.5	10.0	10.3	9.5	9.5	12.3	17.4	14.5	28.1	64.4	22.0	30.3	27.1
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Em 2001, esta rubrica inclui exportações da fundição de alumínio Mozal para a União Europeia (cerca de 55% do total das exportações), não discriminadas por países.

MOÇAMBIQUE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1991 - 2003

(em percentagem do total)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1990 a 2003
África do Sul	24.3	27.6	31.8	35.4	25.9	33.2	40.9	39.5	28.1	44.2	40.7	30.4	22.4	32.5
Alemanha	6.0	4.0	3.4	3.0	3.3	2.6	2.4	1.1	0.8	0.8	0.6	0.8	1.3	2.1
Espanha	1.8	2.4	1.3	1.2	5.0	1.3	1.3	0.8	0.3	1.0	1.9	0.4	0.4	1.3
E.U.A.	10.3	6.5	5.6	6.4	6.9	4.2	5.2	5.3	3.6	3.5	1.8	5.2	4.6	5.1
França	7.3	8.1	12.2	7.7	3.3	4.4	2.7	2.1	0.9	2.2	1.1	1.7	1.2	3.9
Itália	13.3	3.0	3.8	3.0	3.3	4.2	1.8	1.0	0.7	1.5	0.9	0.9	0.9	2.7
Japão	2.9	7.6	6.3	6.7	5.1	4.0	4.5	3.9	2.5	4.6	0.7	3.4	1.8	3.9
Portugal	4.0	6.1	6.1	5.0	9.0	6.3	6.1	7.9	3.5	7.6	8.5	6.2	3.0	6.0
Reino Unido	4.4	9.1	5.6	8.4	3.6	2.3	2.1	2.0	0.7	1.6	1.1	0.9	0.9	3.0
Zimbabwe	1.2	2.6	3.0	3.1	4.2	3.9	2.3	2.3	0.5	0.6	0.8	0.8	0.3	1.8
Outros	24.5	23.0	20.9	20.1	30.4	33.6	30.6	34.0	58.2	32.3	41.9	49.3	63.3	37.6
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

MOÇAMBIQUE - Quadro 7

Dívida Externa, 1998 - 2004

(em milhões de USD)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
					Est.	Est.	Est.
Dívida de médio ou longo prazo ¹	6 111.0	5 647.7	4 978.6	4 955.3	3 567.5	3 854.6	
Credores multilaterais	2 133.5	1 232.3	1 348.2	1 358.9	1 685.7	1 994.5	
Credores bilaterais	3 977.5	4 415.4	3 630.4	3 596.4	1 881.8	1 860.1	
Países da OCDE	2 041.4	2 736.3	1 837.9	1 842.6	564.2	543.5	
Países da OPEP	657.2	538.7	615.8	613.3	629.8	632.4	
Países da Europa de Leste	191.1	145.3	205.3	174.2	189.4	189.4	
Outros países	1 087.8	995.1	971.4	966.3	498.4	494.8	
Dívida de curto prazo	9.7	--	146.7	168.0	134.7	134.0	
Dívida Externa Total	6 120.7	5 647.7	5 125.3	5 123.3	3 702.2	3 988.6	
Serviço da dívida de m/l prazo programado	399.6	401.9	504.8	522.8	190.0	205.0	240.0
Capital	249.4	240.3	344.0	376.0	163.0	181.0	213.0
Juros	150.2	161.6	160.8	146.8	27.0	24.0	27.0
(em % das exportações de bens e serviços)							
Dívida externa total	1 153.4	938.1	675.4	504.0	305.6	307.9	
Serviço de dívida	20.1	15.3	2.5	3.5	4.3	3.8	3.7
(em % do PIB)							
Dívida externa total	154.7	137.9	136.3	147.3	100.7	90.6	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Excluindo a dívida para com Portugal relativa a Cahora-Bassa e a dívida militar para com a Rússia;

Operações Financeiras do Estado, 1998 - 2004*(em mil milhões de MZM)*

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003	<i>g.e.¹</i>	2004	2004	<i>g.e.¹</i>
					Est.	Orç.	Est.		Orç.	Trim. I	
1. Receitas Totais²	9 142	12 281	12 153	19 990	22 293	25 493	25 556	100.2	28 741	5 536	19.3
1.1. Receitas correntes	5 324	6 208	7 535	9 470	12 057	14 703	14 714	100.1	17 793	3 755	21.1
Receitas não-tributárias	392	474	672	1 070	1 427	1 150	1 019	88.6	1 226	420	34.2
Receitas tributárias	4 932	5 734	6 862	8 400	10 629	13 553	13 695	101.0	16 567	3 335	20.1
Impostos sobre o rendimento	963	867	1 034	1 519	2 116	3 203	3 235	101.0	3 860	617	16.0
Impostos sobre o consumo	2 882	3 638	4 314	5 169	6 404	7 783	7 799	100.2	9 835	2 129	21.6
dq: Produtos petrolíferos	751	759	771	824	865	1 020	--	--	1 593	--	--
Impostos s/ comércio internacional	937	1 046	1 279	1 477	1 851	2 083	2 229	107.0	2 421	478	19.7
Outros impostos	150	183	235	235	258	484	432	89.3	451	112	24.8
1.2. Donativos	3 818	6 073	4 576	10 520	10 027	10 790	10 590	98.1	10 948	1 781	16.3
2. Despesas Totais³	10 247	13 035	15 556	24 681	29 037	29 523	30 192	102.3	33 739	6 808	20.2
2.1. Despesas correntes ⁴	5 268	6 332	7 685	10 346	13 469	16 392	16 342	99.7	19 270	4 489	23.3
Despesas com o pessoal	2 097	2 995	3 817	4 946	6 206	7 809	7 734	99.0	9 146	2 155	23.6
Bens e serviços	1 834	1 928	2 082	2 715	3 163	4 012	4 039	100.7	4 956	867	17.5
Transferências	874	1 085	1 677	2 208	2 826	3 406	3 250	95.4	3 940	828	21.0
Juros da dívida programados	463	324	109	477	1 274	1 165	1 319	113.2	1 228	412	33.6
2.2. Despesas de Capital	4 575	6 001	6 060	11 808	12 155	13 097	13 369	102.1	14 332	1 944	13.6
Financiamento Interno	1 079	1 765	2 046	3 140	3 167	3 503	3 662	104.5	4 126	470	11.4
Financiamento Externo	3 496	4 236	4 014	8 668	8 988	9 594	9 707	101.2	10 206	1 474	14.4
2.3. Empréstimos Líquidos	298	482	1 812	2 426	3 414	34	481	--	137	224	--
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	56	-124	-150	-876	-1 412	-1 689	-1 628	--	-1 477	-734	--
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-4 923	-6 827	-7 979	-15 211	-16 772	-14 820	-15 226	--	-15 946	-3 053	--
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-1 105	-754	-3 403	-4 691	-6 744	-4 030	-4 636	--	-4 998	-1 272	--
6. Financiamento	1 105	754	3 403	4 691	6 744	4 030	4 587	--	4 979	892	--
6.1. Interno (líq.)	-1 067	-156	966	1 382	800	-569	-405	71.1	-338	477	-141.2
dq: Sistema bancário	-1 067	-177	221	682	-1 028	-369	--	--	12	--	--
6.2. Externo (líq.)	2 172	910	2 437	3 309	5 944	4 600	4 992	108.5	5 317	415	7.8
Desembolsos	2 671	1 394	2 268	3 108	5 891	5 161	5 346	103.6	5 745	501	8.7
Transf. do FMI por conta HIPC	--	--	455	513	539	330	237	--	330	--	--
Amortizações efectivas	499	483	286	311	486	891	591	66.3	758	86	11.3
7. Diferencial de Financiamento ⁵	0	0	0	0	0	0	-49	--	-19	-379	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Inclui receitas não discriminadas; ³ Inclui despesas não discriminadas; ⁴ Inclui outras despesas correntes; ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

MOÇAMBIQUE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1998 - 2004

(em mil milhões de MZM)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003	2003/2002		2004	2004	Mai2004/Dez2003	
					Est.	Prog.	Est.	(1)	(2)	Prog.	Maio	(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	-253	725	4 350	7 810	12 358	15 374	13 970	13.0	6.2	14 963	12 382	-11.4	-5.2
Banco Central	-1 973	-1 384	-99	1 766	4 143	5 506	6 574	-58.7	9.3	6 121	6 091	7.4	-1.6
Disponibilidades s/ Exterior	10 459	11 626	13 018	17 313	20 510	--	23 304	13.6	10.7	--	22 605	-3.0	-2.3
Responsabilidades s/ Exterior	-3 312	-3 013	-13 117	-15 547	-16 367	--	-16 729	2.2	1.4	--	-16 515	-1.3	-0.7
Bancos Comerciais	1 720	2 109	4 449	6 044	8 215	9 868	7 395	-10.0	-3.1	8 842	6 291	-14.9	-3.6
Crédito Interno Total	796	3 104	6 207	9 697	10 907	13 911	10 118	-7.2	-3.0	14 753	11 546	14.1	4.7
Crédito líquido ao S.P.A.	-5 929	-5 616	-5 137	-4 246	-3 616	-3 965	-4 250	-17.5	-2.4	-3 991	-2 806	34.0	4.8
Crédito concedido	93	390	1 619	2 281	2 846	--	4 825	69.5	7.6	--	5 135	6.4	1.0
Depósitos	-1 744	-1 776	-3 168	-4 243	-4 099	--	-6 863	67.4	10.6	--	-6 327	-7.8	-1.8
Em moeda nacional	-1 395	-1 381	-2 734	-3 370	-3 688	--	-6 433	74.4	10.5	--	-5 697	-11.4	-2.4
Em moeda estrangeira	-349	-395	-435	-873	-411	--	-430	4.7	0.1	--	-630	46.4	0.7
Fundos consignados	-4 278	-4 229	-3 588	-2 284	-2 363	--	-2 211	-6.4	-0.6	--	-1 615	-27.0	-2.0
Crédito à economia	6 725	8 720	11 344	13 944	14 523	17 876	14 367	-1.1	-0.6	18 744	14 352	-0.1	-0.1
Em moeda nacional	4 806	5 786	6 993	8 539	7 847	--	6 364	-18.9	-5.7	--	6 376	0.2	0.0
Em moeda estrangeira	1 918	2 934	4 350	5 405	6 676	--	8 004	19.9	5.1	--	7 977	-0.3	-0.1
Total do Activo	543	3 829	10 557	17 507	23 264	29 285	24 087	3.5	--	29 716	23 928	-0.7	--
Massa Monetária (M2)	8 720	11 785	16 779	21 763	26 145	30 982	30 356	16.1	16.1	33 977	31 997	5.4	5.4
Circulação monetária	1 650	2 174	2 425	2 970	3 486	4 111	4 259	22.2	--	4 587	3 940	-7.5	--
Depósitos à ordem	5 370	7 293	10 775	14 034	16 367	20 443	19 031	16.3	--	20 938	18 384	-3.4	--
Quase-moeda	1 701	2 318	3 579	4 759	6 292	6 428	7 067	12.3	--	8 453	9 673	36.9	--
Outras Rubricas (líq.)	-8 177	-7 956	-6 222	-4 256	-2 881	-1 697	-6 269	-117.6	-13.0	-4 261	-8 070	-28.7	-5.9
dq: Contrapartida de flutuações cambiais	-7 452	-7 625	-8 401	-9 735	-9 412	--	-10 071	-7.0	-2.5	--	-9 875	1.9	0.6
Total do Passivo	543	3 829	10 557	17 507	23 264	29 285	24 087	3.5	--	29 716	23 928	-0.7	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação percentual face ao período anterior; (2) Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

MOÇAMBIQUE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1998 - 2004

(taxas anuais)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun.
Depósitos							
Depósitos à ordem							
Depósitos a prazo							
Até 90 dias							
91-180 dias	7.9	7.9	10.8	18.6	16.1	10.9	9.7
181-365 dias	8.9	8.9	11.7	19.4	17.3	12.3	11.2
1-2 anos	9.6	9.6	11.8	18.9	16.5	13.7	11.2
Mais de 2 anos							
Crédito ¹							
Até 180 dias				33.2	38.3	31.7	28.6
181-365 dias	24.1-29.9	22.1-29.1	21.8-28.1	35.3	37.1	28.1	24.9
1-2 anos				33.2	34.2	25.0	24.5
Mais de 2 anos				30.9	33.1	25.0	21.3
Taxas de Referência							
Redesconto	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0
Bilhetes do Tesouro (91 dias)							
MMI sem garantia (Até 7 dias)	9.9	9.8			18.6	11.5	10.0
<i>Pro memoria:</i>							
Inflação (t.v. homóloga no mês)	-1.3	4.8	11.5	21.9	9.2	13.6	13.2

Fonte: Banco de Moçambique.

¹ O rápido desenvolvimento do sistema financeiro moçambicano dificultou uma adequada apreensão das taxas activas praticadas para diferentes prazos, pelo que o Banco de Moçambique optou, entre 1997 e 2000, por divulgar apenas as taxas observadas para o prazo em causa (das quais acima se apresentam os respectivos níveis mínimo e máximo).

Taxas de Câmbio, 1990 - 2004*(taxas médias)*

	MZM/EUR			MZM/USD					ITCE ¹	
	Merc. oficial (M.O.)	Merc. livre (M.L.)	Dif. (%) M.L./M.O.	Merc. oficial (M.O.)	Merc. paralelo (M.P.)	Merc. livre (M.L.)	Diferenciais (%) M.P./M.O. M.L./M.O.		(base 100: 1990) Nominal Real	
1990	--	--	--	929.0	2 154.5	--	131.92	--	100.00	100.00
1991	--	--	--	1 434.5	2 167.3	1 943.5	51.08	35.49	66.71	79.74
1992	--	--	--	2 432.8	2 940.5	2 544.7	20.87	4.60	39.39	62.15
1993	--	--	--	3 722.7	4 500.0	3 866.1	20.88	3.85	28.02	58.71
1994	--	--	--	5 918.1	6 678.5	6 038.6	12.85	2.04	18.37	59.02
1995	--	--	--	8 889.8	9 611.3	9 022.7	8.12	1.50	12.06	55.84
1996	--	--	--	11 139.7	11 909.4	11 293.8	6.91	1.38	10.86	70.25
1997	--	--	--	11 394.6	11 708.3	11 545.6	2.75	1.33	11.47	74.64
1998	13 320.1	13 312.3	-0.06	11 853.4	12 055.7	11 850.3	1.71	-0.03	12.39	77.40
1999	13 481.1	13 531.2	0.37	12 673.3	12 844.4	12 689.4	1.35	0.13	12.19	74.99
2000	13 979.9	14 044.8	0.46	15 140.9	15 995.9	15 254.1	5.65	0.75	11.13	73.98
2001	18 293.7	18 515.4	1.21	20 455.5	21 145.4	20 706.5	3.37	1.23	9.51	66.22
2002	21 896.4	22 370.7	2.17	23 180.4	24 281.3	23 665.4	4.75	2.09	9.44	72.46
2003	26 360.4	26 874.1	1.95	23 340.9	24 248.7	23 782.3		1.89	7.44	62.20
2002										
Janeiro	20 290.8	20 671.9	1.88	22 880.6	24 265.6	23 314.2	6.05	1.89	10.32	79.79
Fevereiro	20 022.3	20 400.0	1.89	22 977.1	24 309.0	23 412.1	5.80	1.89	10.25	79.84
Março	20 192.7	20 571.1	1.87	23 079.3	24 118.9	23 512.7	4.50	1.88	10.18	78.22
Abril	20 429.3	20 873.8	2.18	23 098.6	24 118.9	23 603.1	4.42	2.18	9.92	75.52
Mai	21 117.5	21 576.7	2.17	23 135.8	24 248.8	23 638.7	4.81	2.17	9.31	70.54
Junho	22 119.9	22 550.6	1.95	23 190.0	24 281.1	23 650.3	4.71	1.98	9.23	70.39
Julho	23 081.8	23 554.8	2.05	23 228.7	24 346.9	23 707.6	4.81	2.06	9.06	69.27
Agosto	22 693.5	23 244.6	2.43	23 250.7	24 332.5	23 815.0	4.65	2.43	9.34	71.56
Setembro	22 855.7	23 425.8	2.49	23 294.5	24 543.0	23 877.0	5.36	2.50	9.35	71.21
Outubro	22 884.7	23 462.6	2.53	23 341.6	24 565.6	23 931.4	5.24	2.53	9.21	69.77
Novembro	23 348.7	23 832.1	2.07	23 342.6	24 223.6	23 835.7	3.77	2.11	8.81	67.78
Dezembro	23 719.8	24 284.8	2.38	23 345.2	24 022.0	23 686.8	2.90	1.46	8.41	66.52
2003										
Janeiro	24 718.1	25 248.2	2.14	23 342.1	24 228.3	23 801.0	3.80	1.97	8.19	64.26
Fevereiro	25 142.7	25 648.2	2.01	23 344.1	24 581.3	23 809.0	5.30	1.99	7.96	63.86
Março	25 245.5	25 719.2	1.88	23 348.0	24 428.1	23 816.8	4.63	2.01	7.81	63.82
Abril	25 311.6	25 830.0	2.05	23 353.0	24 171.2	23 809.6	3.50	1.96	7.60	62.64
Mai	26 869.7	27 489.4	2.31	23 349.4	24 132.5	23 815.5	3.35	2.00	7.52	63.00
Junho	27 326.7	27 786.1	1.68	23 345.6	24 260.9	23 776.9	3.92	1.85	7.64	63.68
Julho	26 539.7	26 914.9	1.41	23 335.1	24 182.2	23 668.4	3.63	1.43	7.47	62.31
Agosto	26 086.6	26 479.0	1.50	23 330.2	24 428.8	23 743.7	4.71	1.77	7.41	61.93
Setembro	26 037.3	26 554.8	1.99	23 324.4	24 503.0	23 735.2	5.05	1.76	7.32	61.71
Outubro	27 272.4	27 805.6	1.96	23 346.0	24 375.0	23 774.6	4.41	1.84	7.02	59.96
Novembro	27 206.2	27 795.1	2.16	23 319.9	24 047.8	23 801.8	3.12	2.07	6.88	59.62
Dezembro	28 569.0	29 218.3	2.27	23 352.8	23 644.8	23 834.9	1.25	2.06	6.68	59.59
2004										
Janeiro	29 479.8	29 900.9	1.43	23 350.0	24 135.0	23 688.4	3.36	1.45	6.91	63.14
Fevereiro	29 581.1	30 156.5	1.95	23 366.2	24 634.4	23 839.6	5.43	2.03	6.79	62.16
Março	28 709.0	29 252.4	1.89	23 375.1	24 432.8	23 843.9	4.53	2.01	6.75	62.13
Abril	28 049.3	28 580.6	1.89	23 382.4	24 261.7	23 829.4	3.76	1.91	6.74	62.60
Mai	27 917.7	28 514.5	2.14	23 283.4	24 218.7	23 747.2	4.02	1.99	6.92	64.55
Junho	27 863.0	28 471.9	2.19	22 924.3	24 020.3	23 436.0	4.78	2.23	6.78	63.03

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -).

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km²
Capital: São Tomé
População: 137 000 hab.
Moeda: Dobra



1. SÍNTESE

A economia são-tomense evidenciou em 2003 uma evolução macroeconómica positiva, num ano marcado pela expectativa quanto ao desenvolvimento da exploração petrolífera nos seus mares. O crescimento económico manteve a sua tendência de subida gradual e aparentemente sustentada, prevendo-se que assim continue em 2004, alicerçada no bom comportamento das exportações, quer de mercadorias (ainda dominadas pelo cacau) quer de serviços (com a subida das receitas do turismo). Apesar dos valores de final do ano apresentarem um crescimento da inflação homóloga, o comportamento dos preços ao longo de 2003 manteve-se sensivelmente ao nível dos dois anos anteriores, evoluindo dentro de um intervalo entre os 9% e os 11%. Para 2004, a aceleração do ritmo de aumento dos preços parece confirmada, com a inflação acumulada no primeiro semestre a chegar aos 9.4%

As contas externas foram umas das áreas que registaram uma evolução bastante positiva, denotando uma redução substancial dos seus desequilíbrios, derivada, para além dos já referidos aumentos das receitas do turismo e das exportações de mercadorias, do crescimento das transferências oficiais destinadas a projectos de investimento público e das entradas de capitais de médio e longo prazo. Para 2004, os efeitos da emergência da exploração petrolífera poderão conduzir ao agravamento do défice corrente externo, como resultado da pressão sobre as importações de mercadorias e serviços.

As contas do sector público denotaram em 2003 resultados igualmente positivos, com a

Quadro I

Principais Indicadores Económicos

	2001	2002	2003	2004
			Est.	Prog.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	4.0	4.1	4.5	5.0
Inflação (<i>t.v. homóloga</i>)	9.4	9.0	10.3	16.2
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	36.7	26.9	56.7	7.1
Saldo Bal. Corrente (% PIB)	-24.6	-23.9	-12.5	-24.1
Saldo orçamental (% PIB)	-22.1	-13.2	-4.3	-24.3
Dívida externa (% PIB)	595.1	538.7	491.9	---

melhoria do défice global a decorrer da contenção das despesas (essencialmente de capital mas também correntes), uma vez que se registou simultaneamente uma redução nas receitas totais (derivada da quebra evidenciada pelos donativos). A necessidade de realizar investimentos estruturantes deverá conduzir ao aumento das despesas públicas em 2004, pressionando o défice orçamental. Na esfera monetária, registou-se, no ano em análise, um forte aumento da massa monetária, pressionado sobretudo pela subida dos activos líquidos sobre o exterior. No entanto, a existência de um regime de câmbios flexíveis tem permitido acomodar parte dos efeitos de origem externa.

S. Tomé atingiu o ponto de decisão da HIPC em Dezembro de 2000, tendo o processo sido suspenso em 2001 em virtude do não cumprimento dos compromissos do acordo PRGF com o FMI. Após o estabelecimento do um *Staff Monitored Program*, cujos objectivos foram globalmente atingidos em 2002 e 2003, iniciou-se em Julho daquele ano a discussão de um novo acordo ao abrigo da PRGF. A instabilidade política de 2003 acabou por adiar o processo, esperando-se que em Setembro de 2004 se retomem as discussões do programa, pelo que o ponto de conclusão da iniciativa HIPC poderá ser atingido no início de 2006.

2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O ano de 2003 foi uma vez mais caracterizado pelo aumento, ainda que de reduzida magnitude, da taxa de crescimento real da economia de S. Tomé e Príncipe (atingindo 4.5%, mais 0.4 p.p. que em 2002). Note-se que esta trajectória foi iniciada em 1998 e tem-se mostrado sustentada, com as últimas projecções das autoridades a apontarem para nova subida em 2004 (onde deverá chegar aos 5%).

Em termos sectoriais, o aumento do ritmo de crescimento real do produto esteve associado à aceleração das actividades dos sectores do *Comércio e Transportes* e da *Administração Pública*, sendo os grandes responsáveis para o incremento registado no peso do sector terciário no PIB (em simultâneo com a queda relativa dos outros sectores, numa tendência que mantém desde 2000).

Quadro II

Decomposição do PIB

(em percentagem)

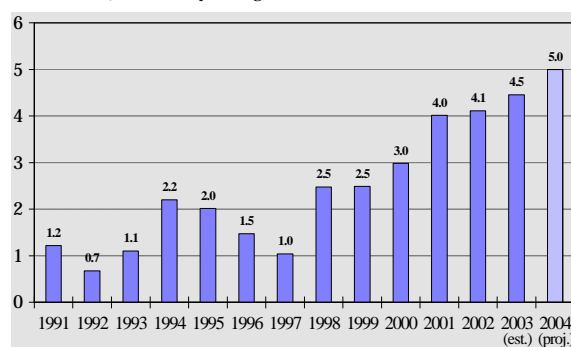
	2001	2002	2003 Est.
Sector Primário	19.2	18.0	17.0
Sector Secundário	16.6	15.5	14.6
Sector Terciário	64.2	66.5	68.4
PIB pm	100.0	100.0	100.0
Consumo	123.0	112.5	109.4
Público	47.5	37.2	39.7
Privado	75.5	75.3	69.8
Investimento	35.8	32.8	30.4
Exportações ⁽¹⁾	32.6	36.5	37.7
Importações ⁽¹⁾	91.4	81.8	77.5

⁽¹⁾ Bens e Serviços

Gráfico I

PIB Real (1991 - 2004)

(taxa de variação anual em percentagem)



Na óptica da despesa, o destaque vai para o crescimento do consumo público em 2003, na sequência de um ano de contracção. No ano que findou, este foi responsável por 4.2 p.p. do aumento real do PIB (quando em 2002 tinha registado uma contribuição negativa de 8.8 p.p.), o que corresponde a uma subida de 6.5% em termos nominais, sendo ainda assim insuficiente para evitar a quebra evidenciada pelo peso do consumo no produto interno, o qual enfrentou a retracção do consumo privado (que terá sido também negativamente influenciado pela instabilidade política vivida em meados do ano).

As exportações de bens e serviços evoluíram também favoravelmente, registando em 2003 um novo aumento real embora de magnitude bastante inferior ao de 2002 (7.8% e 16.7%, respectivamente). Este comportamento, que, para além da subida evidenciada pela exportação de cacau, deverá ter também estado associado ao desenvolvimento evidenciado pelo turismo, acabou por se traduzir numa contribuição de 2.8 p.p. para o crescimento da economia.

Gráfico II

IPC - S. Tomé (2000 - 2004)
(variação mensal em percentagem)

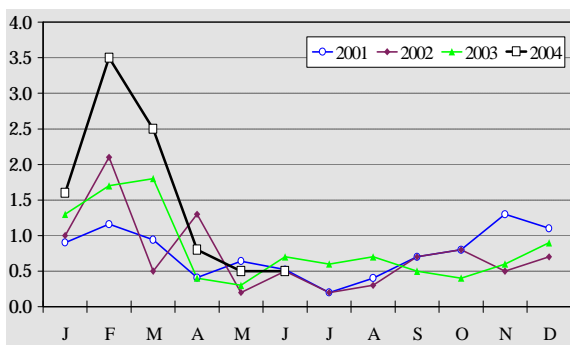
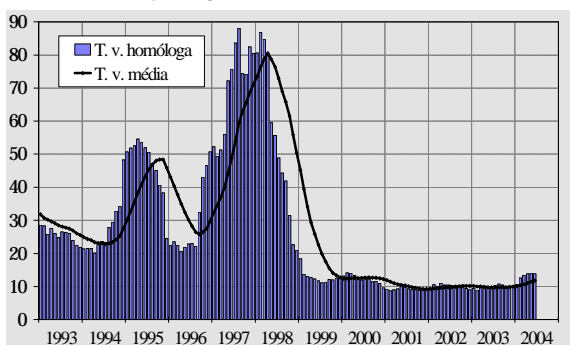


Gráfico III

IPC - S. Tomé (1993 - 2004)
(variação mensal em percentagem)



Para além da já referida contracção real do consumo público, as importações de bens e serviços registaram também alguma redução em termos reais (de 1% face a 2002), o que acabou por ter um impacto positivo de 0.8 p.p. sobre a produção interna.

A inflação manteve em 2003 o nível dos anos anteriores (evoluindo num intervalo entre os 9% e os 11%, quer em termos homogêneos quer em termos médios), acabando por apresentar uma subida homogênea em Dezembro de 2003 (10.3% face a 9.0% em Dezembro de 2002). Desde o início de 2004, tem vindo a assistir-se ao aumento do ritmo de crescimento do nível de preços, com a inflação acumulada no primeiro semestre do ano a chegar aos

9.4%, correspondente a uma inflação homogênea de 13.9%. Note-se que as projecções elaboradas pelas autoridades nacionais já antecipavam este aumento dos preços, prevendo que, no final de 2004, a taxa de inflação homogênea registasse 16.2% (correspondente a uma taxa média de 13.3%).

O cenário macroeconómico dos próximos anos em S. Tomé e Príncipe será certamente dominado pelas implicações da exploração do petróleo, traduzidas, ao longo de 2004 e dos anos seguintes, sobretudo em bónus relativos à assinatura de contratos de exploração de jazidas nos mares são-tomenses. Esses fundos deverão ser prioritariamente utilizados em investimentos (essencialmente estruturantes), o que deverá conduzir a uma nova aceleração do crescimento real da economia (para um valor médio de 6.5% no período 2004-08). No entanto, essa entrada de recursos (em larga escala, relativamente à dimensão da economia são-tomense) poderá também apresentar riscos elevados, pelo que as autoridades deverão tomar as medidas necessárias a contrariar possíveis derrapagens orçamentais (impulsionadas por ajustamentos salariais e despesas públicas incontroláveis) e pressões inflacionistas (não só decorrentes do crescimento da propensão ao consumo privado, com aumentos salariais na função pública, os quais em 2004 se orçamentaram em 23%, como ainda da dificuldade da política monetária em responder a entradas de fundos de dimensão elevada).

3. CONTAS EXTERNAS

As estimativas disponíveis para as contas externas de S. Tomé e Príncipe apontam para que 2003 tenha sido caracterizado por uma melhoria nos seus principais saldos. Desde logo, é de salientar a significativa redução do défice corrente, não só em termos nominais (que atingiu USD 7.4 milhões, ou seja menos 5.4 milhões que em 2002) como, sobretudo, em relação ao peso no PIB (fixando-se em 12.5%, o que corresponde a uma descida de 11.4 p.p. relativamente aos valores apurados no ano anterior).

Esta evolução positiva beneficiou da diminuição do défice da balança de serviços e rendimentos (menos 3.8 p.p. que em 2002, em relação ao peso no PIB, repercutindo sobretudo o bom comportamento das receitas de turismo que, em 2003, denotaram um crescimento nominal de quase 31%) e do aumento das transferências unilaterais (principalmente na sequência do forte incremento de transferências oficiais destinadas a projectos de investimento público, + 5.6 p.p. que em 2002 em relação ao peso no PIB).

Apesar da subida das transferências, o défice corrente excluindo transferências oficiais evidenciou ainda assim uma melhoria (redução de 3.9 p.p.). É de realçar, no entanto que, em termos relativos, este défice apresenta ainda um valor bastante elevado, tendo representado 53% do produto interno no final de 2003.

Gráfico IV

Balança de Pagamentos (1996 - 2004)

(Saldos, em percentagem do PIB)

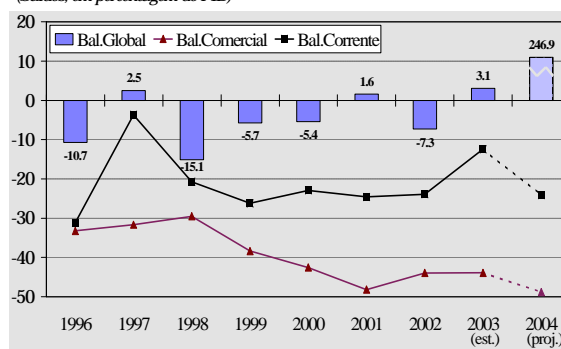
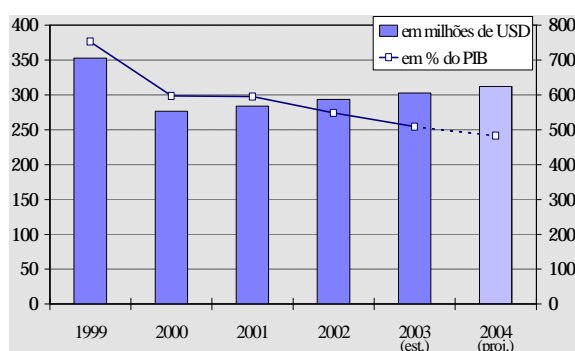


Gráfico V

Dívida Externa (1999 - 2004)



Em relação à balança comercial, a boa dinâmica apresentada pelas exportações de mercadorias (com um aumento nominal de quase 30%, alicerçado não só na subida das exportações de cacau como também de outros produtos) permitiu compensar o incremento evidenciado pelas importações (+14.6% que em 2002, decorrente principalmente do crescimento das importações de produtos alimentares e de investimento).

Deste modo, o agravamento registado no défice comercial foi, em termos percentuais, equivalente ao aumento do produto interno, pelo que este saldo manteve em 2003 o peso no PIB evidenciado no ano anterior (-43.9%).

Gráfico VI

Exportações de Mercadorias (1998 - 2004)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)

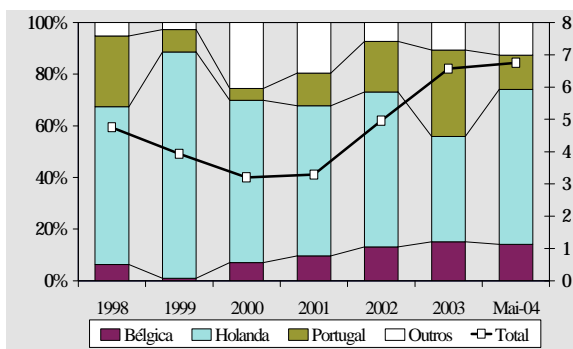
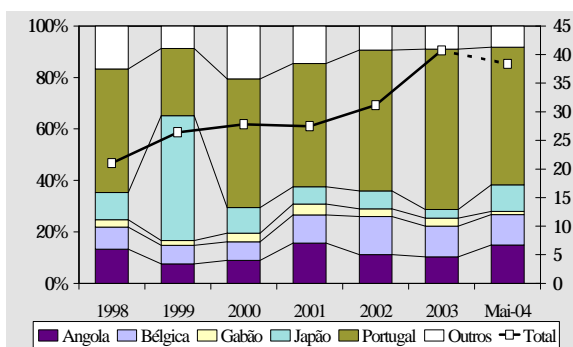


Gráfico VII

Importações de Mercadorias (1998 - 2004)

(Destinos em percentagem, total em milhões de USD)



A redução do défice corrente, complementada com a melhoria evidenciada pelo saldo da balança de capitais e financeira (como resultado do aumento das entradas de capitais de médio e longo prazo, em especial destinados a projectos), acabou por determinar uma alteração de sinal na balança global, passando em 2003 a representar 3.1% do PIB (face a -7.2% em 2002). Essa entrada líquida de fundos, em conjunto com um novo crescimento dos atrasados da dívida (o que acontece pelo terceiro ano consecutivo, tendo em 2003 chegado aos USD 4.9 milhões), terá permitido uma acumulação de reservas oficiais que terá atingido USD 6.7 milhões ao longo do ano que findou.

As projecções elaboradas para 2004 mostram que, o panorama das contas externas em S. Tomé e Príncipe, deverá estar dominado pelas repercussões da emergência da exploração petrolífera. A esperada degradação do saldo corrente (em 11.6 p.p. em relação ao peso no PIB, para 24.1%), deverá ser uma consequência da deterioração do saldo da balança comercial (em 4.9 p.p.), traduzindo sobretudo os impactos sobre as importações da exploração dos recursos petrolíferos e do previsto desenvolvimento de infraestruturas, e do aumento do défice da balança de serviços e rendimentos (em 5.2 p.p., reflectindo o crescimento dos valores referentes a assistência técnica e outros serviços relacionados com investimentos estruturantes). Apesar de registarem um aumento em termos nominais, as transferências unilaterais deverão ver o seu peso no produto interno diminuir 1.6 p.p. em relação a 2003, contribuindo igualmente para a subida do défice corrente em percentagem do PIB.

A evolução da balança de capitais e financeira, e, conseqüentemente, da balança global, será determinada principalmente pela prevista entrada de USD 150 milhões referente a bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo nos mares de S. Tomé e Príncipe. Note-se no entanto que grande parte desse montante deverá ser conduzido para um fundo de reserva petrolífero, destinado a ser futuramente utilizado no financiamento de projectos de investimento.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

As estimativas disponíveis para a execução orçamental de 2003 apontam para uma melhoria dos desequilíbrios das contas públicas são-tomenses, consubstanciadas na forte redução do défice global, passando de 13.2% do PIB em 2002 para 4.3% no final do ano transacto (valor que, a confirmar-se, será um dos mais baixos de sempre em S. Tomé e Príncipe).

Essa evolução terá sobretudo decorrido da diminuição evidenciada pelas despesas de capital¹ (que se reduziram em 32.5% em termos nominais, correspondendo a uma diminuição do peso no PIB de 11.9 p.p.), em particular das efectuadas com financiamento

Quadro III

Operações Financeiras do Estado

(em percentagem do PIB)

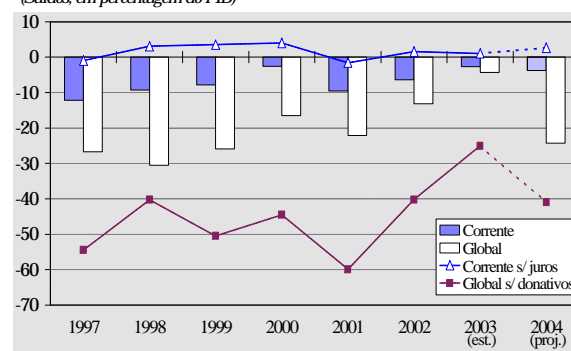
	2002	2003	2004
		Est.	Proj.
Donativos	27.0	20.7	16.7
Receitas correntes	23.3	25.2	28.0
Receitas não-tributárias	3.8	4.7	7.3
Receitas tributárias	19.5	20.5	20.7
dq: Imp. s/ importações	4.9	5.5	---
dq: Imp. s/ exportações	0.0	0.0	---
dq: Imp. s/ consumo	6.2	7.1	---
Empréstimos Líquidos	0.0	0.0	2.2
Despesas de capital	29.2	17.3	32.2
Despesas correntes	29.7	27.9	31.8
dq: Com o Pessoal	9.0	9.9	10.1
dq: Bens e Serviços	5.5	7.9	9.1
dq: Transferências	1.9	2.4	2.1
dq: Juros programados	7.9	3.7	6.4
Saldo corrente	-6.4	-2.7	-3.8
Saldo global (compromissos)	-13.2	-4.3	-24.3

¹ Esta diminuição ocorreu, apesar do ritmo dos desembolsos de capital externo registados na balança de capitais ter aumentado relativamente ao ano anterior, indiciando uma taxa de execução muito baixa dos projectos financiados externamente.

Gráfico VIII

Finanças Públicas (1997 - 2004)

(Saldos, em percentagem do PIB)



externo (-46% que os valores apurados para 2002, ou seja -14.1 p.p. do peso no produto interno).

As despesas correntes apresentaram igualmente alguma redução, reflectindo as reduções dos encargos com juros da dívida pública (-4.2 p.p. em relação ao peso no PIB) e com outras despesas (-1.4 p.p.). No entanto, essas diminuições foram mitigadas pelo crescimento das restantes classes de despesas, com destaque para as referentes a bens e serviços (+2.4 p.p.) e a pessoal (+0.9 p.p.). No cômputo geral, as despesas correntes terão acabado por registar uma decréscimo de 1.8 p.p. no seu peso no produto, apesar de apresentarem um aumento nominal de 7.5% em relação aos valores de 2002.

Registou-se igualmente uma redução nas receitas totais em percentagem do PIB, em 4.3 p.p. (embora correspondendo a um ligeiro crescimento nominal). Essa evolução terá ficado a dever-se à forte quebra evidenciada pelos donativos, que atingiu 6.3 p.p. em relação ao peso no produto, uma vez que as receitas correntes viram reforçado o

Gráfico IX

Receitas Públicas (1997 - 2004)

(em percentagem do PIB)

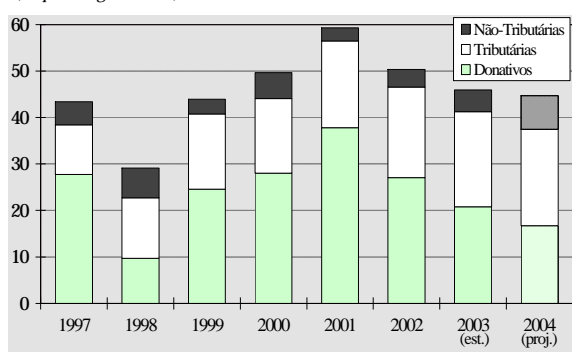
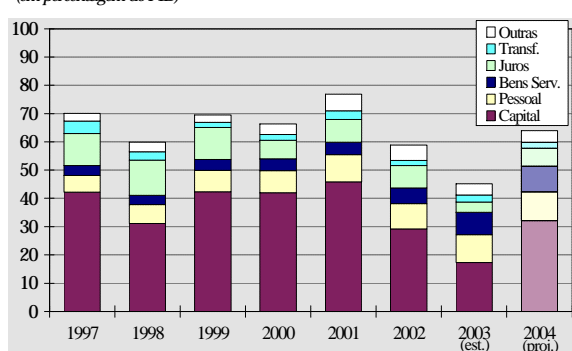


Gráfico X

Despesas Públicas (1997 - 2004)

(em percentagem do PIB)



seu peso no PIB em 1.9 p.p. em relação aos valores apurados para 2002. Tanto as receitas não-tributárias como tributárias atingiram em 2003 valores acima do orçamentado, tendo crescido respectivamente 42% e 20% em relação a 2002. Note-se que o aumento verificado nas receitas fiscais (+1 p.p. em relação ao peso no PIB) terá ficado a dever-se sobretudo às boas arrecadações dos impostos sobre o consumo e sobre as importações (associadas ao crescimento das relativas a bens alimentares, sujeitas a tributação).

O financiamento do défice global terá ficado a cargo da componente externa, a qual deverá ainda ter permitido a redução de dívida interna (patente no valor negativo

apresentado pelo financiamento interno). A preponderância da origem externa no suporte financeiro do défice público em 2003 constituiu o retomar da estrutura de financiamento que caracterizou os anos anteriores e que havia sido interrompida em 2002, como reflexo de alguma dificuldade no acesso a novos desembolsos externos.

O orçamento para 2004 prevê um agravamento dos desequilíbrios públicos, repercutindo não só ajustamentos salariais (que incorporam um aumento da massa salarial de 23%), como o aumento do investimento (o qual, segundo as estimativas das autoridades nacionais poderá chegar aos 123.5% em relação à execução de 2003). No seu conjunto, os incrementos previstos para as despesas totais deverão atingir 20.8 p.p. em relação ao seu peso no PIB, reflectindo ainda encargos adicionais em juros de dívida pública (+2.7 p.p.) e em empréstimos líquidos (+2.2 p.p.).

As estimativas para o corrente ano incluem previsões de subida ligeira para as receitas totais (+0.8 p.p.), conjugando receitas do petróleo (+2 p.p.), boas colectas de receitas correntes (+2.8 p.p., principalmente não-tributárias) com a quebra dos donativos (-4 p.p.). Em termos globais, o orçamento para 2004 aponta para que o défice público venha a registar um forte crescimento, chegando aos 24.3% do PIB (face a uma estimativa de execução de 4.3% para 2003). Na informação disponibilizada não estavam ainda identificadas as componentes do financiamento do défice global.

5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

A situação monetária e cambial em 2003 em S. Tomé e Príncipe, caracterizou-se pelo forte crescimento evidenciado pela massa monetária, a qual registou uma expansão de 56.7% face a Dezembro de 2002. Este comportamento esteve sobretudo ligado ao aumento da base monetária, reflectindo o vigoroso incremento das reservas bancárias (72.3% face ao final de 2002), tendo o multiplicador monetário retomado a tendência de descida interrompida em 2002.

O aumento da liquidez traduziu não só o impacto expansionista induzido pelo crescimento dos activos líquidos sobre o exterior (de 52.1% em relação ao valor da massa monetária no início do ano, expressando principalmente a acumulação de reservas externas por parte do banco central), como também o robusto aumento do crédito interno total (de 264.4% em relação a 2002, correspondendo a um impacto positivo de 42.2% sobre o M3), derivado das expansões do crédito ao sector privado (que cresceu 120.5% face ao final do ano anterior) e do crédito líquido ao sector público administrativo (do crédito concedido e, principalmente, da redução dos depósitos em moeda estrangeira).

Estes desenvolvimentos de cariz expansionista foram parcialmente reduzidos pela evolução das outras rubricas líquidas, responsáveis por um impacto contraccionista sobre a massa monetária de 37.6%.

Gráfico XI

Factores de Variação de Liquidez (1998 - 2004)

(variações em % do stock inicial da massa monetária)

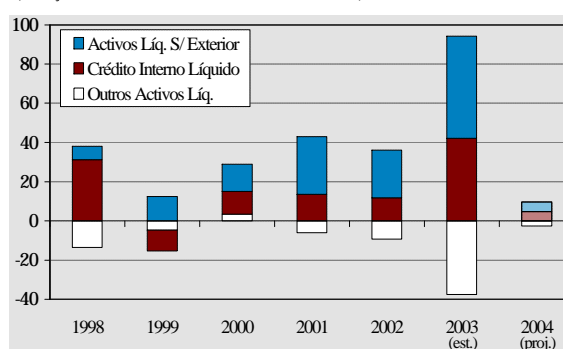
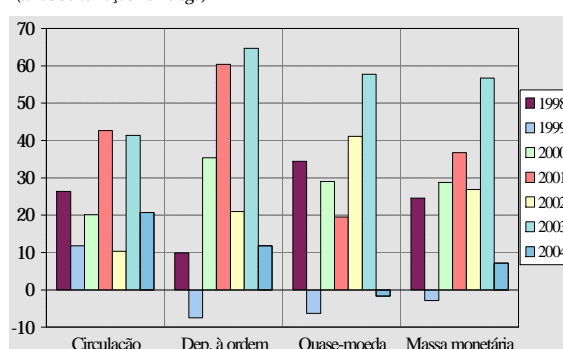


Gráfico XII

Meios de Pagamento (1998 - 2004)

(taxas de variação homóloga)



Ao longo de grande parte do ano passado, o sistema financeiro caracterizou-se pela existência de apenas um banco em funcionamento: o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP – que tem uma participação da Caixa Geral de Depósitos CGD). No entanto, desde finais de 2003, o sector bancário tem assistido a um crescimento significativo, elevando o total para quatro instituições: no final desse ano iniciou a sua actividade o *Afriland First Bank*, banco de capitais camaroneses. No início de 2004, a recapitalização do Banco Central do Equador (BCE) com recurso a fundos privados permitiu a sua reabertura ao público e no final do primeiro trimestre foi emitida a licença para a abertura de um novo banco, o *National Investment Bank*, detido

Gráfico XIII

Taxa de Câmbio STD/USD (1992 - 2004)

(médias trimestrais)

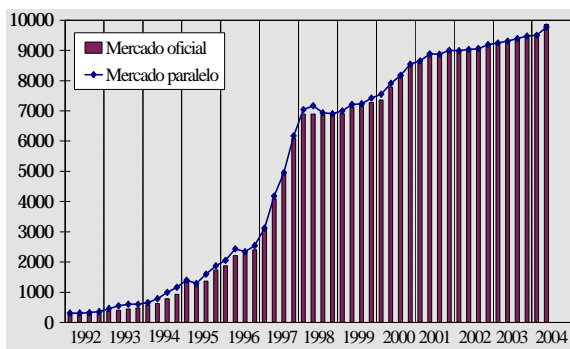
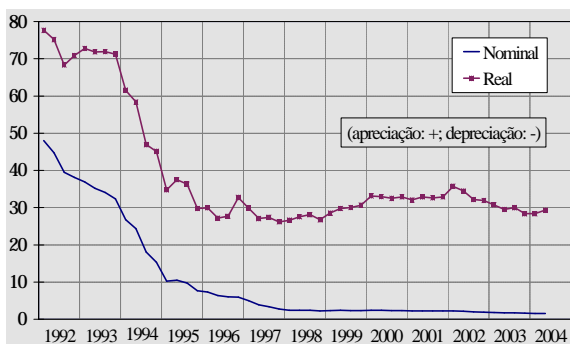


Gráfico XIV

Taxa de Câmbio Efectiva (1992 - 2004)

(Índices de base 100: 1990, médias trimestrais)



igualmente por capitais privados, em parte de origem portuguesa.

A consolidação e o crescimento do sector bancário têm vindo a ter reflexos na confiança dos agentes económicos na banca, patente no aumento do rácio do crédito à economia sobre o volume total de depósitos nos últimos anos.

O aumento do nível de intermediação financeira é também evidenciado pela análise da evolução da estrutura dos meios de pagamento. A circulação vem demonstrando uma quebra progressiva do seu peso na massa monetária (de 24% em 1999 para 18.3% em 2003, ainda que a trajectória tenha sido temporariamente

interrompida em 2001), em benefício dos depósitos à ordem (os quais passaram de 28.2% para 34.8% no mesmo período), tendo a quase-moeda evoluído praticamente a par da evolução do M3 (pelo que mantém um peso em torno dos 47%).

O forte influxo de capitais esperado, associado à actividade petrolífera, deverá continuar a induzir alguma dificuldade ao controlo da massa monetária. O banco central conta com o coeficiente de reservas de caixa (instrumento de reconhecidas limitações) e com a taxa de juro de referência (determinada a partir da taxa de inflação registada e sem quaisquer indexações em todo o sistema financeiro) para fazer face a entradas volumosas de capitais, quando comparadas com a reduzida dimensão do país.

Perante estas dificuldades, e tendo em conta o crescimento recente do sector bancário, as autoridades pretendem criar um mercado cambial interbancário por forma a fortalecer a capacidade de condução da política monetária.

A política cambial do país continua a caracterizar-se por um regime de câmbios flexíveis, tendo a dobra são-tomense revelado uma depreciação de 2.9% face ao USD em 2003. A manutenção deste regime permite acomodar grande parte dos efeitos da volatilidade dos preços do cacau e do petróleo e evitar pressões sobre as reservas do banco central.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 1

Principais Indicadores Económicos, 1998 - 2004

	Unidades	1998	1999	2000	2001	2002	2003 Est.	2004 Proj.	Jun-04 Est.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB nominal	milhões de USD	40.8	46.9	46.3	47.7	53.6	59.5	64.7	
PIB real	t. var. anual	2.5	2.5	3.0	4.0	4.1	4.5	5.0	
I. P. Consumidor (fim de período)	t. var. média anual	50.5	12.7	12.2	9.2	10.1	9.9	13.3	11.8
	t. var. homóloga	20.9	12.6	9.6	9.4	9.0	10.3	16.2	13.9
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	29.1	43.9	49.6	59.3	50.3	46.0	46.7	
Despesas totais	% PIB	59.8	69.6	66.1	81.4	63.5	50.3	71.0	
Defice global	% PIB	-30.7	-25.6	-16.5	-22.1	-13.2	-4.3	-24.3	
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	35.8	-75.9	24.1	61.5	2.8	304.8	52.1	
Crédito à economia	t. var. anual	144.6	37.0	5.0	-8.6	74.8	120.5	27.8	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	24.5	-2.9	28.8	36.7	26.9	56.7	7.1	
TAXAS DE JURO									
Passiva, a 1 ano	t. anual	32.0	26.0	15.0	15.0	15.0	10.4	---	10.4
Activa, a 1 ano	t. anual	45.0	41.0	36.0	36.0	36.0	31.5	---	31.5
BALANCA DE PAGAMENTOS									
Exportações de mercadorias (em USD)	t. var. anual	-10.4	-17.5	-18.6	15.4	37.5	29.8	2.8	
Importações de mercadorias (em USD)	t. var. anual	-12.5	30.4	4.6	14.8	8.4	14.6	17.4	
Balanca corrente	% PIB	-20.7	-26.2	-22.9	-24.6	-23.9	-12.5	-24.1	
Balanca corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-53.3	-50.7	-52.9	-68.7	-56.9	-53.0	-62.6	
DÍVIDA EXTERNA									
Stock total	milhões de USD	292.6	352.8	276.4	284.0	293.6	302.5	312.1	
	% PIB	717.0	669.2	596.7	595.1	538.7	491.9	---	
	% das exportações ²	2 433.3	2 141.1	1 785.6	1 826.3	1 500.7	1 347.8	---	
Serviço da dívida	% das exportações ²	75.7	47.3	40.7	51.2	54.5	49.5	---	
TAXAS DE CÂMBIO									
Nominal STD / USD (mercado oficial)	t. média	6 885.7	7 125.0	7 978.2	8 842.1	9 088.3	9 347.6	9 355.7	12 102.0
ITCE Real (base 100: 1990) ¹		27.2	29.7	32.8	32.6	33.6	29.7	---	28.9

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; (apreciação: +; depreciação: -).

² Exportações de bens e serviços.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 2

Produto Interno Bruto, 1998 - 2004

(preços correntes, em mil milhões de STD)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003 Est.	2004 Proj.
Sector primário	59.9	68.4	74.1	80.9	87.4	94.5	
Agricultura	51.3	56.2	60.4	66.0	71.4	77.3	
Pesca	8.6	12.2	13.7	14.9	16.0	17.2	
Sector secundário	47.0	56.8	64.1	70.2	75.6	81.2	
Manufatura e energia	15.6	18.5	20.3	21.9	23.3	24.7	
Construção	31.3	38.3	43.8	48.3	52.3	56.5	
Sector terciário	174.1	209.0	231.4	270.9	323.8	381.1	
Comércio e transporte	71.0	84.9	93.5	109.3	129.0	150.0	
Administração pública	68.8	82.7	92.1	108.0	131.0	156.8	
Instituições financeiras	27.3	32.9	36.3	42.6	50.7	59.1	
Outros serviços	7.0	8.5	9.4	11.0	13.1	15.3	
Produto Interno Bruto	281.0	334.1	369.5	422.0	486.8	556.8	668.3
Consumo	300.3	365.8	413.0	519.2	547.5	609.3	
Público	71.8	99.4	116.8	200.5	181.1	220.8	
Privado	228.4	266.4	296.2	318.7	366.4	388.5	
Investimento	100.2	133.6	132.4	150.9	159.7	169.4	
Procura interna	400.5	499.4	545.4	670.1	707.2	778.7	
Exportações de bens e serviços	82.8	117.4	123.5	137.5	177.8	209.8	
Procura global	483.3	616.8	668.9	807.6	885.0	988.5	
Importações de bens e serviços	202.3	282.7	299.4	385.6	398.2	431.7	
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	-19.3	-31.7	-43.5	-97.2	-60.7	-52.5	
PIB nominal (milhões de USD)	40.8	46.9	46.3	47.7	53.6	59.5	64.7
Deflador do PIB (variação anual em %)	37.1	16.0	7.4	9.8	10.8	9.5	9.5
PIB nominal (variação anual em %)	40.5	18.9	10.6	14.2	15.4	14.4	21.4
PIB real (variação anual em %)	2.5	2.5	3.0	4.0	4.1	4.5	5.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 3

Índice de Preços no Consumidor, 1990 - 2004

(em percentagem)

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.2	40.5	40.5	42.2
1991	Dezembro	7.4	52.7	52.7	46.5
1992	Dezembro	2.7	27.4	27.4	33.7
1993	Dezembro	2.2	21.8	21.8	25.5
1994	Dezembro	12.9	48.3	48.3	27.6
1995	Dezembro	1.6	24.5	24.5	45.9
1996	Dezembro	4.5	50.8	50.8	29.8
1997	Dezembro	3.3	80.5	80.5	71.1
1998	Dezembro	1.8	20.9	20.9	50.5
1999	Dezembro	1.9	12.6	12.6	12.7
2000	Dezembro	0.7	9.6	9.6	12.2
2001	Dezembro	1.1	9.4	9.4	9.2
2002	Janeiro	1.0	1.0	9.5	9.2
	Fevereiro	2.1	3.1	10.6	9.4
	Março	0.5	3.6	10.0	9.5
	Abril	1.3	4.9	11.0	9.6
	Mai	0.2	5.1	10.5	9.7
	Junho	0.5	5.6	10.4	9.7
	Julho	0.2	5.8	10.4	9.8
	Agosto	0.3	6.1	10.2	9.9
	Setembro	0.7	6.8	10.2	10.0
	Outubro	0.8	7.7	10.3	10.1
	Novembro	0.5	8.2	9.4	10.1
	Dezembro	0.7	8.9	9.0	10.1
2003	Janeiro	1.3	1.3	9.4	10.1
	Fevereiro	1.7	3.0	8.9	10.0
	Março	1.8	4.8	10.3	10.0
	Abril	0.4	5.2	9.4	9.9
	Mai	0.3	5.5	9.5	9.8
	Junho	0.7	6.2	9.8	9.7
	Julho	0.6	6.8	10.2	9.7
	Agosto	0.7	7.5	10.7	9.8
	Setembro	0.5	8.0	10.5	9.8
	Outubro	0.4	8.4	10.0	9.8
	Novembro	0.6	9.0	10.2	9.8
	Dezembro	0.9	9.9	10.3	9.9
2004	Janeiro	1.6	1.6	10.7	10.1
	Fevereiro	3.5	5.1	12.6	10.4
	Março	2.5	7.6	13.4	10.6
	Abril	0.8	8.4	13.9	11.0
	Mai	0.5	8.9	14.1	11.4
	Junho	0.5	9.4	13.9	11.8

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 4

Balança de Pagamentos, 1998 - 2004

(em milhões de USD)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003 Est.	2004 Proj.
Balança Corrente	-8.5	-12.3	-10.6	-11.7	-12.8	-7.4	-15.6
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-21.8</i>	<i>-23.8</i>	<i>-24.5</i>	<i>-32.8</i>	<i>-30.5</i>	<i>-31.5</i>	<i>-40.5</i>
Balança comercial	-12.1	-18.0	-19.7	-23.0	-23.5	-26.1	-31.6
Exportações (f.o.b.)	4.8	3.9	3.2	3.7	5.1	6.6	6.8
dq: Cacau	4.6	2.9	2.9	3.3	4.6	5.5	6.8
Importações (f.o.b.)	-16.8	-21.9	-22.9	-26.3	-28.5	-32.7	-38.4
dq: Produtos alimentares	-4.3	-4.8	-4.5	-7.9	-10.1	-12.0	-12.9
dq: Bens de investimento	-8.2	-10.8	-12.3	-11.9	-11.3	-13.1	-13.5
dq: Produtos petrolíferos	-1.2	-2.6	-5.0	-4.1	-4.3	-4.6	-3.3
Balança de serviços e rendimentos	-10.3	-6.5	-5.3	-10.4	-7.6	-6.2	-10.1
dq: Turismo	4.1	9.2	8.7	9.6	10.1	13.2	15.8
dq: Fretes e seguros	-4.2	-4.4	-5.0	-6.5	-6.5	-8.0	-8.7
dq: Assistência técnica	-2.8	-7.4	-4.3	-7.0	-5.1	-6.5	-8.7
dq: Juros da dívida programados	-5.0	-4.7	-3.0	-4.3	-4.3	-4.4	-4.8
Transferências unilaterais ¹	13.9	12.1	14.4	21.7	18.3	24.9	26.1
Transferências privadas	0.5	0.5	0.5	0.6	0.6	0.8	1.2
Transferências oficiais	13.4	11.6	13.9	21.1	17.7	24.1	24.9
dq: Projectos de inv. público	4.0	9.2	12.0	15.2	12.1	16.8	17.2
dq: Donativos não relacionados com projectos	1.5	2.4	1.9	1.7	0.1	0.0	0.0
Balança de Capitais e Financeira	2.3	9.6	8.1	12.5	8.9	9.2	175.3
Capitais de médio/longo-prazo	5.5	9.6	7.1	9.7	-1.1	2.0	184.2
Projectos	5.4	9.6	6.6	4.9	0.0	1.7	7.8
Não projectos	0.0	0.0	0.0	2.9	2.3	3.5	15.5
Investimento directo estrangeiro (líq.)	4.2	3.0	3.8	5.6	3.0	3.5	15.1
Bónus de assinatura de contratos petrolíferos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	150.0
Amortizações programadas	-4.1	-3.1	-3.3	-3.7	-6.4	-6.7	-4.2
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-3.2	0.0	1.0	2.8	9.9	7.3	-8.8
dq: Adiantamento nigeriano	0.0	0.0	0.0	0.0	5.0	5.0	-10.0
Balança Global	-6.2	-2.7	-2.5	0.8	-3.9	1.8	159.7
Financiamento	6.2	2.7	2.5	-0.8	3.9	-1.8	-159.7
Variação de reservas oficiais ² (aumento: -)	2.7	-1.2	-2.0	-4.3	-2.4	-6.7	-2.5
Variação dos atrasados (redução: -)	4.4	-3.5	-54.8	3.6	6.3	4.9	-15.8
Alívio de dívida	0.0	7.8	57.1	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundo de Reserva Petrolífero	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-141.4
Diferencial de Financiamento ³	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos no futuro. ² Inclui a contrapartida de flutuações cambiais. ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 5

Distribuição Geográfica das Exportações, 1998 - Mai.2004

(em percentagem do total)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Mai-04	1998 a 2003
Angola	2.1	1.8	11.8	0.5	2.1	1.7	4.0	3.6
Bélgica	6.3	1.0	7.0	9.7	13.1	15.1	14.1	10.0
Holanda	61.1	87.6	62.9	58.1	60.0	40.7	60.0	61.0
Portugal	27.4	8.7	4.6	12.7	19.6	33.5	13.2	18.6
Outros	3.1	0.9	13.7	19.0	5.2	9.0	8.7	6.8
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 6

Distribuição Geográfica das Importações, 1998 - Mai.2004

(em percentagem do total)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Mai-04	1998 a 2003
Angola	13.3	7.6	9.0	15.6	11.2	10.3	14.9	11.0
Bélgica	8.6	7.2	7.2	11.0	14.8	11.9	11.8	10.4
França	0.0	3.4	7.9	6.2	0.8	3.1	0.7	3.6
Gabão	2.9	1.9	3.2	4.2	3.0	3.1	1.3	3.1
Holanda	4.8	0.4	1.4	0.9	5.7	0.5	1.0	2.1
Japão	10.5	48.5	10.1	6.8	7.0	3.4	10.2	13.3
Portugal	48.1	26.1	50.0	47.8	54.6	62.3	53.5	49.5
Outros	11.9	4.9	11.2	7.6	2.9	5.4	6.7	6.9
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 7

Dívida Externa, 1999 - 2004

(em milhões de USD)

	1999	2000	2001	2002	2003 Est.	2004 Prog.
Dívida de médio e longo prazo	314.0	276.4	284.0	288.6	292.5	
Credores multilaterais	182.2	190.3	198.0	197.6	198.2	
Credores bilaterais	131.8	86.1	86.0	90.9	94.3	
Instituições financeiras	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Créditos de fornecedores	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Dívida de curto prazo	38.8	0.0	0.0	5.0	10.0	
Dívida Externa Total	352.8	276.4	284.0	293.6	302.5	312.1
dq: Atrasados	71.4	2.1	5.3	11.1	15.4	
Dívida de m/l prazo	32.6	2.1	5.3	11.1	15.4	
Credores multilaterais	0.0	0.0	0.0	0.5	0.0	
Credores bilaterais	75.4	2.1	5.3	10.6	15.4	
Instituições financeiras	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Créditos de fornecedores	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Dívida de curto prazo	38.8	0.0	0.0	0.0	0.0	
Serviço da dívida de m/l prazo programado	7.8	6.3	8.0	10.7	11.1	9.0
Capital	3.1	3.3	3.7	6.4	6.7	4.2
Juros	4.7	3.0	4.3	4.3	4.4	4.8
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	2 141.1	1 785.6	1 826.3	1 500.7	1 347.8	
Serviço da dívida de m/l prazo programado	47.3	40.7	51.2	54.5	49.5	
<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	752.5	596.8	595.1	548.2	508.8	482.4

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Nota: Os dados para 2000 reflectem projecções elaboradas sem considerar a participação do país na Iniciativa HIPC.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 8

Operações Financeiras do Estado, 1998 - 2004

(em mil milhões de STD)

	1998	1999	2000	2001	2002 Est.	2003		g.e. ¹	2004 Proj.
						Proj.	Est.		
1. Receitas Totais ²	81.7	146.8	183.4	250.1	244.9	316.6	255.9	80.8	312.2
1.1. Receitas correntes	54.5	64.6	79.9	90.6	113.4	123.7	140.4	113.5	187.0
Receitas tributárias	36.6	54.1	59.4	78.6	95.0	101.1	114.2	113.0	138.4
dq: Impostos s/ importações	10.1	18.3	17.9	19.4	23.8	---	30.9	---	---
dq: Impostos s/ exportações	3.0	1.8	0.2	0.0	0.0	---	0.0	---	---
dq: Impostos s/ consumo	9.3	14.6	20.0	30.1	30.3	---	39.4	---	---
Receitas não - tributárias	17.9	10.6	20.5	12.0	18.4	22.6	26.2	115.9	48.6
dq: Transferências de EP's	4.1	4.8	5.4	---	---	---	---	---	---
1.2. Donativos	27.2	82.2	103.5	159.5	131.5	192.9	115.5	59.9	111.7
2. Despesas Totais ³	167.6	233.3	244.4	343.5	309.1	383.4	279.8	73.0	474.6
2.1. Despesas correntes	80.7	90.9	89.7	131.0	144.4	143.0	155.3	108.6	212.2
Despesas com o pessoal	18.9	25.2	28.8	40.5	43.6	51.3	55.0	107.2	67.6
Bens e serviços	9.2	12.7	15.3	18.8	26.7	27.3	43.9	160.8	60.5
Transferências	8.4	6.1	7.3	13.1	9.4	10.4	13.4	128.8	14.0
Juros da dívida pública	34.8	38.0	24.5	33.8	38.5	34.8	20.7	59.5	42.8
Outras despesas	9.3	8.8	13.8	24.8	26.2	19.2	22.3	116.1	27.3
2.2. Despesas de capital	87.4	141.5	155.3	193.4	142.2	208.4	96.2	46.2	215.0
Financiamento interno	7.2	7.4	6.9	29.4	12.3	26.0	25.9	99.6	123.2
Financiamento externo	64.6	134.1	148.4	164.0	129.9	182.4	70.3	38.5	91.8
2.3. Empréstimos Líquidos ⁴	-0.5	0.9	-0.6	1.9	0.0	0.0	0.0	---	15.0
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-26.2	-26.3	-9.8	-40.4	-31.0	-19.3	-14.9	77.2	-25.2
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-113.1	-168.7	-164.5	-252.9	-195.7	-259.7	-139.4	53.7	-274.1
5. Saldo Global [compromissos]: (1.) - (2.)	-85.8	-86.5	-61.1	-93.4	-64.2	-66.8	-23.9	35.8	-162.4
6. Variação de Atrasados	21.1	24.7	-86.7	5.6	30.8	-7.7	0.0	---	-82.7
6.1. Externos	24.5	24.7	-86.7	5.6	---	-7.7	0.0	---	-82.7
6.2. Internos	-3.4	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0	---	0.0
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	---	0.0
8. Saldo Global [caixa]: (5.)+(6.)+(7.)	-64.7	-61.8	-147.8	-87.8	-33.4	-74.5	-23.9	32.1	-245.1
9. Financiamento	64.7	61.8	147.8	87.8	33.4	-54.2	16.9	-31.2	28.3
9.1. Interno (líq.)	49.8	5.5	8.4	34.5	40.9	32.8	-26.3	80.2	---
dq: Sistema bancário	6.3	-16.0	8.4	17.3	---	-35.3	---	---	---
9.2. Externo (líq.)	14.9	56.3	139.3	53.4	-7.5	-87.0	43.2	---	---
dq: Desembolsos	37.3	75.4	60.1	42.0	---	16.5	---	---	---
dq: Amortizações	-22.5	-72.8	-372.0	-14.4	---	-133.2	---	---	---
dq: Alívio de Dívida	0.0	53.7	451.2	0.0	---	0.0	---	---	---
10. Diferencial de Financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-128.7	-7.0	---	-216.8

Fontes: Banco de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional, Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado, em %. ² Inclui receitas petrolíferas em 2003 de 13.4 mil milhões de dobras; ³ Inclui despesas sociais a serem financiadas ao abrigo da Iniciativa HIPC; ⁴ Inclui Indemnizações relativas a reestruturações na função pública a serem financiadas por donativos da União Europeia ao abrigo da Facilidade de Ajustamento Estrutural.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 9

Síntese Monetária, 1998 - 2004

(em mil milhões de STD)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003 Est.	2003 / 2002 (em %)		2004 Proj.	2004 Junho	Jun-04 / 2003 (em %)	
							(1)	(2)			(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	113.1	124.2	136.2	169.2	206.5	307.9	49.1	52.1	323.3	247.3	-19.7	-19.8
Banco Central	66.7	79.4	89.3	117.0	136.0	214.2	57.5	40.2	234.5	179.2	-16.4	-11.5
Disponibilidades	66.7	79.4	110.7	139.7	159.5	240.6	50.9	41.6	---	206.7	-14.1	-11.1
Responsabilidades	0.0	0.0	-21.4	-22.7	-23.5	-26.4	-12.3	1.5	---	-27.5	-4.3	0.4
Bancos comerciais	46.4	44.8	46.9	52.2	70.5	93.7	32.9	11.9	88.8	68.1	-27.3	-8.4
Crédito Interno Total	-3.1	-12.5	-2.3	12.9	31.1	113.3	264.4	42.2	127.5	152.9	34.9	13.0
Crédito líquido ao SPA	-21.2	-37.3	-28.3	-10.9	-10.6	21.7	304.8	16.6	10.4	30.0	-38.2	2.7
Crédito concedido	34.1	33.8	53.3	55.7	57.4	63.1	9.9	2.9	67.4	71.1	12.8	2.6
Depósitos	-55.3	-71.1	-81.6	-66.6	-68.0	-41.4	-39.2	-13.7	-57.0	-41.1	-0.5	-0.1
Depósitos orçamentais	-3.1	-35.7	-44.6	-32.1	-6.4	-5.1	-20.0	-0.7	-22.6	-12.7	148.3	2.5
Fundos de contrapartida	-24.3	-28.3	-23.5	-24.5	-14.5	-13.6	-6.0	-0.4	-13.6	-16.2	18.7	0.8
Depósitos em moeda estrangeira ¹	-27.9	-7.1	-13.5	-10.1	-47.1	-22.6	-52.0	-12.6	-20.8	-12.2	-45.9	-3.4
Crédito à economia	18.1	24.8	26.0	23.8	41.6	91.7	120.5	25.7	117.2	122.9	34.0	10.2
Empresas públicas não financeiras	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	---	0.0	0.0	0.0
Sector privado	18.1	24.8	26.0	23.8	41.6	91.7	120.5	25.7	---	122.9	34.0	10.2
Total do Activo	110.0	111.8	134.0	182.1	237.5	421.2	---	---	450.8	400.2	---	---
Massa Monetária (M3)	89.8	87.2	112.3	153.5	194.8	305.3	56.7	56.7	327.1	265.7	-13.0	-13.0
Circulação monetária	18.7	20.9	25.1	35.8	39.5	55.9	41.4	8.4	67.4	45.0	-19.5	-3.6
Depósitos à ordem	26.6	24.6	33.3	53.4	64.6	106.4	64.6	21.4	118.9	84.6	-20.4	-7.1
Quase - moeda	44.5	41.7	53.8	64.3	90.7	143.1	57.8	26.9	140.8	136.1	-4.9	-2.3
dq: Depósitos em moeda estrangeira	41.5	37.2	46.7	55.4	78.5	125.9	60.4	24.3	122.4	121.0	-3.8	-1.6
Outras Rubricas (Líqu.)	20.3	24.6	21.7	28.5	42.7	115.9	171.4	37.6	123.7	134.5	16.1	6.1
Total do Passivo	110.0	111.8	134.0	182.1	237.5	421.2	---	---	450.8	400.2	---	---

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractação da liquidez).

¹ Inclui depósitos constituídos através de receitas provenientes da prospecção petrolífera, privatizações e alguns donativos.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 10

Taxas de Juro, 1998 - 2004

(taxas anuais)

	1998 Dez.	1999 Dez.	2000 Dez.	2001 Dez.	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Jun.
Depósitos ^{1,2}						10.4	10.4
Depósitos à ordem	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
Depósitos a prazo:							
91-180 dias	31.0	24.0	14.0	14.0	14.0		
181-365 dias	32.0	26.0	15.0	15.0	15.0		
Mais de 1 ano	34.0	28.0	16.0	16.0	16.0		
Crédito ²						31.5	31.5
Crédito para comércio e indústria							
91-180 dias	43.0	39.0	34.0	34.0	34.0		
181-365 dias	45.0	41.0	36.0	36.0	36.0		
Mais de 1 ano	48.0	44.0	39.0	39.0	39.0		
Crédito de campanha	41.5	39.0	34.0	34.0	34.0		
Redesconto ³	29.5	24.5	17.0	15.5	15.5	14.5	14.5
<i>Pro Memoria:</i>							
Inflação (t. v. homóloga no mês)	20.9	12.6	9.6	9.4	9.0	10.3	13.9

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

¹ Em Novembro de 1994, as taxas de juro foram liberalizadas e estabeleceu-se a nova taxa de redesconto. A banca comercial não divulgou quaisquer taxas para depósitos a prazo (visto não estar a aceitá-los) até Maio de 1996. Nesta data as taxas de juro voltaram a ser fixadas, estipulando-se ainda que para os depósitos em moeda estrangeira a taxa deverá ser equivalente a 40% daquela que os bancos obtêm pelos depósitos junto dos seus correspondentes.

² Taxas referentes ao Banco Internacional de São Tomé e Príncipe até 2002. As relativas a 2003 e 2004 são divulgadas pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe.

³ As operações de redesconto foram substituídas, em Julho de 1998, por um mecanismo de assistência extraordinária de muito curto prazo, cuja taxa resulta da taxa de juro activa mais alta do mercado acrescida de 7.5%.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Quadro 11

Taxas de Câmbio, 1990 - 2004

(taxas médias)

	STD/EUR			STD/USD					ITCE ¹	
	Merc. oficial (M.O.)	Merc. livre (M.L.)	Dif. (%) M.L./M.O.	Merc. oficial (M.O.)	Merc. paralelo (M.P.)	Merc. livre (M.L.)	Diferenciais (%) M.P./M.O. M.L./M.O.		(base 100: 1990) Nominal	Real
1990	---	---	---	143.3	207.3	---	44.60	---	100.00	100.00
1991	---	---	---	201.6	256.3	---	27.11	---	71.69	97.84
1992	---	---	---	320.4	329.5	---	2.84	---	42.29	72.88
1993	---	---	---	429.9	554.5	---	29.00	---	34.49	71.86
1994	---	---	---	732.6	903.8	801.0	23.36	9.33	20.19	51.80
1995	---	---	---	1 420.3	1 542.7	1 443.9	8.62	1.66	9.37	34.16
1996	---	---	---	2 203.2	2 346.3	2 315.6	6.50	5.10	6.34	29.34
1997	---	---	---	4 552.5	4 608.6	4 495.8	1.23	-1.24	3.50	27.15
1998	---	---	---	6 885.7	7 013.4	7 030.1	1.85	2.10	2.38	27.25
1999	7 650.4	---	---	7 125.0	7 217.2	7 182.5	1.29	0.81	2.34	29.73
2000	7 367.4	---	---	7 978.2	8 044.8	8 043.8	0.84	0.82	2.35	32.83
2001	7 900.7	---	---	8 842.1	8 851.4	8 822.6	0.11	-0.22	2.21	32.63
2002	8 585.7	8 734.8	1.74	9 088.3	9 069.2	9 035.2	-0.21	-0.58	2.07	33.56
2003	10 567.6	10 556.5	-0.10	9 347.6	9 355.7	9 327.1	0.09	-0.22	1.70	29.66
2002										
Janeiro	7995.4	8050.0	0.68	9 042.7	9 050.0	8 964.3	0.08	-0.87	2.21	34.84
Fevereiro	7851.8	8150.0	3.80	9 025.0	8 965.8	8 965.8	-0.66	-0.66	2.25	36.18
Março	7856.4	8150.0	3.74	8 975.7	8 964.3	8 879.8	-0.13	-1.07	2.24	36.07
Abril	7967.7	8150.0	2.29	9 017.4	9 000.0	8 981.1	-0.19	-0.40	2.21	35.77
Mai	8269.2	8300.0	0.37	9 035.2	9 050.0	9 050.0	0.16	0.16	2.13	34.43
Junho	8642.5	9000.0	4.14	9 072.2	9 050.0	9 050.0	-0.24	-0.24	2.04	33.12
Julho	9018.1	9100.0	0.91	9 073.8	9 050.0	9 050.0	-0.26	-0.26	1.96	31.90
Agosto	8907.4	9050.0	1.60	9 108.8	9 050.0	9 050.0	-0.65	-0.65	1.98	32.24
Setembro	8951.6	9100.0	1.66	9 123.3	9 076.3	9 053.9	-0.52	-0.76	1.98	32.33
Outubro	9027.2	9150.0	1.36	9 201.2	9 150.0	9 141.3	-0.56	-0.65	1.97	32.34
Novembro	9194.7	9292.9	1.07	9 185.7	9 203.6	9 100.0	0.19	-0.93	1.93	31.80
Dezembro	9346.7	9325.0	-0.23	9 198.9	9 220.2	9 136.2	0.23	-0.68	1.90	31.53
2003										
Janeiro	9742.0	9554.6	-1.92	9 187.3	9 200.0	9 150.0	0.14	-0.41	1.83	30.68
Fevereiro	9925.8	9873.7	-0.52	9 210.1	9 236.8	9 168.4	0.29	-0.45	1.81	30.71
Março	10017.6	10100.0	0.82	9 279.9	9 300.0	9 257.1	0.22	-0.25	1.79	30.81
Abril	10089.0	10100.0	0.11	9 305.0	9 300.0	9 300.0	-0.05	-0.05	1.78	30.67
Mai	10743.3	10633.3	-1.02	9 303.7	9 300.0	9 300.0	-0.04	-0.04	1.68	28.89
Junho	10891.9	10860.0	-0.29	9 313.9	9 333.3	9 300.0	0.21	-0.15	1.67	28.97
Julho	10646.9	10621.1	-0.24	9 336.3	9 350.0	9 311.9	0.15	-0.26	1.70	29.77
Agosto	10474.1	10613.1	1.33	9 388.6	9 373.8	9 353.6	-0.16	-0.37	1.72	30.31
Setembro	10559.5	10614.3	0.52	9 447.4	9 450.0	9 440.5	0.03	-0.07	1.69	29.83
Outubro	11014.9	11007.6	-0.07	9 428.3	9 473.9	9 401.1	0.48	-0.29	1.62	28.70
Novembro	11101.0	11155.0	0.49	9 501.3	9 475.0	9 467.5	-0.28	-0.36	1.61	28.62
Dezembro	11604.7	11545.0	-0.51	9 469.2	9 475.0	9 475.0	0.06	0.06	1.55	27.75
2004										
Janeiro	11973.6	11865.0	-0.91	9 483.1	9 475.0	9 475.0	-0.09	-0.09	1.51	27.47
Fevereiro	12026.9	12127.8	0.84	9 508.4	9 477.8	9 477.8	-0.32	-0.32	1.50	28.28
Março	11805.9	12128.3	2.73	9 637.3	9 545.3	9 545.3	-0.95	-0.95	1.52	29.33
Abril	11691.5	11948.9	2.20	9 733.7	9 648.6	9 648.1	-0.87	-0.88	1.54	29.66
Mai	11851.8	11961.9	0.93	9 875.7	9 791.7	9 804.7	-0.85	-0.72	1.52	29.36
Junho	12102.0	12143.2	0.34	9 966.1	9 888.6	9 907.4	-0.78	-0.59	1.49	28.88

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; (apreciação: +; depreciação: -).

TIMOR-LESTE

Caixa

TIMOR-LESTE

Área: 14 600 Km²

Capital: Dili

População: 737 811 hab.

Moeda: USD



O ano de 2003 constituiu mais um passo na consolidação do sistema administrativo e na promoção de um ambiente político estável em Timor-Leste. No entanto, e apesar dos progressos conseguidos na reconstrução da economia, subsistem enormes desafios que se centram no fortalecimento das previsões de crescimento de médio-prazo por forma a permitir reduzir os níveis de pobreza no território (estima-se que o PIB per capita tenha atingido USD 415 em 2003 e que mais de 40% da população esteja abaixo da limiar de pobreza).

Para conseguir fazer face aos desafios, as autoridades têm como objectivo solucionar problemas estruturais graves como a falta de infraestruturas, os baixos níveis de produtividade (especialmente na agricultura), o pouco desenvolvido sistema legal que regulamenta a actividade comercial e as fortes limitações existentes ao nível institucional. Simultaneamente, haverá que utilizar de forma produtiva as crescentes receitas provenientes do petróleo/gás.

A adopção de uma moeda estrangeira como curso legal no território (o USD) trouxe evidentes vantagens no restabelecimento da confiança no sistema financeiro e na redução do risco de instabilidade orçamental (ao impedir o financiamento monetário do défice público), embora, tenha também acarretado limitações à utilização das políticas monetária e cambial. A política orçamental é assim o principal instrumento de que dispõem as autoridades timorenses para a gestão macroeconómica do país, sendo feita através do orçamento do governo central (que se caracteriza pela inexistência de dívida, pela excessiva dependência dos donativos externos e por uma política *ad-hoc* de poupança dos rendimentos do petróleo/gás) e de vários programas de reconstrução e desenvolvimento financiados e elaborados por doadores bilaterais e instituições multilaterais.

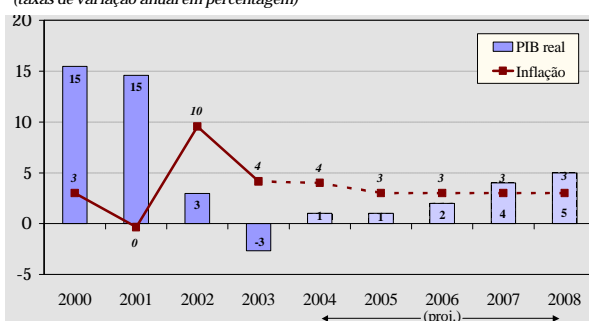
Produto, Preços e Emprego

Estima-se que, ao longo de 2003, a actividade económica em Timor-Leste tenha registado alguma contracção real (cerca de 3%), reflectindo a conjugação do progressivo declínio da presença internacional (traduzida sobretudo na quebra real registada no sector *Comércio, Hotéis e Restaurantes*, avaliada preliminarmente em 13%), da redução evidenciada por alguns programas bilaterais e do impacto do aparecimento tardio das chuvas (expresso numa diminuição real de 4% da produção do sector *Agricultura, Floresta e Pescas*).

Gráfico I

PIB Real e IPC-Dili (2000 - 2008)

(taxas de variação anual em percentagem)



Apesar destas dificuldades, que se revelaram determinantes, algumas actividades, sobretudo em Dili e noutros centros urbanos, demonstraram uma dinâmica apreciável (destacando-se transportes e construções públicas e privadas) principalmente estimulada por despesas do sector público.

As projecções de médio prazo apontam para que 2003 tenha sido o ano mais difícil, prevendo-se que o crescimento real venha progressivamente a retomar, com a recuperação e desenvolvimento do sector agrícola (através do aumento da produtividade na produção de bens alimentares e da expansão de cultivos destinados à comercialização), com a criação de condições propícias ao fomento da iniciativa privada (ao nível das infra-estruturas e do enquadramento legal) e com o fortalecimento das instituições.

Quadro II

Decomposição do PIB (em percentagem)

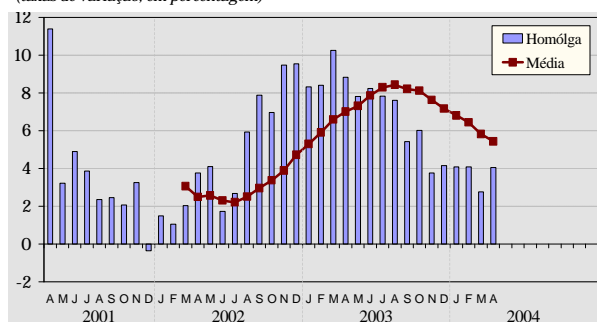
	1999	2000	2001	2002	2003 Est.
Óptica do Produto					
Sector Primário	44	27	27	28	32
Agricultura, silvicultura e pescas	43	26	26	27	30
Indústria extractiva	1	1	1	1	1
Sector Secundário	16	18	18	19	21
Manufacturas	3	3	3	3	3
Electricidade, gás e água	1	1	1	1	1
Construção	12	14	14	15	16
Sector Terciário	40	55	56	53	48
Comércio, Hotéis e Restaurantes	6	8	8	9	9
Transportes e Comunicações	5	7	8	8	8
Serviços financeiros, alugueres	4	7	7	7	7
Administração Pública e Defesa	25	33	32	29	23
Serviços Privados	1	1	1	1	1
PIB	100	100	100	100	100
Óptica da Despesa					
Consumo	113	155	150	148	142
Privado	98	96	93	93	91
Público	15	59	57	55	50
Investimento	21	33	31	29	27
Privado	5	8	8	7	7
Público	16	25	23	22	21
Poupança Interna	-13	-55	-50	-48	-42
Export.-Import.	-34	-88	-81	-77	-69

Ao longo de 2003 assistiu-se à inversão da tendência de subida da inflação que se vinha registando desde meados de 2002, que esteve associada à pressão exercida pelos preços dos bens alimentares no índice (no qual representam mais de 50%), em face das dificuldades sentidas com a escassez das chuvas então verificada.

Gráfico II

IPC-Díli (Abr.2001 - Abr.2004)

(taxas de variação, em percentagem)



O regresso de condições climatéricas normais contribuiu para a atenuação destas pressões sobre os preços, tendo a inflação homóloga registado 4.2% em Dezembro de 2003 (após um máximo no ano de 10.3% em Março). Para o valor apurado no final do ano, contribuíram principalmente as subidas de preço verificadas nas classes *Bens Alimentares* e *Álcool e Tabaco*, as quais no seu conjunto representaram cerca de 86% da evolução homóloga do IPC. Realce-se ainda que o processo de redução da inflação não foi mais pronunciado porque foi conseguido num contexto de enfraquecimento do USD face ao AUD e à IDR (principais originadores das importações).

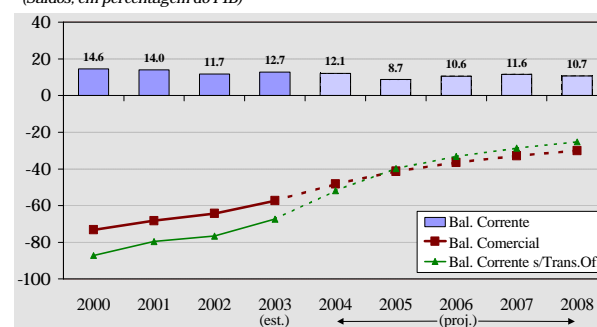
Sector Externo

As contas externas continuam a ser caracterizadas por elevados défices comerciais, financiados sobretudo por transferências oficiais. Com as exportações a manterem-se em valores muito reduzidos, e ainda dominadas pelo café (que registaram em 2003 um montante equivalente a 2/3 do máximo verificado antes de 1999 e sujeitas a um preço internacional bastante baixo), é o comportamento das importações que determina o sentido e a magnitude do saldo comercial. As importações têm vindo a demonstrar alguma redução do seu nível (tendo conduzido sucessivamente à redução do défice comercial em 2001, 2002 e 2003) e a denotar uma alteração na sua composição, com o aumento do peso das destinadas ao sector privado (em detrimento das ligadas à ajuda internacional).

Gráfico III

Balança de Pagamentos (2000 - 2008)

(Saldos, em percentagem do PIB)



A melhoria do saldo comercial reflectiu-se na diminuição do défice externo sem transferências oficiais, que atingiu 67% do PIB no final de 2003 (-9 p.p. que em 2002). Essa evolução positiva acabou por se reflectir no aumento do excedente corrente (de 1 p.p., para 12.7% do PIB em 2003), apesar da redução evidenciada pelas transferências oficiais (-8 p.p.). O aumento da produção de petróleo e gás tem vindo a proporcionar receitas (registadas na conta de rendimentos – *royalties* – e como transferências – receitas de impostos) que vêm registando um crescimento importante, representando no final do ano passado cerca de 9% do PIB.

As estimativas existentes para 2004 apontam para que se mantenham as tendências que têm marcado os últimos anos, embora se projecte uma redução das transferências oficiais superior à diminuição das importações, pelo que a balança corrente externa deverá apresentar uma ligeira redução do seu saldo positivo em relação ao PIB (de 0.6 p.p. para 12.1%).

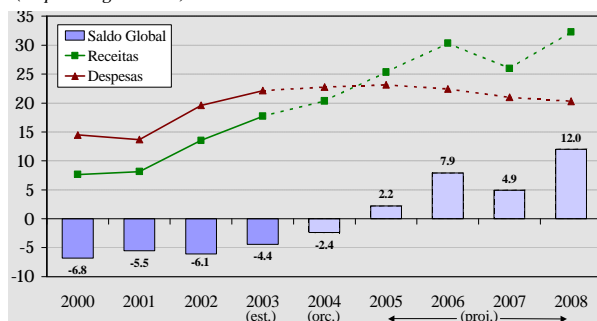
Finanças Públicas

O ano de 2003 foi caracterizado, em termos de contas públicas, pela necessidade de apertar as condições orçamentais, em face (i) da possibilidade das receitas do petróleo/gás ficarem muito abaixo do previsto e (ii) do forte crescimento das despesas nos primeiros 4 meses do ano (sobretudo para compra e manutenção de viaturas, para deslocações internas e externas e para contratação de pessoal). Como forma de tentar minimizar estas pressões, foi decidido cortar a despesa pública total em 1.5 p.p. do PIB e intensificar o controlo da mesma.

Gráfico IV

Finanças Públicas - CFET (Anos Fiscais de 2000 a 2008)

(em percentagem do PIB)

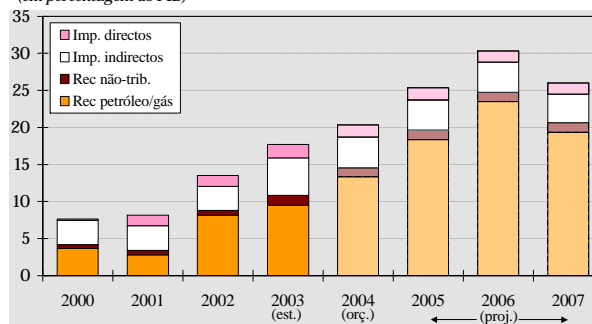


No entanto, a execução orçamental acabou por determinar uma redução do défice global maior que o inicialmente previsto, tendo atingido 4.4% do PIB (face aos orçamentados 5.8%). Se, por um lado, as despesas totais foram efectivamente contidas, por outro, o facto das receitas do Mar de Timor ficarem aquém do previsto, foi quase totalmente compensado com os bons níveis de arrecadação das receitas internas, as quais atingiram um significativo grau de execução (156.3%).

Gráfico V

Receitas Públicas - CFET (Anos Fiscais de 2000 a 2007)

(em percentagem do PIB)



O bom comportamento destas esteve ligado à alteração evidenciada na natureza das importações (em favor das sujeitas a imposto), à melhoria da eficiência da máquina fiscal (com o cumprimento das obrigações fiscais por um maior número de contribuintes e o pagamento de impostos em atraso por parte de contribuintes de grande dimensão) e à adesão voluntária de novos contribuintes ao sistema. Esta evolução foi particularmente acentuada na arrecadação de impostos indirectos e de receitas não fiscais (ambas com grau de execução a rondar os 170%).

Em 2003/04, as despesas totais apresentaram um grau de execução de 93.7%, como resultado de mais um adiamento de algumas despesas de capital (grau de execução de 84.6%), do baixo ritmo de contratação de funcionários públicos (traduzido em encargos com o pessoal de 0.4 p.p. do PIB abaixo do previsto) e da imposta contenção de despesa decidida a meio do ano fiscal.

O montante de donativos foi superior ao esperado em 2.2 p.p. em relação ao peso no PIB, o que permitiu não só financiar o défice orçamental como ainda, e ao contrário do que estava previsto, possibilitou a acumulação de reservas externas.

Quadro III

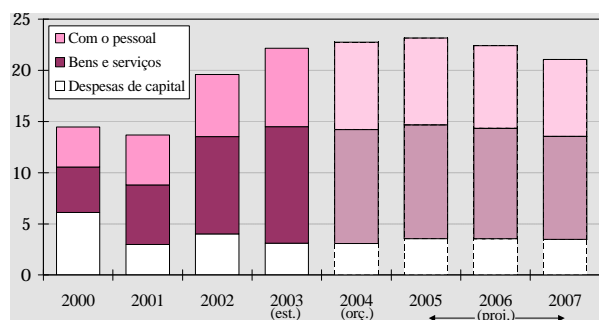
Contas Públicas

(em percentagem do PIB)

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04			2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
			Est.	Orç.	Est.	g.e.	Orç.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
CFET*											
Receitas Totais	7.6	8.1	13.5	17.9	17.7	99.2	20.3	25.3	30.3	26.0	32.3
Receitas Internas	4.0	5.3	5.3	5.3	8.2	156.3	7.0	7.0	6.8	6.7	6.8
Receitas Mar de Timor	3.7	2.8	8.2	12.6	9.5	75.4	13.4	18.4	23.5	19.4	25.5
Despesas Totais	14.5	13.7	19.6	23.6	22.1	93.7	22.8	23.1	22.4	21.1	20.3
Despesas Recorrentes	8.4	10.7	15.6	20.0	19.0	95.4	19.7	19.6	18.9	17.6	16.7
Despesas de Capital	6.1	3.0	4.0	3.7	3.1	84.6	3.1	3.5	3.5	3.5	3.6
Saldo Global	-6.8	-5.5	-6.1	-5.8	-4.4	76.7	-2.4	2.2	7.9	5.0	12.0

* Fundo Consolidado para Timor Leste, da terminologia inglesa.

Gráfico VI

Despesas Públicas - CFET (Anos Fiscais de 2000 a 2007)
(em percentagem do PIB)

O orçamento para 2004/05 aponta para mais uma redução importante no défice global (para 2.4% do PIB), conseguida através do aumento das receitas do petróleo/gás (com as receitas internas a apresentar alguma redução em face do desaparecimento dos efeitos pontuais ocorridos em 2003/04), e com a manutenção das despesas totais a níveis próximos do ano anterior (em relação ao seu peso no PIB), conjugando cortes sobretudo nas despesas em bens e serviços menos essenciais (incluindo gasolina, manutenção de veículos e material de escritório). Esta contenção das despesas pretende fazer face aos riscos existentes de haver alguma sobrevalorização das receitas de petróleo/gás e leva em conta a capacidade limitada dos ministérios em executar os programas de despesa.

Sector Financeiro

A entrada no mercado de um terceiro banco comercial (Mandiri, de capitais indonésios), a atitude mais dinâmica adoptada por outro e o aprofundamento da actividade de microfinança vieram introduzir desenvolvimentos positivos no sector financeiro, com o aumento dos depósitos à ordem e o crescimento do crédito ao sector privado.

Quadro IV

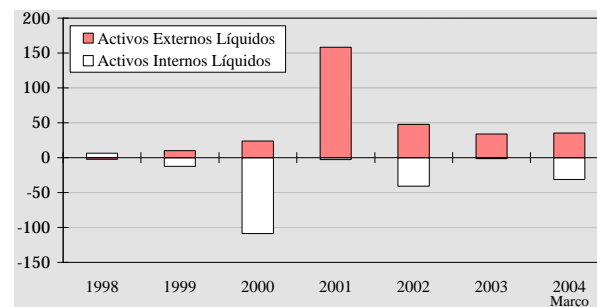
Moeda e Taxas de Juro
(em percentagem do PIB)

	1999 Set.	2000 Dez.	2001 Dez.	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Mar.
Moeda						
Massa Monetária	48.0	6.2	13.2	14.3	21.2	22.9
Circulação	9.0
Depósitos à Ordem	11.0	6.0	7.5	10.3	11.8	13.4
Quase-Moeda	28.0	0.2	5.7	4.1	9.4	9.5
Dep. Poupança		0.0	4.2	2.7	6.6	7.7
Dep. Prazo		0.2	1.5	1.4	2.8	1.8
Crédito Interno Líquido						
Crédito ao Governo (líq)		-5.8	-3.6	-2.2	-3.2	-5.5
Crédito à Economia		-5.9	-3.9	-2.6	-3.9	-6.4
		0.1	0.3	0.4	0.7	0.9

Apesar das limitadas oportunidades de investimento no território, o importante incremento do crédito ao sector privado (que passou de 9.3% da massa monetária em Dezembro de 2002 para 30.6% no final de 2003, chegando já a 43.1% em Março de 2004) foi principalmente destinado aos sectores da construção e do comércio, e conseguido sem comprometer a solidez financeira dos bancos comerciais (cujos créditos malparados não representam mais de 1% dos seus activos).

Ainda assim, mantêm-se as características que têm determinado a actividade bancária no território: a principal aplicação de recursos por parte dos bancos comerciais a operar em Timor-Leste continua a ser em activos externos de curto-prazo e a sua actividade mantém-se sobretudo confinada a Dili.

Gráfico VII

Factores de Variação da Liquidez (1998 - Mar.2004)
(variações em % do stock inicial da massa monetária)

Embora significativo, o crescimento do crédito ao sector privado encontra-se ainda limitado pela existência de um sistema legal pouco desenvolvido que permita a recuperação de créditos. Com o intuito de aumentar o grau de intermediação financeira, as autoridades locais pretendem fortalecer o enquadramento legal do crédito bancário, em simultâneo com a publicação de legislação económica destinada a promover a expansão da actividade comercial (que inclui leis para regular o investimento e a criação de sociedades comerciais).

As autoridades timorenses reiteraram a importância do actual regime monetário e cambial, porquanto tem constituído um mecanismo eficaz para a estabilidade no sistema financeiro, tem contribuído para garantir um baixo nível de inflação, tem induzido o rigor orçamental e está especialmente adaptado à limitada capacidade institucional do país e à falta de reservas externas suficientes para operar um sistema com âncora externa.

Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP

Capítulo III

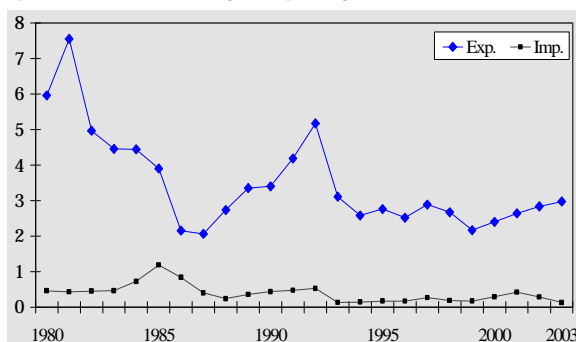
1. RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP

As trocas comerciais entre Portugal e os PALOP, mantiveram em 2003 a tendência recente, com o aumento das exportações portuguesas destinadas àqueles países (+7.4%, atingindo EUR 882.4 milhões) e a redução das importações oriundas dos PALOP (-56.7%, registando EUR 51.8 milhões).

Gráfico I

Comércio com os PALOP

(peso no Comércio Externo Português, em percentagem)

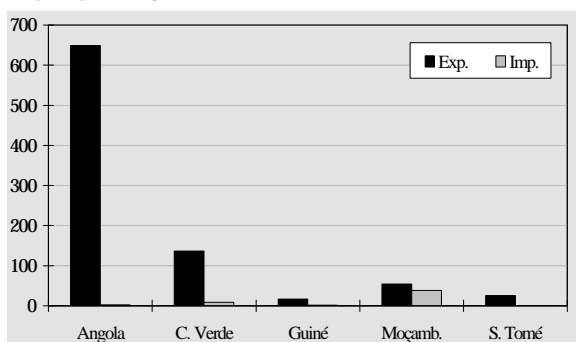


O peso dos fluxos comerciais com os PALOP nos valores globais das exportações e importações portuguesas continua bastante discreto, representando no final do ano 2.97% e 0.13%, respectivamente.

Gráfico II

Comércio com os PALOP

(Exp. e Imp. de Portugal em 2003, em milhões de EUR)



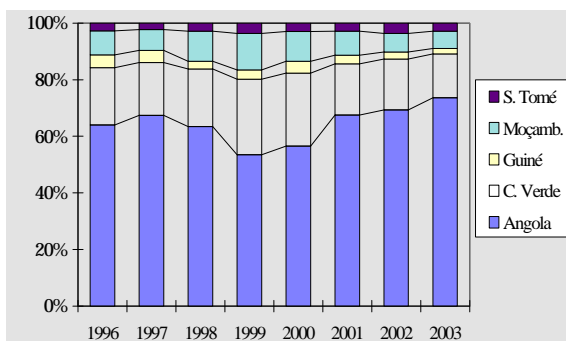
O saldo da balança comercial de Portugal com os PALOP voltou a evidenciar um aumento em 2003 (+18.3% que no ano anterior), atingindo um valor excedentário de EUR 830.5 milhões. O significativo

crescimento das exportações e a quebra das importações redundaram numa subida da taxa de cobertura global, que chegou aos 1702% (de 686% no ano anterior).

Gráfico III

Comércio com os PALOP

(Destino das exportações de Portugal)

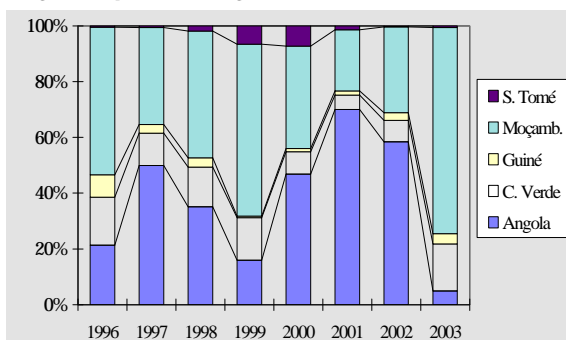


A subida das exportações deveu-se ao aumento dos produtos enviados para Angola (EUR 79.6 milhões, +14% que em 2002) e para Moçambique (EUR 0.2 milhões, +0.4%). Em relação aos restantes PALOP verificaram-se evoluções negativas, com Cabo Verde a registar menos EUR 11.5 milhões (-7.7%), S. Tomé a denotar uma quebra de EUR 4.3 milhões (-14.6%) e a Guiné-Bissau a evidenciar uma redução de EUR 3.7 milhões (-17.8%).

Gráfico IV

Comércio com os PALOP

(Origem das importações de Portugal)



As importações denotaram em 2003 a continuação da tendência de redução iniciada em 2001, repercutindo sobretudo as quebras em Angola (EUR 67.4 milhões, correspondente a -96.4%).

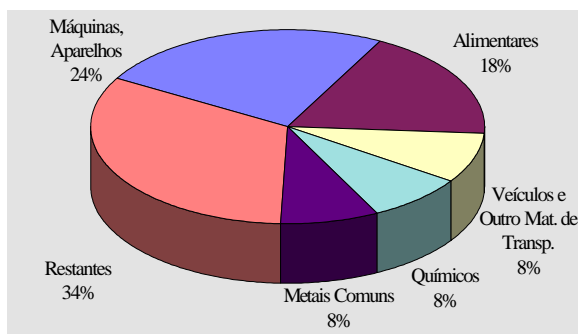
Em termos relativos, Angola continua a ser o principal destino das exportações

portuguesas para os PALOP, passando Moçambique a ser o maior originador das importações daquele conjunto de países (ambos representando 74% do total).

Gráfico V

Exportações para os PALOP em 2003

(por Grupos de Produtos)

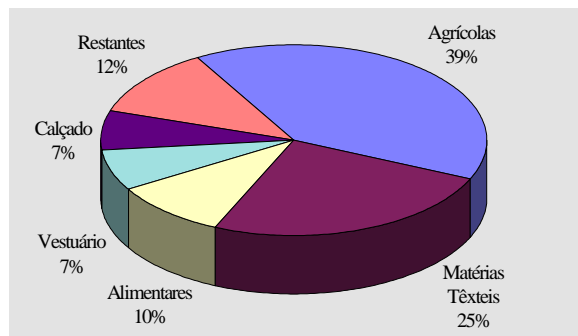


Os principais grupos de produtos que constituíram as exportações efectuadas por Portugal para os PALOP em 2003 foram novamente as Máquinas e Aparelhos e Alimentos, com parcelas que representam, respectivamente, 24.3% e 18.3 % do total. Mantém-se elevado o grau de concentração das exportações, com os dois principais grupos de produtos a representarem mais de 35% em todos os países, chegando a valores de 47% no caso de Moçambique.

Gráfico VI

Importações dos PALOP em 2003

(por Grupos de Produtos)



Nas importações provenientes dos PALOP em 2003, os grupos *Agrícolas* e *Matérias Têxteis* foram os mais significativos, representando 65% do total. Com a quebra das importações de *Combustíveis Minerais* de Angola, Moçambique passou a ser a principal origem de produtos oriundos do exterior nas suas classes mais importantes

(91% dos produtos *Agrícolas* e 90% das *Matérias Têxteis*).

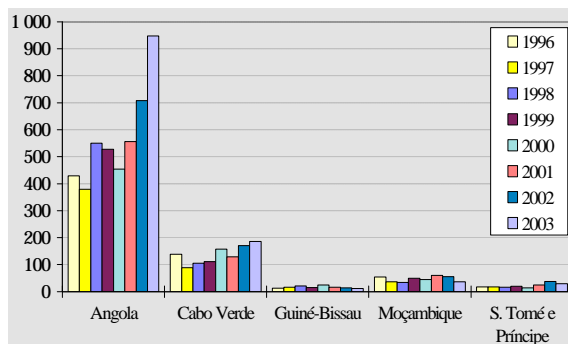
O resultado global das balanças de pagamentos bilaterais foi favorável a Portugal em EUR 1 460 milhões, no ano em análise, conjugando excedentes nas balanças corrente (EUR 1 210.4 milhões) e financeira (EUR 257.3 milhões) com o défice da balança de capital (EUR 7.8 milhões).

O resultado da balança de pagamentos agregada com cada um dos países foi favorável a Portugal em 2003, sendo mais expressiva nos casos de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Os resultados da balança corrente foram determinantes para a maioria dos países (evidenciando-se a rubrica *Mercadorias*), com excepção de Moçambique.

Gráfico VII

Balanças Correntes com os PALOP

(saldos em milhões de EUR)



As balanças de capital continuam a apresentar valores muito pouco significativos, quer em termos agregados quer em relação a cada um dos países. Em termos globais, mantém-se o seu cariz deficitário, com Angola a representar 46% do total.

O relativamente importante saldo global positivo registado na balança financeira agregada em 2003 decorreu sobretudo do elevado valor de *Investimento de Carteira* de Moçambique (EUR 396 milhões), ainda que mitigado pelas saídas de EUR 109.7 milhões e EUR 37.1 milhões referentes a *Outro Investimento*, em Angola e Moçambique, respectivamente.

RELAÇÕES COMERCIAIS E BAL. DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 1
PORTUGAL/PALOP: Importação e Exportação de Mercadorias (óptica de Portugal)

(em milhões de EUR, preços correntes)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		PALOP	
	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X
1975	15.4	8.7	0.1	2.8	0.7	1.6	7.4	6.3	0.5	0.8	24.1	20.2
	6.3	4.4	0.1	2.6	0.7	1.8	7.4	4.1	0.4	0.6	15.0	13.5
	4.6	12.1	0.2	2.9	1.4	2.0	4.2	6.9	0.4	1.1	10.8	25.1
	1.6	14.5	0.2	3.5	0.8	2.3	4.5	7.6	0.5	1.9	7.6	29.8
	3.9	29.3	0.2	5.0	1.0	3.7	10.1	5.6	0.8	1.4	16.0	45.0
1980	3.8	44.4	0.4	8.1	0.8	4.0	5.5	9.3	0.4	3.2	10.9	68.9
	4.7	69.0	1.1	9.0	0.9	4.5	5.6	10.4	0.6	3.9	13.0	96.8
	9.0	33.6	0.2	9.3	1.4	10.6	5.9	26.8	0.4	1.7	16.9	82.1
	7.5	55.2	0.2	14.7	3.2	7.0	8.6	35.0	0.9	1.3	20.5	113.1
	27.7	113.3	0.7	13.4	5.3	9.9	7.4	29.5	1.0	2.3	42.0	168.5
1985	69.8	133.3	1.2	23.4	1.6	9.5	5.1	18.7	0.8	4.2	78.7	189.1
	55.8	68.8	1.0	23.3	1.3	5.9	1.9	15.3	0.3	2.9	60.4	116.2
	28.0	72.9	2.5	26.6	1.9	9.4	6.8	22.4	0.2	3.8	39.4	135.0
	22.4	147.9	1.2	26.8	1.3	13.1	5.1	23.5	0.4	4.4	30.5	215.9
	40.6	251.5	1.6	28.3	1.8	20.5	9.0	29.7	0.3	7.0	53.3	337.0
1990	62.5	291.9	1.7	36.7	2.3	29.4	11.0	30.6	0.2	7.7	77.6	396.2
	72.1	394.4	2.2	37.2	3.3	24.4	12.3	27.7	0.2	7.9	90.1	491.5
	78.1	551.6	1.9	38.6	3.2	17.7	23.7	22.8	0.3	8.3	107.2	639.0
	4.8	277.8	1.4	47.2	3.3	18.2	15.7	29.9	0.2	10.4	25.4	383.5
	4.7	242.3	2.6	69.4	4.1	25.5	20.7	35.8	0.1	10.5	32.3	383.5
1995	9.8	259.5	5.5	89.5	4.9	22.7	22.6	36.8	0.2	12.9	43.0	421.3
	9.7	304.8	7.8	96.6	3.7	21.5	24.0	40.3	0.2	12.9	45.4	476.2
	39.3	393.6	9.1	109.3	2.4	24.6	27.4	43.4	0.5	13.2	78.7	584.2
	21.9	368.3	9.0	118.0	2.0	15.6	28.5	61.5	1.1	16.9	62.5	580.4
	10.1	276.7	9.7	138.3	0.4	17.0	39.3	66.7	4.2	18.7	63.7	517.4
2000	57.7	371.0	9.8	169.6	1.5	27.7	45.2	69.1	8.9	19.3	123.0	656.8
	127.0	503.6	9.5	134.6	2.7	22.8	39.7	63.1	2.6	21.3	181.5	745.4
	69.9	569.6	9.3	148.2	3.3	20.7	36.8	53.9	0.5	29.6	119.8	821.9
2003	2.5	649.2	8.8	136.7	1.9	17.0	38.4	54.1	0.3	25.3	51.8	882.4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

RELAÇÕES COMERCIAIS E BAL. DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 2
PORTUGAL/PALOP: Peso do Comércio com os PALOP no Comércio Português

(em percentagem)

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		PALOP	
	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X
1975	3.10	3.53	0.02	1.14	0.15	0.65	1.49	2.56	0.10	0.32	4.86	8.20
	0.96	1.60	0.02	0.93	0.11	0.66	1.14	1.49	0.06	0.22	2.29	4.90
	0.48	3.13	0.02	0.76	0.15	0.53	0.44	1.77	0.05	0.28	1.14	6.47
	0.14	2.72	0.02	0.67	0.07	0.44	0.39	1.43	0.04	0.35	0.66	5.62
	0.23	3.34	0.01	0.57	0.06	0.42	0.61	0.64	0.05	0.16	0.96	5.13
1980	0.16	3.84	0.02	0.70	0.04	0.34	0.23	0.80	0.02	0.27	0.46	5.96
	0.15	5.39	0.04	0.70	0.03	0.35	0.19	0.81	0.02	0.31	0.43	7.55
	0.24	2.03	0.01	0.56	0.04	0.64	0.16	1.62	0.01	0.10	0.45	4.96
	0.17	2.17	0.01	0.58	0.07	0.27	0.19	1.38	0.02	0.05	0.46	4.46
	0.48	2.99	0.01	0.35	0.09	0.26	0.13	0.78	0.02	0.06	0.73	4.44
1985	1.06	2.75	0.02	0.48	0.02	0.20	0.08	0.39	0.01	0.09	1.19	3.90
	0.78	1.27	0.01	0.43	0.02	0.11	0.03	0.28	0.00	0.05	0.84	2.15
	0.29	1.11	0.03	0.41	0.02	0.14	0.07	0.34	0.00	0.06	0.40	2.06
	0.18	1.87	0.01	0.34	0.01	0.17	0.04	0.30	0.00	0.06	0.24	2.74
	0.27	2.50	0.01	0.28	0.01	0.20	0.06	0.30	0.00	0.07	0.36	3.35
1990	0.35	2.51	0.01	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.07	0.43	3.40
	0.38	3.36	0.01	0.32	0.02	0.21	0.06	0.24	0.00	0.07	0.47	4.19
	0.38	4.47	0.01	0.31	0.02	0.14	0.12	0.18	0.00	0.07	0.53	5.18
	0.02	2.25	0.01	0.38	0.02	0.15	0.08	0.24	0.00	0.08	0.13	3.11
	0.02	1.63	0.01	0.47	0.02	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07	0.14	2.58
1995	0.04	1.70	0.02	0.59	0.02	0.15	0.09	0.24	0.00	0.08	0.17	2.76
	0.04	1.61	0.03	0.51	0.01	0.11	0.09	0.21	0.00	0.07	0.17	2.52
	0.13	1.95	0.03	0.54	0.01	0.12	0.09	0.21	0.00	0.07	0.27	2.89
	0.07	1.70	0.03	0.54	0.01	0.07	0.09	0.28	0.01	0.08	0.19	2.67
	0.03	1.16	0.03	0.58	0.00	0.07	0.11	0.28	0.02	0.08	0.17	2.17
2000	0.14	1.36	0.02	0.62	0.00	0.10	0.11	0.25	0.03	0.07	0.29	2.40
	0.29	1.79	0.02	0.48	0.01	0.08	0.09	0.22	0.01	0.08	0.42	2.64
	0.17	1.96	0.02	0.51	0.01	0.07	0.09	0.19	0.00	0.10	0.29	2.83
2003	0.01	2.19	0.02	0.46	0.00	0.06	0.09	0.18	0.00	0.09	0.13	2.97

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal. Cálculos do Banco de Portugal.

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 3

PORTUGAL/PALOP: Comércio Bilateral por Grupos de Produtos (óptica de Portugal)

(em milhões de EUR, preços correntes)

GRUPOS DE PRODUTOS	2001						EXPORTAÇÃO						2003					
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Total
Agrícolas	30.92	10.41	3.20	1.29	1.86	47.68	34.60	12.36	3.29	0.79	2.12	53.17	37.83	11.55	2.63	1.10	1.79	54.90
Alimentares	84.43	20.44	6.25	3.58	5.40	120.09	106.29	20.91	5.15	2.61	5.67	140.64	125.12	23.88	4.21	3.15	5.19	161.54
Combustíveis Minerais	5.34	7.27	0.22	0.52	0.23	13.58	4.47	0.91	0.16	0.34	0.30	6.18	4.63	1.74	0.11	0.56	0.26	7.30
Químicos	51.45	10.63	0.95	6.62	1.88	71.53	50.69	12.28	0.79	4.86	1.98	70.60	52.40	12.80	0.62	4.21	2.34	72.38
Plásticos, Borracha	16.75	6.34	0.58	2.89	1.00	27.56	18.67	6.66	0.70	2.00	1.09	29.12	18.53	6.90	0.46	2.60	1.06	29.54
Peles, Couros	0.70	1.99	0.01	0.26	0.02	2.97	1.18	1.88	0.01	0.12	0.04	3.24	1.60	1.45	0.02	0.12	0.07	3.27
Madeira, Cortiça	4.94	3.06	0.10	1.03	0.18	9.32	5.95	3.72	0.12	0.79	0.11	10.69	6.40	3.68	0.07	0.21	0.17	10.53
Pastas Celulósicas, Papel	29.28	4.29	0.49	2.50	0.36	36.92	26.20	5.07	0.27	3.03	0.41	34.98	24.90	5.21	0.35	6.85	0.39	37.70
Matérias Têxteis	14.49	4.46	0.46	1.27	0.76	21.44	12.99	4.28	0.36	1.11	0.97	19.71	12.26	4.84	0.41	0.54	0.58	18.64
Vestuário	7.81	0.96	0.06	1.23	0.24	10.29	8.24	0.83	0.19	0.97	0.33	10.55	9.32	1.09	0.19	0.82	0.22	11.64
Calçado	6.01	0.41	0.16	1.02	0.16	7.75	7.32	0.52	0.13	1.29	0.14	9.40	6.77	0.75	0.10	0.91	0.16	8.71
Minerais, Minérios	17.53	7.73	0.75	3.95	1.17	31.13	21.17	8.36	0.69	2.75	1.31	34.29	23.12	8.89	1.11	2.44	1.32	36.88
Metais Comuns	41.33	11.65	1.47	5.24	1.76	61.44	53.52	13.44	1.75	3.96	1.84	74.51	48.95	13.32	1.17	5.26	1.90	70.59
Máquinas, Aparelhos	104.79	28.61	3.35	23.86	3.31	163.92	118.66	31.37	3.27	21.09	9.71	184.12	163.55	24.08	2.44	18.62	6.03	214.72
Veículos e Outro Mat. de Transp.	30.00	9.14	3.42	0.97	1.60	45.13	46.03	17.26	2.53	1.41	2.01	69.24	59.63	8.39	1.83	1.24	2.57	73.66
Aparelhos de Óptica e Precisão	15.50	1.92	0.10	2.44	0.27	20.22	11.75	1.57	0.14	1.42	0.71	15.60	11.95	1.73	0.15	1.25	0.36	15.44
Outros Produtos	42.33	5.31	1.22	4.48	1.08	54.41	41.81	6.78	1.11	5.32	0.89	55.91	42.22	6.43	1.11	4.23	0.93	54.92
Total	503.60	134.63	22.78	63.14	21.26	745.41	569.56	148.20	20.66	53.88	29.64	821.94	649.19	136.74	16.98	54.12	25.32	882.36

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

GRUPOS DE PRODUTOS	2001						IMPORTAÇÃO						2003					
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Total
Agrícolas	0.71	0.15	0.19	23.15	2.50	26.71	0.40	0.03	0.13	21.44	0.35	22.35	0.52	0.96	0.21	18.89	0.12	20.70
Alimentares		0.00	0.01			0.01		0.06	0.00	3.95	0.00	4.01	0.05	0.09	0.00	4.83	0.04	5.02
Combustíveis Minerais	124.82					124.82	67.71					67.71	0.00					0.00
Químicos	0.00	0.03		0.01	0.00	0.05	0.02	0.00	0.03	0.01	0.09	0.16	0.00	0.00		0.01	0.00	0.02
Plásticos, Borracha	0.05	0.02	0.00	0.07		0.13	0.06	0.04	0.00	0.03		0.13	0.01	0.00	0.00	0.02		0.04
Peles, Couros	0.01	0.07		0.07		0.15	0.03	0.06		0.16	0.00	0.24	0.01	0.24		0.20		0.45
Madeira, Cortiça	1.00	0.00	1.04	0.51	0.00	2.56	0.90	0.00	0.53	0.84		2.26	0.17		0.33	0.53		1.03
Pastas Celulósicas, Papel	0.01	0.01	0.00	0.00		0.02	0.02	0.01	0.00		0.00	0.03	0.01	0.02		0.00		0.03
Matérias Têxteis	0.01	0.10	1.45	13.49		15.05	0.01	0.10	2.58	8.36	0.00	11.04	0.00	0.00	1.25	11.77	0.03	13.05
Vestuário	0.01	3.63	0.00	0.00	0.00	3.64	0.01	4.19		0.00	0.00	4.20	0.00	3.55	0.00			3.55
Calçado	0.00	4.71		0.27		4.98		4.10		0.01		4.11		3.45				3.45
Minerais, Minérios	0.22	0.00		0.17		0.40	0.52	0.00	0.00	0.03		0.55	0.35	0.00		0.09		0.44
Metais Comuns	0.02	0.03	0.00	0.64	0.00	0.69	0.04	0.08	0.00	0.19	0.00	0.31	0.01	0.12		0.05	0.01	0.19
Máquinas, Aparelhos	0.09	0.61	0.01	0.16	0.01	0.88	0.06	0.44	0.01	0.09	0.00	0.60	0.14	0.22	0.04	0.16	0.02	0.57
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0.08	0.05	0.02	0.04	0.04	0.23	0.13	0.13	0.05	0.13	0.02	0.46	1.23	0.04	0.05	0.05	0.07	1.45
Aparelhos de Óptica e Precisão	0.01	0.02	0.01	0.06		0.10	0.04	0.02	0.00	0.01	0.00	0.06	0.02	0.06	0.00	0.01	0.00	0.10
Outros Produtos	0.01	0.03		1.09	0.00	1.13	0.00	0.02	0.00	1.57	0.00	1.60	0.01	0.01	0.00	1.74		1.75
Total	127.05	9.46	2.73	39.75	2.56	181.54	69.94	9.28	3.33	36.83	0.47	119.85	2.53	8.76	1.90	38.35	0.30	51.84

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP - Quadro 4
Balanças de Pagamentos com os PALOP (óptica de Portugal)
(em milhões de EUR)

		Balança Corrente					Balança de Capital	Balança Financeira				Balança agregada
		Mercadorias	Serviços	Rendimentos	Transf. Correntes	Total		Investimento Directo	Investimento de Carteira	Outro Investimento	Total	
Angola	1996	305.4	69.8	0.1	3.8	379.0	-0.2	-9.8	0.2	63.5	53.9	432.7
	1997	368.6	136.0	34.2	10.9	549.7	-1.4	-21.3	0.2	-114.1	-135.2	413.1
	1998	359.0	129.8	26.1	13.0	527.9	0.3	-24.6	0.1	13.1	-11.4	516.8
	1999	274.7	106.8	39.0	8.2	428.8	0.1	-91.8	0.0	13.7	-78.1	350.8
	2000	326.1	111.6	17.6	-1.0	454.3	-0.8	-118.9	-54.9	11.9	-161.9	291.6
	2001	397.2	142.6	24.7	-8.3	556.1	-1.8	-46.8	11.3	79.5	44.0	598.3
	2002	513.1	177.0	18.3	-0.8	707.5	-1.1	-58.6	8.0	75.9	25.3	731.7
	2003	688.6	240.7	19.8	-1.6	947.6	-3.6	-27.3	-4.2	-109.7	-141.2	802.8
Cabo Verde	1996	91.5	4.4	0.3	-7.6	88.6	-0.1	-0.7		1.2	0.5	89.1
	1997	103.3	8.3	2.6	-8.6	105.6	-0.1	-12.0		-2.5	-14.5	91.0
	1998	112.2	6.2	1.5	-8.3	111.6	0.0	-5.5		-10.0	-15.5	96.1
	1999	132.5	12.7	3.3	-10.0	138.6	-0.2	-36.4		58.7	22.3	160.7
	2000	164.6	12.4	2.8	-22.3	157.4	-0.6	-11.3	-10.6	-41.2	-63.0	93.8
	2001	128.3	11.7	9.1	-20.3	128.8	-0.6	-9.7	1.1	-12.3	-20.8	107.3
	2002	142.7	49.9	2.6	-24.4	170.8	-0.5	-9.3	-1.2	22.2	11.7	182.0
	2003	135.7	39.7	31.1	-20.1	186.4	-0.7	-5.2	-0.6	7.8	2.1	187.7
Guiné-Bissau	1996	18.6	-1.7	-0.3	0.1	16.7	0.0	-0.3	0.0	12.6	12.3	29.0
	1997	23.1	-1.3	-0.6	-0.1	21.1	0.0	-8.9	0.0	-14.5	-23.3	-2.2
	1998	14.2	0.9	0.1	0.3	15.5	-0.1	-1.1		2.6	1.5	16.9
	1999	17.1	-1.9	-2.9	0.2	12.5	0.0	2.4		-5.7	-3.2	9.2
	2000	27.2	0.3	-1.4	-1.0	25.1	-1.0	-1.4	-0.1	14.5	13.0	37.2
	2001	20.5	0.3	0.1	-4.3	16.7	-0.1	-1.0	1.2	4.0	4.2	20.9
	2002	18.0	2.5	0.2	-6.9	13.9	0.0	-0.1	0.0	-7.9	-7.9	6.0
	2003	16.2	0.5	0.2	-5.8	11.1	-1.6	0.0	0.1	11.0	11.1	20.6
Moçambique	1996	18.6	6.4	10.2	1.7	36.9	-0.9	-16.0	0.1	-10.2	-26.0	10.0
	1997	17.6	1.0	12.4	2.6	33.6	-0.7	-18.4	1.8	-2.6	-19.2	13.7
	1998	35.7	-4.4	16.9	1.5	49.7	-0.4	-19.5	0.1	6.2	-13.3	36.0
	1999	30.6	13.9	18.1	-7.9	54.7	-0.3	-20.1	-0.1	-15.7	-35.9	18.4
	2000	27.5	12.1	5.6	0.1	45.3	-2.6	-73.9	-12.8	-12.1	-98.7	-56.0
	2001	24.6	17.8	23.4	-4.8	60.9	-3.0	-50.0	-0.1	-73.8	-123.9	-65.9
	2002	14.2	27.8	14.5	-1.2	55.4	-3.2	-11.8	8.7	141.7	138.6	190.8
	2003	15.4	13.7	9.9	-2.8	36.2	-1.8	32.9	396.0	-37.1	391.8	426.2
S. Tomé e Príncipe	1996	13.1	3.3	0.8	0.2	17.4	0.0	-0.9	0.0	0.2	-0.6	16.8
	1997	13.3	1.9	0.6	0.1	15.9	0.0	-0.9	0.0	-0.1	-1.0	14.8
	1998	16.5	2.6	0.4	0.1	19.6	0.0	-0.7	0.0	-0.4	-1.1	18.5
	1999	15.2	2.3	-0.1	-0.1	17.3	0.0	-0.1	0.0	-0.6	-0.7	16.5
	2000	11.2	3.3	-0.1	-0.6	13.8	0.0	-0.8	0.1	0.1	-0.6	13.2
	2001	18.9	4.0	1.5	-0.3	24.0	0.0	-0.4	0.0	3.9	3.6	27.6
	2002	29.7	7.5	0.8	0.4	38.4	-0.2	-1.1	-3.8	1.8	-3.1	35.0
	2003	26.5	1.9	0.5	0.3	29.2	0.0	-1.8	-1.9	-2.9	-6.5	22.7

Fonte: Banco de Portugal.

As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubricas mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INE dos quadros precedentes.

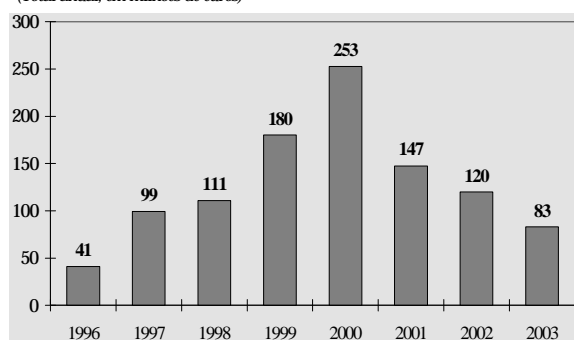
2. INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL

O investimento português nos PALOP atingiu 83.04 milhões de euros em 2003. O fluxo líquido para este grupo de países registou 6.25 milhões de euros, com o montante de desinvestimentos efectuados no mesmo período a registar um crescimento assinalável, chegando a 76.79 milhões de euros.

Gráfico I

Investimento Português nos PALOP

(Total anual, em milhões de euros)

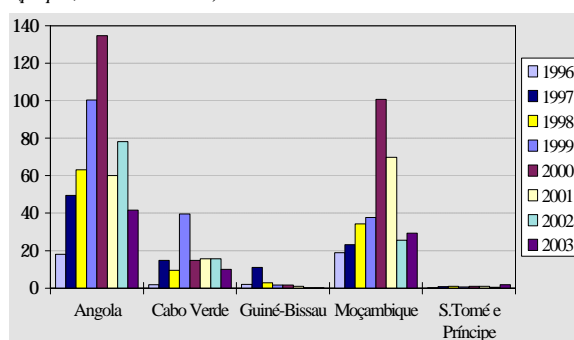


Angola manteve-se como maior receptor do investimento realizado (50.2%, apesar de ter registado uma forte quebra face a 2002 mesmo em termos nominais), seguido de Moçambique (35.4%, denotando alguma subida relativa), de Cabo Verde (12.2%, mostrando algum decréscimo), de S. Tomé e Príncipe (2.2%) e da Guiné-Bissau (0.1%).

Gráfico II

Investimento Português nos PALOP

(por país, em milhões de euros)



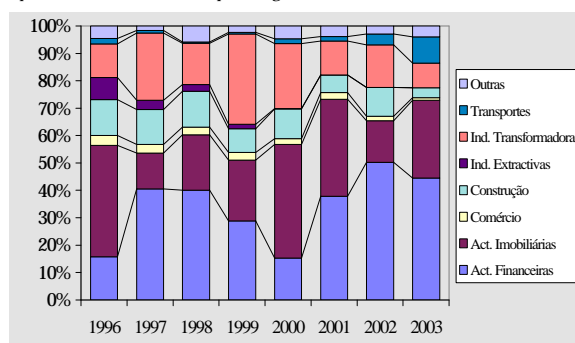
Em termos absolutos, o valor do investimento diminuiu 30.8% relativamente a 2002, como consequência sobretudo da descida em Angola (redução de 46.7%) mas também em Cabo Verde (-35.6%). Tanto Moçambique como S. Tomé e Príncipe viram reforçado o volume de investimento português em 2003.

Em termos sectoriais, os principais receptores do investimento efectuado ao longo do ano passado foram os relacionados com *Actividades Financeiras* (44.5%) e *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (28.4%).

Gráfico III

Investimento Português nos PALOP

(por sectores de actividade, em percentagem)



No conjunto dos PALOP, a diminuição do investimento foi acompanhada pela acentuada subida do desinvestimento, principalmente em resultado do elevado valor registado em Moçambique em relação a *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (responsável por 73.7% do total).

O investimento directo realizado por Portugal em **Angola** em 2003, num montante total de 41.65 milhões de euros (menos 36.46 milhões que no ano anterior), foi sobretudo destinado a *Actividades financeiras* (64.8% do total para Angola), sector igualmente responsável pela maior descida verificada.

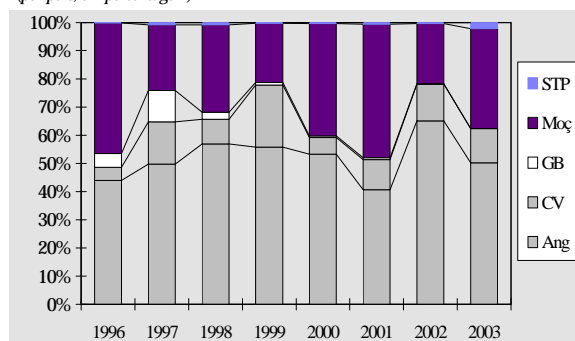
O investimento em **Moçambique** chegou a 29.38 milhões de euros em 2003, correspondendo a um aumento de 3.76 milhões face ao ano anterior. Esta evolução deveu-se, fundamentalmente, à subida do sector *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*.

Para **Cabo Verde** foi canalizado investimento no valor de 10.10 milhões de euros no ano transacto, menos 5.59 milhões que em 2002. A quebra evidenciada esteve sobretudo associada aos sectores *Indústrias transformadoras e Construção*.

Gráfico IV

Investimento Português nos PALOP

(por país, em percentagem)



O investimento português efectuado em **S. Tomé e Príncipe** registou em 2003 o valor mais elevado dos últimos anos, atingindo 1.86 milhões de euros, repercutindo principalmente a subida do valor referente a *Actividades financeiras* (tendo passado a ser a maior área de investimento de Portugal neste país). O investimento na **Guiné-Bissau** manteve em 2003 a sua tendência decrescente, ano no qual apenas registou 0.05 milhões de euros.

O investimento directo dos PALOP em Portugal cresceu 156.6% relativamente a 2002, o que corresponde um aumento de 3.24 milhões de euros, para 5.32 milhões em 2003. O principal investidor em Portugal continua a ser Angola, responsável por 97% do total do investimento oriundo dos PALOP, tendo registado um crescimento de

3.53 milhões de euros em 2003, fixando-se em 5.16 milhões de euros. Este aumento esteve principalmente ligado à subida nas actividades integradas no *Sector não identificado e particulares*.

Bancos Portugueses Representados nos PALOP
(Situação em Julho de 2004)

País/Banco	Forma da Representação
ANGOLA	
Banco BPI	Banco de Fomento (Angola)
Banco Com. Português	Sucursal em Luanda
	Banco Africano de Investimento
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola, SARL
Banco Totta & Açores	Banco Totta de Angola
CABO VERDE	
Banco Totta & Açores	Banco Totta de Cabo Verde
Caixa Geral de Depósitos	Banco Interatlântico
	Banco Comercial do Atlântico
Montepio Geral	Caixa Económica de Cabo Verde
GUINÉ-BISSAU	
Montepio Geral	Banco da África Ocidental
MOÇAMBIQUE	
Banco BPI	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Internacional de Moçambique
	BIM – Investimento
	Novo Banco
Banco EFISA	Escritório em Maputo
Caixa Geral de Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Montepio Geral	Banco de Desenv. e Comércio de Moç.
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	
Caixa Geral de Depósitos	Banco Internac. de S. Tomé e Príncipe
TIMOR-LESTE	
Caixa Geral de Depósitos	Sucursal em Dili

INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL - Quadro 1
Investimento Directo de Portugal nos PALOP

(por sectores de actividade, em milhões de euros)

	1999		2000		2001		2002		2003		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Actividades financeiras	40.38	1.14	27.53	0.72	43.73	1.79	52.59	0.90	26.97	0.19
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.77	1.51	38.36	2.58	5.49	3.06	4.66	2.59	2.12	1.77
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura							0.08			
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	3.65	0.55	2.36	0.32	1.87	2.82	1.93	5.21	0.75	2.08
	Construção	11.13	1.96	15.34	9.94	1.88	2.28	5.53	1.85	1.38	0.41
	Educação	0.10						0.11		0.00	
	Indústrias extractivas	2.94	2.27	0.14	0.09	0.01				0.01	
	Indústrias transformadoras	41.06	0.41	50.81	0.97	6.22	0.97	11.72	3.45	5.12	0.66
	Pesca	0.16								0.01	
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações							0.75	0.16	0.05	
	Sector não ident. e particulares	0.13	0.45	0.02	0.01	0.65	0.98	0.72	4.17	5.05	4.19
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.01		0.04		0.11	0.03	0.02		0.20	
<i>Total</i>	<i>100.35</i>	<i>8.31</i>	<i>134.60</i>	<i>14.64</i>	<i>59.97</i>	<i>11.92</i>	<i>78.11</i>	<i>18.33</i>	<i>41.65</i>	<i>9.31</i>	
Cabo Verde	Actividades financeiras	5.05	0.84	3.55	0.23	0.81	0.29	0.72	1.02	0.78	0.30
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	30.09	0.08	6.11	1.94	7.94	2.95	6.14	2.82	6.17	2.48
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração					0.14					
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.12	0.04	0.04		0.26		0.02			
	Construção	1.17	0.17	3.03	0.39	2.86	1.03	2.33	0.97	0.10	0.17
	Educação			0.04							
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras	2.30	1.97	1.50	1.01	3.29	1.33	4.42	1.28	1.53	1.22
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água	0.00									
	Saúde e acção social	0.25				0.11		0.01		0.03	
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.53	0.06		0.00	0.00	0.10	0.00	0.08	0.00	0.08
	Sector não ident. e particulares	0.09		0.58		0.10	0.10	1.96	0.12	1.43	0.70
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.02		0.01		0.18		0.09		0.05	
<i>Total</i>	<i>39.62</i>	<i>3.17</i>	<i>14.87</i>	<i>3.57</i>	<i>15.70</i>	<i>5.79</i>	<i>15.69</i>	<i>6.30</i>	<i>10.10</i>	<i>4.95</i>	
Guiné-Bissau	Actividades financeiras	0.02	0.91		0.05	0.01		0.00		0.00	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.01	0.94	0.01		0.03	0.04				
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.99	0.76					0.03			
	Construção										
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras	0.71	0.72	0.01	0.00	0.00	0.01	0.01	0.00	0.00	0.00
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações		0.82	0.80		0.50				0.00	0.00
	Sector não ident. e particulares			0.80	0.19	0.40		0.00		0.00	0.00
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais					0.06		0.02		0.04	
<i>Total</i>	<i>1.73</i>	<i>4.15</i>	<i>1.62</i>	<i>0.24</i>	<i>1.00</i>	<i>0.04</i>	<i>0.06</i>	<i>0.00</i>	<i>0.05</i>	<i>0.00</i>	
Moçambique	Actividades financeiras	6.57	0.37	7.60	0.21	11.12	0.44	6.97	0.33	8.30	1.24
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	9.04	2.90	59.64	20.42	38.58	5.00	7.23	6.38	15.08	56.60
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0.75	0.09	0.11		0.05		0.02			
	Alojamento e restauração	0.06		2.29	0.02	3.46	0.78	1.92	0.65	1.66	1.09
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.23	3.45	2.87	1.14	1.43	0.57	0.03	0.46		0.47
	Construção	3.16	0.63	9.21	2.73	4.55	3.79	4.70	2.89	1.50	1.50
	Educação	0.16	0.08							0.17	
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras	15.38	8.52	7.79	0.50	8.78	7.97	2.54	0.60	0.82	0.39
	Pesca			1.17		0.54				0.51	
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social	0.08		0.01				0.04			
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.77	1.46	6.72	0.92	0.06	1.43		1.35		0.01
	Sector não ident. e particulares	0.72	0.02	2.88	0.50	1.13	0.08	2.08	0.91	1.21	1.06
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.85	0.00	0.35	0.06	0.13	0.19	0.10	0.30	0.13	0.05
<i>Total</i>	<i>37.75</i>	<i>17.54</i>	<i>100.65</i>	<i>26.51</i>	<i>69.83</i>	<i>20.26</i>	<i>25.62</i>	<i>13.87</i>	<i>29.38</i>	<i>62.42</i>	
S. Tomé e Príncipe	Actividades financeiras		0.10		0.07	0.08		0.07		0.92	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.07	0.30	0.56	0.11	0.31	0.03	0.12		0.17	
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.04	0.03								
	Construção			0.10		0.19				0.03	
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras										
	Pesca	0.06	0.04								
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações	0.40		0.28		0.33		0.27		0.28	
	Sector não ident. e particulares	0.02		0.00				0.01	0.04	0.32	0.10
	Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.02		0.02		0.09		0.03		0.14	
<i>Total</i>	<i>0.60</i>	<i>0.48</i>	<i>0.96</i>	<i>0.19</i>	<i>1.00</i>	<i>0.03</i>	<i>0.50</i>	<i>0.04</i>	<i>1.86</i>	<i>0.10</i>	
Total PALOP	180.04	33.65	252.69	45.15	147.49	38.04	119.98	38.55	83.04	76.79	

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL - Quadro 2

Investimento Directo dos PALOP em Portugal

(por sectores de actividade, em milhões de euros)

	1999		2000		2001		2002		2003		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Actividades financeiras	0.39		0.26		0.31		0.34		0.15	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.04		0.42		0.30		0.23	0.10	0.19	
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.03	0.39	0.06	0.11	0.07	0.13	0.04	0.03	0.12	0.07
	Construção	0.09		0.14		0.21				0.02	0.05
	Educação										
	Indústrias extractivas	0.02	0.00		0.00		0.00				0.00
	Indústrias transformadoras										
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações										
	Sector não ident. e particulares	0.16	0.10	0.34	0.03	0.54	0.03	1.00	0.29	4.68	
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais		0.01					0.03				
<i>Total</i>	<i>0.73</i>	<i>0.50</i>	<i>1.22</i>	<i>0.13</i>	<i>1.44</i>	<i>0.16</i>	<i>1.63</i>	<i>0.42</i>	<i>5.16</i>	<i>0.13</i>	
Cabo Verde	Actividades financeiras			0.12	0.02	0.09	0.01	0.09			
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas										
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.03									
	Construção										
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras										
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações										
	Sector não ident. e particulares		0.02	0.16		0.01		0.01	0.01	0.05	0.06
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais											
<i>Total</i>	<i>0.03</i>	<i>0.02</i>	<i>0.27</i>	<i>0.02</i>	<i>0.10</i>	<i>0.01</i>	<i>0.10</i>	<i>0.01</i>	<i>0.05</i>	<i>0.06</i>	
Guiné-Bissau	Actividades financeiras										
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas										
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.										
	Construção										
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras										
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações										
	Sector não ident. e particulares									0.02	
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais											
<i>Total</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.02</i>	<i>0.00</i>	
Moçambique	Actividades financeiras	0.12		0.04						0.07	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas		0.01	0.22	0.03	0.03	0.33	0.30			
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.										
	Construção	0.01				0.03	0.17		0.30		0.23
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras										
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações			0.02							
	Sector não ident. e particulares		0.00	0.03	0.01	0.09	0.08	0.05	0.11	0.02	
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais										0.01	
<i>Total</i>	<i>0.12</i>	<i>0.01</i>	<i>0.30</i>	<i>0.05</i>	<i>0.14</i>	<i>0.57</i>	<i>0.35</i>	<i>0.41</i>	<i>0.09</i>	<i>0.24</i>	
S. Tomé e Príncipe	Actividades financeiras										
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas										
	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura										
	Alojamento e restauração										
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.			0.01							
	Construção			0.15							
	Educação										
	Indústrias extractivas										
	Indústrias transformadoras										
	Pesca										
	Produção e distribuição de electricidade,gás e água										
	Saúde e acção social										
	Transportes, armazenagem e comunicações										
	Sector não ident. e particulares		0.60	0.44	0.60				0.60		
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais											
<i>Total</i>	<i>0.00</i>	<i>0.60</i>	<i>0.60</i>	<i>0.60</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.60</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	
Total PALOP	0.89	1.14	2.39	0.81	1.68	0.74	2.08	1.43	5.32	0.43	

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

3. DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

A dívida oficial dos PALOP a Portugal - dívida **directa** ao Estado e por este **garantida** - totalizava 1 277 milhões de USD em 31 de Dezembro de 2003, excluindo a dívida da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, no montante de 2 717 milhões de USD.

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal

(em 31-12-2003)

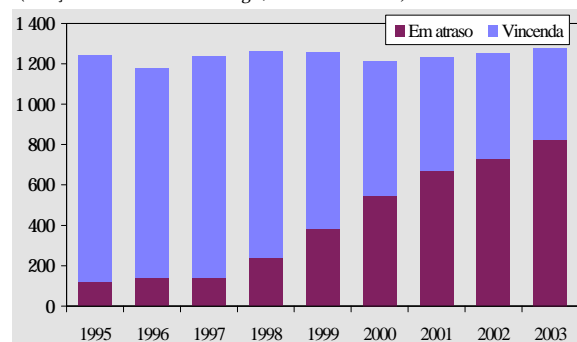
	Milhões USD	%
Angola	850	66.6
Moçambique	231	18.1
Guiné-Bissau	103	8.1
Cabo Verde	62	4.8
S. Tomé e Príncipe	31	2.4

Em relação aos valores do final do ano anterior, esta dívida aumentou 24 milhões de USD. Este crescimento decorre sobretudo da dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (com um crescimento de 19 milhões de USD), tendo a dívida directa ao Estado registado uma pequena subida (5 milhões de USD).

Gráfico I

PALOP

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



Em termos agregados, este aumento foi ditado pela permanência e acumulação de atrasos na liquidação de créditos vencidos, cujo valor atingiu os 823 milhões de USD (mais 92 milhões que em 2002). A dívida vincenda registou nova redução, caindo para

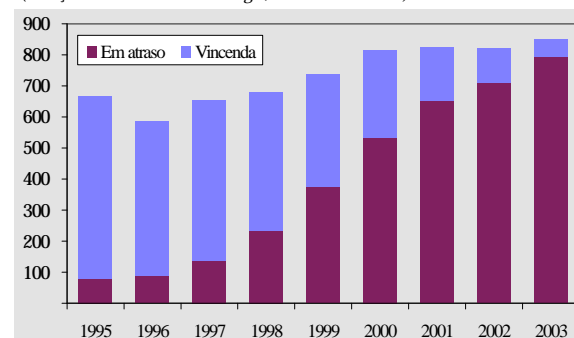
454 milhões de USD (menos 68 milhões que no ano anterior).

A acumulação de dívida global resultou dos aumentos verificados nas dívidas de Angola (27 milhões de USD) e da Guiné-Bissau (20 milhões de USD). As obrigações de Cabo Verde e Moçambique evoluíram em sentido inverso, com reduções de 18 e 4 milhões de USD, respectivamente.

Gráfico II

Angola

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



O aumento da dívida oficial de **Angola** em 2003 resultou principalmente da subida da sua componente garantida (24 milhões de USD), o que constitui uma evolução que não se registava desde 2000, tendo os anos seguintes sido caracterizados pela manutenção ou descida deste tipo de obrigações.

Em termos globais e no final de 2003, a dívida oficial de Angola a Portugal continuava a ser caracterizada por aumentos significativos da dívida em atraso de liquidação (a qual atingiu um acréscimo de 85 milhões de USD em 2003). De referir, no entanto, que, já em 2004, se registaram progressos significativos na concretização do acordo negocial assinado pelos dois Governos em finais de 2002, o que certamente permitirá um decréscimo assinalável dos montantes em dívida no final do corrente ano.

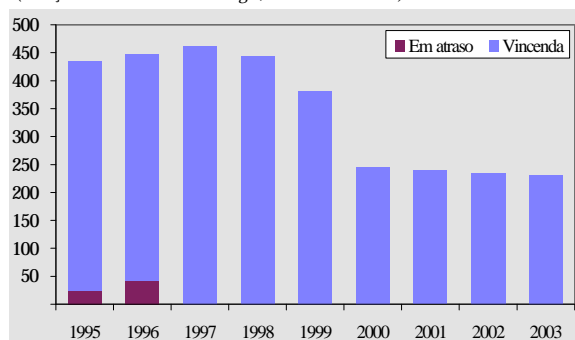
A dívida oficial de **Moçambique** a Portugal continuou a tendência descendente iniciada em 1998, fruto dos diversos

reescalamentos e do alívio de dívida concedido ao abrigo da HIPC, tendo registado uma redução de 4 milhões de USD em 2003, o que representa cerca de 1.6% do seu valor no final do ano anterior. Esta diminuição resulta de nova redução de parte da dívida de médio e longo prazo garantida pelo Estado.

Gráfico III

Moçambique

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)

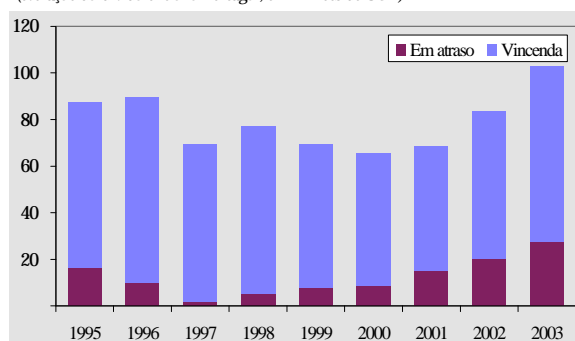


A dívida oficial da **Guiné-Bissau** foi a segunda que mais aumentou em 2003, registando um crescimento de 20 milhões de USD (+23.3% em relação ao final de 2002). Esta evolução está novamente relacionada com o fortalecimento do EUR em relação ao USD, uma vez que os créditos estão denominados na moeda europeia.

Gráfico IV

Guiné-Bissau

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)

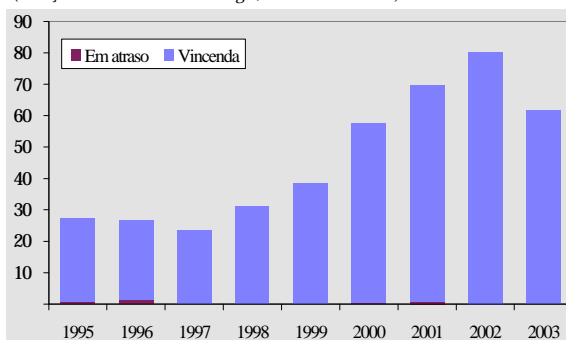


A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal foi a que mais se reduziu em 2003, de entre os PALOP, tendo registado uma descida de 18 milhões de USD. Esta diminuição esteve principalmente ligada á redução de parte importante da dívida directa ao Estado.

Gráfico V

Cabo Verde

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)

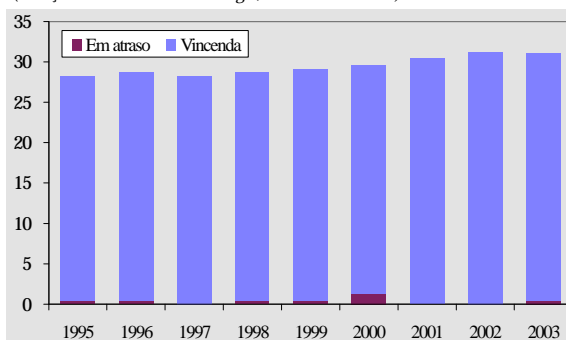


A dívida de **S. Tomé e Príncipe** a Portugal foi reestruturada em 1995, abrangendo créditos no valor de 28 milhões de USD. Em Março de 2001 foram reescalados os juros que se encontravam em atraso (num total de 2.12 milhões de USD), pelo que no final de 2001 a dívida de S. Tomé passou a ser apenas vincenda. Esta situação manteve-se apenas durante dois anos, tendo em 2003 voltado a registar-se acumulação de atrasados.

Gráfico VI

S. Tomé e Príncipe

(evolução da dívida oficial a Portugal, em milhões de USD)



A Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe atingiram em Dezembro de 2000 os Pontos de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada, qualificando-se para uma redução de 83% do valor actualizado líquido da dívida externa. No entanto, ambos os países têm experimentado algumas dificuldades em atingir os objectivos traçados nos programas acordados com o Fundo, pelo que o processo de alívio de dívida não tem avançado significativamente nos últimos anos.

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal

(em milhões de USD)

	Dívida Directa ao Estado (1)			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado (2)			Dívida a Curto prazo Garantida pelo Estado (3)			Dívida Oficial (1)+(2)+(3)		
	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	1995	391	62	454	198	16	213			589	78	667
	1996	404	82	486	92	7	99			496	89	585
	1997	338	129	467	178	11	188			516	139	655
	1998	276	199	475	170	34	204			446	233	679
	1999	211	291	502	151	86	237			362	377	739
	2000	170	379	549	110	156	266			280	536	815
	2001	105	454	559	68	198	266			172	652	824
	2002	62 ^(a)	501 ^(a)	564 ^(a)	50	209	259			112	710	823
	2003	43 ^(a)	524 ^(a)	567 ^(a)	12	271	283			55	795	850
Cabo Verde	1995	2	1	3	24		24			27	1	27
	1996	2	1	3	23	1	24			25	1	27
	1997	2	0	2	22		22			23	0	24
	1998	11	0	11	20		20			31	0	31
	1999	21	0	21	17		17			38	0	38
	2000	38	0	39	19		19			57	0	58
	2001	40		40	29	1	29			69	1	70
	2002	45		45	35		35			80		80
	2003	28		28	34		34			62		62
Guiné-Bissau	1995	71	13	84				4	4	71	17	88
	1996	80	9	89				1	1	80	10	89
	1997	68	2	69						68	2	69
	1998	72	5	77						72	5	77
	1999	61	8	69						61	8	69
	2000	57	9	65						57	9	65
	2001	53	15	68						53	15	68
	2002	63	20	83						63	20	83
	2003	75	27	103						75	27	103
Moçambique	1995	360	9	369	50	16	65			410	24	434 ^(b)
	1996	372	13	385	34	29	63			406	42	448 ^(b)
	1997	433		433	30		30			462		462 ^(b)
	1998	422		422	22		22			444		444 ^(b)
	1999	362		362	19		19			381		381 ^(b)
	2000	227		227	18		18			245		245 ^(b)
	2001	227		227	12		12			239		239 ^(b)
	2002	227		227	8		8			235		235 ^(b)
	2003	227		227	5		5			231		231 ^(b)
S. Tomé e Príncipe	1995	28	0	28						28	0	28
	1996	28	0	29						28	0	29
	1997	28		28						28		28
	1998	28	0	29						28	0	29
	1999	29	0	29						29	0	29
	2000	28	1	30						28	1	30
	2001	30		30						30		30
	2002	31		31						31		31
	2003	31	0	31						31	0	31
Total dos PALOP	1995	852	85	937	272	31	303	4	4	1 124	120	1 244
	1996	886	105	991	150	37	186	1	1	1 035	142	1 178
	1997	868	130	998	229	11	240			1 097	141	1 238
	1998	809	205	1 014	212	34	246			1 021	239	1 260
	1999	684	299	983	188	86	274			872	385	1 257
	2000	520	389	909	147	156	304			667	546	1 213
	2001	455	469	925	108	199	307			564	668	1 231
	2002	429	522	950	93	209	302			522	731	1 253
	2003	404	551	955	50	271	321			454	823	1 277

Fonte: Ministério das Finanças - DGAERI.

(a) Inclui informação relativa apenas ao primeiro semestre de 2002 (14,9 milhões de USD de dívida vincenda e 18,94 milhões de USD de dívida em atraso);

(b) Não inclui a dívida da HCB, que em 31/12/2003 totalizava 2 717,19 milhões de USD.

